



Anais da Assembleia

Nº 51

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 21 DE MARÇO DE 1979

ANO V

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 48.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 1.979

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e Adalberto Daros.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Ailton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Cernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elisio, João Mansur, José Domingos, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Squarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (52); achando-se ausentes os Senhores Deputados Tadeu Lúcio Machado, Del Ciel, Fidelcino Tolentino, José Domingos Scarpelini, Leônidas Chaves e Mário Celso (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGENS

MENSAGEM N.º 59/79

Curitiba, 15 de maio de 1.979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de termos aditivos aos convênios celebrados entre o Governo do Estado, com a participação da Secretaria do Planejamento, e os municípios adiante especificados, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos:

Data do Aditivo

Município

29-12-78

Andirá

29-12-78

Boa Esperança

29-12-78

Cafeara

29-12-78

Campina da Lagoa

29-12-78

Carlópolis

29-12-78

Castro

29-12-78

Engenheiro Beltrão

29-12-78

Floraí

29-12-78

Goioerê

29-12-78

Grandes Rios

29-12-78

Inajá

29-12-78

Iporã

29-12-78

Iretama

29-12-78

29-12-78

29-12-78

29-12-78

29-12-78

29-12-78

29-12-78

29-12-78

29-12-78

29-12-78

29-12-78

29-12-78

29-12-78

29-12-78

29-12-78

29-12-78

29-12-78

29-12-78

29-12-78

14-03-79

14-03-79

14-03-79

14-03-79

14-03-79

14-03-79

14-03-79

14-03-79

14-03-79

14-03-79

14-03-79

14-03-79

14-03-79

14-03-79

14-03-79

14-03-79

14-03-79

14-03-79

14-03-79

14-03-79

14-03-79

14-03-79

14-03-79

14-03-79

14-03-79

14-03-79

14-03-79

14-03-79

19-02-79

08-03-79

13-03-79

14-03-79

14-03-79

14-03-79

14-03-79

14-03-79

14-03-79

14-03-79

14-02-79

14-03-79

14-03-79

14-03-79

Ivaiporã

Jaguariaíva

Loanda

Mandaguaçu

Mariluz

Moreira Salles

Ortigueira

Paraíso do Norte

Paranacity

Pérola

Piraí do Sul

Porto Rico

Quatiguá

Querência do Norte

Quinta do Sol

Reserva

Ribeirão Claro

São Carlos do Ivaí

Santo Inácio

Tapira

Adrianópolis

Alto Paraná

Alvorada do Sul

Amaporã

Atalaia

Bandeirantes

Bituruna

Bom Sucesso

Califórnia

Cambará

Cambira

Centenário do Sul

Congonhinhas

Cruz Machado

Diamante do Norte

Doutor Camargo

Fênix

Flórida

Francisco Alves

Guaporema

Ibaiti

Imbituva

Jandaia do Sul

Janiópolis

Jardim Alegre

Joaquim Távora

Kaloré

Lapa

Lupionópolis

Maria Helena

Marialva

Marilândia do Sul

Marilena

Marumbi

Mirador

Mirassolva

Morretes

Ourizona

Palmeira

Paranapoema

Paula Freitas

14-03-79	Peabiru
12-03-79	Pinhalão
14-03-79	Presidente Castelo Branco
14-03-79	Quitandinha
14-03-79	Rio Bom
14-03-79	Rondon
14-03-79	Sabáudia
14-03-79	Santa Cruz do Monte Castelo
14-03-79	Santa Fé
14-03-79	Santa Mariana
14-03-79	São João do Ivaí
14-03-79	São João do Triunfo
14-03-79	São José da Boa Vista
14-03-79	São Pedro do Ivaí
14-03-79	São Tomé
14-03-79	Siqueira Campos
14-03-79	Tamboara
14-03-79	Tapejara
14-03-79	Teixeira Soares
14-03-79	Tibagi
14-03-79	Tomazina.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA
Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 59/79

Curitiba, 16 de maio de 1.979

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva criar a Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte - SECE, com a finalidade de coordenar e promover as atividades concernentes às áreas de cultura e esporte amador.

O alto significado e o elevado interesse público de que é revestido o plano de lei ora submetido a essa augusta Assembléia Legislativa, estão detalhadamente contidos na anexa cópia autêntica do Ofício n.º 319/79, de 08 de maio de 1.979, firmado pelo Senhor Secretário Extraordinário da Cultura e do Esporte, cujos termos ratifico.

Certo de que a proposição submetida à apreciação dessa colenda Casa merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º - Fica criada a Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte - SECE, com a finalidade de coordenar e promover as atividades concernentes às áreas de cultura e esporte amador.

Parágrafo único. Como Secretaria de Estado de natureza substantiva, caberá à SECE, no cumprimento de suas finalidades:

I - a planificação do desenvolvimento da cultura e do esporte em todo o Estado, promovendo estudos e pesquisas destinadas à elaboração e acompanhamento de planos, programas e projetos;

II - a programação de certames e competições de esporte amador e outras formas de lazer organizado, como instrumento de realização humana;

III - a promoção e difusão da cultura em todas as suas manifestações;

IV - o estímulo, o amparo e orientação às atividades culturais e esportivas dos municípios;

V - a captação e aplicação de recursos financeiros, públicos e privados, para a criação e manutenção de bibliotecas, museus, teatros e grupos teatrais, salas de concerto, orquestras e conjuntos de música instrumental e coral e demais expressões da cultura do povo;

VI - a manutenção e ampliação do patrimônio cultural, inclusive a defesa do patrimônio histórico e artístico, pela preservação de documentos, obras e locais de valor histórico e artístico, de monumentos e paisagens naturais notáveis e jazidas arqueológicas;

VII - manter um sistema de informações relativo ao desempenho dos planos e operações concernentes às suas atividades básicas;

VIII - incentivar a organização e divulgação de estudos, pesquisas, levantamentos, relatórios e outras informações de interesse cultural;

IX - incentivar a prática do esporte e das atividades recreativas, no sentido da melhor qualidade da vida humana;

X - buscar a contínua participação da comunidade nos esforços governamentais visando a cultura e o esporte;

XI - patrocinar a edição e reedição de documentos e estudos de especial relevância para a reconstituição de eventos de notável significado cultural;

XII - conceder bolsa de estudos, auxílios e subvenções para estudo e pesquisas relacionados com o patrimônio e a memória social do Estado;

XIII - estimular e amparar a iniciativa privada, concedendo auxílios e subvenções para a realização de atividades nas áreas de atuação da SECE;

XIV - apoiar a modernização e ampliação de instalações destinadas às práticas esportivas e recreativas;

XV - desempenhar outras atividades correlatas.

Art. 2.º - Passam a integrar a Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, o Conselho Estadual de Cultura e o Conselho Regional de Desportos, este com a denominação alterada para Conselho Estadual do Esporte.

Art. 3.º - A Fundação Teatro Guaíra, instituída pela Lei n.º 6.049, de 03 de dezembro de 1.969, com as modificações determinadas pelo Decreto n.º 281, de 16 de abril de 1.979, passa a vincular-se à Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte.

Art. 4.º - A estrutura organizacional básica da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte obedecerá ao disposto no artigo 12 e seus incisos, da Lei n.º 6.636, de 29 de novembro de 1.974, complementada pelas unidades de nível departamental a serem definidas nos termos do artigo 15, da referida lei.

Art. 5.º - Ficam criados os cargos de provimento em comissão descritos no anexo I.

Art. 6.º - A Secretaria de Estado da Educação e da Cultura (SEEC) passa a denominar-se Secretaria de Estado da Educação (SEED).

§ 1.º - Ficam extintos a Diretoria de Assuntos Culturais e o Departamento de Educação Física e Desportos, da Secretaria de Estado da Educação, passando os respectivos acervos e dotações orçamentárias para a Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, com exceção da atividade "Manutenção do Departamento de Educação Física e Desportos", código 2512.08462232.413.

§ 2.º - Os cargos de provimento em comissão integrantes da estrutura dos órgãos mencionados no parágrafo anterior, ficam transformados na forma do anexo II, e integrados na SECE.

§ 3.º - O pessoal lotado nos órgãos referidos no parágrafo primeiro permanecerá vinculado à Secretaria de

Estado da Educação, ressalvada à SECE a possibilidade de requisitar o necessário às suas atividades.

Art. 7.º – Fica incluída no artigo 120 da Lei n.º 6.636, de 29 de novembro de 1974, uma alínea “h” com a seguinte redação:

“H – A Biblioteca Pública do Paraná, subordinada à Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte”.

Art. 8.º – Fica aberto um crédito especial no valor de Cr\$ 96.000.000,00 (noventa e seis milhões de cruzeiros) para atender as despesas de implantação da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, e realização de suas atividades no corrente exercício, de acordo com a seguinte discriminação:

- Unidade Orçamentária - Gabinete do Secretário.
- Atividade Assessoramento Superior: Cr\$...
...20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros).
 - Atividade Manutenção e Unidades Programáticas:

Cr\$ 76.000.000,00 (setenta e seis milhões de cruzeiros).

Art. 9.º – Fica o Poder Executivo autorizado, dentro dos limites dos respectivos créditos, a proceder por Decreto às transferências dos soldos orçamentários das unidades extintas ou remanejadas, a fim de atender aos objetivos desta lei.

Art. 10 – A atividade concernente à modernização administrativa de que trata a Lei n.º 6.636, de 29 de novembro de 1974, passa a integrar a competência atribuída à Secretaria de Estado da Administração (SEAD).

Art. 11 – O Poder Executivo aprovará por Decreto o Regulamento da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 12 – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A N E X O I

QUANTIDADE	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO
01	SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA E DO ESPORTE	DAS - 1
01	DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO	DAS - 2
01	CHEFE DE GABINETE DE SECRETÁRIO DE ESTADO	DAS--5
04	CHEFE DE COORDENADORIA	DAS--5
04	CHEFE DE GRUPO SETORIAL	1--C
04	ASSISTENTE TÉCNICO DE GRUPO SETORIAL	2--C
01	ASSESSOR JURÍDICO	1--C
01	DIRETOR DE MUSEU	1--C
03	OFICIAL DE GABINETE	6--C

A N E X O II

SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO PROPOSTA																		
<p>a) DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS</p> <p>1 - Chefe, símbolo DAS-5</p>	<p>1 - Diretor, símbolo DAS-5 (Biblioteca Pública do Paraná)</p>																		
<p>b) DIRETORIA DE ASSUNTOS CULTURAIS</p> <table><tr><td>1 - Diretor, símbolo DAS-5.</td><td>1 - Chefe de Assessoria para controle de Resultados, símbolo DAS-5</td></tr><tr><td>1 - Diretor Adjunto, símbolo 1-C.</td><td>1 - Assessor Técnico, símbolo 1-C</td></tr><tr><td>1 - Assessor Técnico, símbolo 1-C :</td><td>1 - Assessor Técnico, símbolo 1-C</td></tr><tr><td>1 - Assessor Administrativo, símbolo 3-C.</td><td>1 - Assessor de Imprensa, símbolo 3-C</td></tr><tr><td>1 - Diretor, símbolo 1-C (Departamento de Artes).</td><td>1 - Diretor de Museu, símbolo 1-C</td></tr><tr><td>1 - Diretor, símbolo 1-C (Biblioteca Pública do Paraná).</td><td>1 - Diretor de Museu, símbolo 1-C</td></tr><tr><td>1 - Diretor, símbolo 1-C (Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico)</td><td>1 - Diretor de Museu, símbolo 1-C</td></tr><tr><td>1 - Diretor, símbolo 2-C (Museu Paranaense)</td><td>1 - Assessor Técnico, símbolo 2-C</td></tr><tr><td>1 - Diretor, símbolo 3-C (Museu de Arte Contemporânea)</td><td>1 - Assessor Técnico, símbolo 3-C</td></tr></table>		1 - Diretor, símbolo DAS-5.	1 - Chefe de Assessoria para controle de Resultados, símbolo DAS-5	1 - Diretor Adjunto, símbolo 1-C.	1 - Assessor Técnico, símbolo 1-C	1 - Assessor Técnico, símbolo 1-C :	1 - Assessor Técnico, símbolo 1-C	1 - Assessor Administrativo, símbolo 3-C.	1 - Assessor de Imprensa, símbolo 3-C	1 - Diretor, símbolo 1-C (Departamento de Artes).	1 - Diretor de Museu, símbolo 1-C	1 - Diretor, símbolo 1-C (Biblioteca Pública do Paraná).	1 - Diretor de Museu, símbolo 1-C	1 - Diretor, símbolo 1-C (Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico)	1 - Diretor de Museu, símbolo 1-C	1 - Diretor, símbolo 2-C (Museu Paranaense)	1 - Assessor Técnico, símbolo 2-C	1 - Diretor, símbolo 3-C (Museu de Arte Contemporânea)	1 - Assessor Técnico, símbolo 3-C
1 - Diretor, símbolo DAS-5.	1 - Chefe de Assessoria para controle de Resultados, símbolo DAS-5																		
1 - Diretor Adjunto, símbolo 1-C.	1 - Assessor Técnico, símbolo 1-C																		
1 - Assessor Técnico, símbolo 1-C :	1 - Assessor Técnico, símbolo 1-C																		
1 - Assessor Administrativo, símbolo 3-C.	1 - Assessor de Imprensa, símbolo 3-C																		
1 - Diretor, símbolo 1-C (Departamento de Artes).	1 - Diretor de Museu, símbolo 1-C																		
1 - Diretor, símbolo 1-C (Biblioteca Pública do Paraná).	1 - Diretor de Museu, símbolo 1-C																		
1 - Diretor, símbolo 1-C (Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico)	1 - Diretor de Museu, símbolo 1-C																		
1 - Diretor, símbolo 2-C (Museu Paranaense)	1 - Assessor Técnico, símbolo 2-C																		
1 - Diretor, símbolo 3-C (Museu de Arte Contemporânea)	1 - Assessor Técnico, símbolo 3-C																		

Ao Departamento Legislativo

MENSAGEM N.º 60/79

Curitiba, 17 de maio de 1979

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia do convênio n.º 211/78, de auxílio e cooperação, celebrado em 09 de novembro de 1978, entre o Governo do Estado e o Município de SENGES, com interveniência da Secretaria de Estado do Planejamento e da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos, na melhoria do setor de TRANSPORTES URBANOS.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 61/79

Curitiba, 17 de maio de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia do Convênio n.º 261/78, de auxílio e cooperação, celebrado em 15 de dezembro de 1978, entre o Governo do Estado e o Município de CLEVE-LÂNDIA, com interveniência da Secretaria de Estado do Planejamento e da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, objetivando a execução de obras e serviços de emergência, destinados a minorar os efeitos da estiagem que assolou o Estado do Paraná, principalmente mediante absorção de mão-de-obra ociosa.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 62/79

Curitiba, 17 de maio de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de termos aditivos aos convênios celebrados entre o Governo do Estado e os Municípios abaixo especificados, com interveniência da Secretaria do Planejamento e da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos:

Data do Aditivo

Município

30/05/78

Rolândia

30/11/78

Cerro Azul

29/12/78

Paranavaí

14/03/79

Sengés

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio

texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 63/79

Curitiba, 17 de maio de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo datado de 14 de fevereiro de 1979, ao Convênio n.º 254/78, de auxílio e cooperação, celebrado em 21 de dezembro de 1978, entre o Estado e o Município de CÉRO AZUL, com interveniência da Secretaria de Estado do Planejamento e da Fundação de Assistência de Estado do Planejamento e da Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná - FAMEPAR, objetivando a execução de obras e serviços de emergência, destinados a minorar os efeitos da estiagem que assolou o Estado do Paraná, principalmente mediante absorção de mão-de-obra ociosa.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

OFÍCIOS:

Do Senhor Wagner Rocha D'Angelis, Presidente da Comissão Pontifícia Justiça e Paz Regional Sul 2-Paraná, no qual encaminha cópia da II. Mesa Redonda sobre a problemática das "Notas Promissórias Rurais - NPRs" em nosso Estado, realizada no dia 07 próximo passado. - Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 0179/79, do Senhor José Nogueira, Presidente da Câmara Municipal de São José dos Pinhais, encaminhando cópia autêntica do trabalho apresentado pelo ilustre Edil Elon Fay Natal Bonin, sobre os problemas de Direito Financeiro, que alguns autores enquadram no Direito Administrativo. - Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 35/79, do Senhor Ivo Adamante, Presidente da Câmara Municipal de São Miguel do Iguaçu, no qual sugere um reestudo do combustível, para o pequeno produtor Rural. - Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 36/79, do Senhor Blásio Peratt-Presidente da Câmara Municipal de Capitão Leônidas Marques, solicitando a este Poder Legislativo, para que se digne eliminar a determinação que proíbe o transporte de combustíveis em galões pequenos. - Ao conhecimento da Casa.

Do Senhor Dr. José Vicente Elias, Prefeito Municipal de Paranaguá, encaminhando cópia do ofício n.º 52/79, nos seguintes termos:

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, para na oportunidade levar ao vosso conhecimento, que por iniciativa do ilustre Vereador Pedro Claro Chaves, foi requerido e aprovado pela unanimidade dos Vereadores da Casa, um voto de louvor pela Fantástica Administração que vossa pessoa vem realizando, em favor daquele município.

Ao ensejo, renovamos os nossos protestos de alta estima e consideração.

Norival Ferreira Lopes — Presidente. —Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este ao final assina, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ROBERTO SIQUEIRA DE TOLEDO, ocorrido na cidade de Buenos Ayres.

Era o extinto gerente do Departamento Industrial da Transparaná S/A, na cidade de Londrina.

Durante longo período atuou no setor radiofônico em Londrina, tendo sido diretor da Rede Paranaense de Rádio.

Figura das mais estimadas pela comunidade londrinense, achando-se em viagem no vizinho País, foi acometido de mal súbito que acabou por ceifar sua vida, enlutando a capital do café.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1979.

(a) DÁCIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações pela posse do Bacharel CLEVERSON MARINHO TEIXEIRA, no cargo de Superintendente Regional do INPS em nosso Estado.

O Dr. Cleverson Marinho Teixeira, membro de tradicional e conceituada família de Paranaguá, por diversas legislaturas representou o Paraná, como Deputado Federal, destacando-se sempre pelo seu dinamismo e coragem em defesa dos interesses do nosso Estado, motivo pelo qual temos certeza que a sua atuação à frente do INPS será das mais brilhantes e benéficas, especialmente em favor do segurado.

Sabemos que a missão é das mais árduas, mas confiamos plenamente na capacidade, no esforço, e sobretudo no espírito humanitário que caracteriza a personalidade do Dr. Cleverson Teixeira, o que se comprova com suas declarações ao tomar posse naquele cargo, de que "iremos lidar com seres humanos e não com números de inscrição ou artigos, parágrafos e itens de lei ou regulamento".

Requer, outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa ao nominado.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1979.

(a) NELSON BUFFARA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER depois de ouvido o Plenário desta Casa, votos de aplausos à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, pela aprovação do projeto de lei de autoria do nobre Deputado Edson Kahir (MDB-RJ), que proíbe empresas e órgãos públicos de exigir os chamados atestados ideológicos, seja qual for sua finalidade e destinação.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à douta Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1979.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, na forma regimental, preferência na discussão e votação para o Projeto de Lei n.º 45/79, Mensagem Governamental n.º 50/79, constante da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1979.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, dispensa de publicação da Redação Final ao Projeto de Lei n.º 45/79, nos termos do Art. 171, § 1.º, do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1979.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER manifestação do Plenário, no sentido de aprovar pedido urgente ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, para determinar a construção sobre o Rio Santana, na divisa dos Municípios de Verê e Itapejara D'Oeste, da ponte necessária a propiciar o novo traçado da Estrada Itapejara - Verê - Dois Vizinhos, tendo em vista constar a mesma do Plano de Obras do Estado.

Que da decisão comunique-se às Prefeituras e Câmaras Municipais de Verê, Itapejara e Dois Vizinhos.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1979.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

As últimas enchentes que assolaram o Sudoeste do Estado, entre os muitos estragos, levaram água abaixo a Ponte sobre o Rio Santana, na divisa dos Municípios de Itapejara e Verê. Acontece que consta já do Plano de Obras do Governo estadual, um novo traçado para a rodovia que liga aqueles dois municípios, porque a nova ponte a ser construída, obedecendo àquele a planificação, mesmo que as obras da rodovia não sejam de imediato atacadas. Reconstruir a ponte no mesmo lugar é gastar dinheiro inutilmente, pois o local não oferece segurança e não permite o aproveitamento em termos futuros. Todavia, construída a ponte em nova localização, além de ser uma obra definitiva, trará maiores garantias e porque não dizer, economia para os cofres públicos.

Convém lembrar que sem a ligação rodoviária, em face da queda da ponte, o Município de Verê não tem mais trânsito direto para a sede da comarca, causando assim impedimentos à vida política e administrativa daquela comunidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, que sejam enviados ofícios aos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado, Dr. NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, e ao Secretário dos Transportes, Engenheiro Civil NIVALDO ALMEIDA NETO, solicitando providências no sentido de que seja capeado asfálticamente o acesso a Perobal, de aproximadamente 1.000 metros, na PR-323, rodovia que liga diretamente Umuarama a Guaíra.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1979.

(a) ROMERO FILHO

JUSTIFICATIVA:

Perobal é um Distrito muitas vezes maior que inúmeros municípios do Estado, fazendo por merecer sobejamente tal reivindicação. A Avenida Paraná, sua artéria principal, encontra-se devidamente asfaltada. Dado o enorme fluxo de tráfego ali existente, vez que o supra mencionado trecho é passagem obrigatória, este acesso será, inclusive, índice preponderante no fator economia em seus termos mais amplos, além de uma segura locomoção para seus usuários.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Como Deputado ou como comunicador, temos recebido

assíduas reclamações da comunidade sobre a maneira como é tratado o usuário de serviços públicos no momento em que se apresenta, por qualquer circunstância, como reclamante de tarifas.

É o que ocorre, exemplificando, com o cidadão não satisfeito com suas contas de água, luz ou telefone, e, muitas vezes imbuído de carradas de razão, submete-se à perda de tempo e contrariedades para obter a revisão de lançamentos indevidos.

Face tais aborrecimentos, é presumível até que várias parcelas indevidas sejam recolhidas por cidadãos que entendam não valer a importância lançada com excesso o seu incômodo e o seu tempo.

Tais fatos depõem certamente contra a imagem do Poder Público e é tempo de que sejam corrigidos.

Daí porque trazemos ao conhecimento desta Casa, a nova postura adotada pela TELEPAR, por ordem de seu novo presidente, engenheiro Gilberto Garbi.

O usuário sempre tem razão, desde que a TELEPAR não consiga provar o contrário. Doravante, se a TELEPAR não conseguir convencer seus reclamantes que os débitos contestados são líquidos e certos, os valores discutidos serão desenvolvidos aos clientes.

Acha o Presidente da TELEPAR que a empresa deve ter condições de desfazer quaisquer dúvidas sobre a idoneidade das contas apresentadas. Nessa visão, está orientando os 4.500 empregados da empresa sobre o fato de que o verdadeiro patrão da TELEPAR é o acionista; e que o serviço telefônico somente poderá ser conceituado como bom quando assim o definir o público.

Aprimorando ainda essa elogiável filosofia de trabalho, anuncia agora a Presidência da TELEPAR a criação de um Conselho de Usuários, a partir de junho. Composto por representantes da comunidade, dará à direção da empresa a voz do usuário, com força de criticar, sugerir e pleitear.

É uma iniciativa inédita no Brasil, esta de colocar a comunidade junto à diretoria da empresa pública, e os primeiros membros representarão, nesse Conselho, a Universidade Federal, a Associação Comercial, a Federação das Indústrias, o Sindicato dos Jornalistas, a Associação de Bairros e a Associação de Defesa ao Consumidor.

Além de registrar nosso aplauso à iniciativa, parabenizando o engenheiro Gilberto Garbi, queremos requerer à Mesa, ouvida a Casa, seja encaminhado expediente aos Srs. Presidente da COPEL e da SANEPAR, apelando para que Suas Senhorias implantem, nas empresas que comandam idêntica filosofia e semelhante Conselho.

A inovação introduzida pela TELEPAR é digna de aplausos, e principalmente, de ser amplamente imitada. Devem as empresas públicas, ou quaisquer outros setores da administração direta ou indireta, entender como filosofia de trabalho, que o cidadão é o patrão da organização estatal, e terá sempre razão, até que essa organização possa provar, líquida e cabalmente, que é ele o equivocado. Basta que se facilite o acesso ao recurso de reclamação a todo o público, e que se atenda como válidas as reclamações não contestáveis, e que por elas se peça desculpas ao reclamante, para que a imagem das empresas públicas alcancem o conceito que deveriam ter junto à opinião da comunidade.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1979.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a pavimentação da estrada que liga o Município de Palotina a Francisco Alves.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1979.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação prende-se ao fato de ter-se em vista o grande fluxo de caminhões pesados para o transporte de toda a produção agrícola dos municípios citados, como também da região. Desta forma, os agricultores e a comunidade em geral serão grandemente beneficiados, uma vez concretizada esta obra.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 64/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA

Art. 1.º – Fica declarada de utilidade pública a SOCIEDADE PARANAENSE DE CIÊNCIAS NEUROLÓGICAS, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1979.

(a) ADALBERTO DAROS

PROJETO DE LEI N.º 65/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.º – A Carteira de Pensões dos Serventuários da Justiça, criada pela Lei n.º 4975, de 02 de dezembro de 1964, passa a denominar-se "CARTEIRA DE PREVIDÊNCIA DOS SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA DO ESTADO", abrangendo os Serventuários da Justiça, remunerados ou não, pelos cofres públicos.

Art. 2.º – A Carteira de Previdência dos Serventuários da Justiça do Estado, atuará diretamente subordinada ao Departamento de Previdência, do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado - IPE.

Art. 3.º – Os Serventuários da Justiça terão direito à aposentadoria e os seus beneficiários à pensão mensal, nos termos da Lei n.º 4975/64, respeitadas as alterações constantes da presente lei.

Art. 4.º – São considerados Serventuários da Justiça do Estado, para os efeitos desta lei, os seguintes:

I – Não remunerados pelos cofres públicos: os Titulares de Cartório e Ofício; os Oficiais Maiores; os Escreventes Juramentados;

II – remunerados pelos cofres públicos: Os Escrivães das Varas da Fazenda Pública, Família e Registros Públicos, bem como os Servidores ocupantes de cargos efetivos de Escrivão do Crime, níveis PJ-28, 29 e 30; os Escrivães de Menores, níveis PJ 29 e 30, integrados no Quadro da Justiça.

Art. 5.º – O pagamento da aposentadoria dos Serventuários da Justiça correrá à conta de dotação consignada, anualmente, no Orçamento do Estado - Poder Judiciário.

Art. 6.º – As pensões dos beneficiários dos Serventuários da Justiça serão pagas pela Carteira de Previdência dos Serventuários da Justiça, à conta de recursos próprios.

CAPÍTULO II

DOS CONTRIBUINTES E DAS CONTRIBUIÇÕES

Art. 7.º – Passam a ser contribuintes obrigatórios da Carteira de Previdência, todos os Serventuários e Servidores da Justiça, de que trata o Art. 4.º desta Lei, remunerados ou não pelos cofres públicos, ativos ou inativos.

Art. 8.º – Ao contribuinte obrigatório (§ 1.º, do Art. 7.º da Lei n.º 4975/64), que tenha perdido esta qualidade, por qualquer motivo, é facultado requerer a sua inscrição na Carteira, desde que a requeira em três (03) meses, contados da publicação desta lei.

Art. 9.º – Aos atuais Escrivães das Varas da Fazenda Pública, Família e Registros Públicos, remunerados pelos cofres públicos, é assegurado o direito facultativo de, mediante requerimento, optarem pelo pagamento das contribuições mensais previstas para qualquer uma das categorias e classes de Serventuários da Justiça, não remunerados pelos cofres públicos (inciso I, do Art. 4.º), recolhendo, em cada mês, mediante guia especial, a diferença correspondente.

Parágrafo único – A opção de que trata este artigo deverá ser protocolada no IPE, dentro do prazo improrrogável de sessenta (60) dias, contados a partir da vigência da presente lei, para que a mesma surta os seus legais efeitos jurídicos.

Art. 10 – As novas inscrições de contribuintes far-se-ão de acordo com as normas a serem estabelecidas em Regulamento.

Art. 11 – As contribuições serão devidas em mensalidades integrais, correspondentes a 6% (seis por cento) sobre a remuneração-base, conforme a respectiva categoria, classe ou nível de vencimento.

Parágrafo único – Os níveis de remuneração-base são os estabelecidos em lei.

Art. 12 – Além da contribuição de 6% (seis por cento) referida no artigo anterior, os atuais Serventuários e Servidores da Justiça, inscritos regularmente, na forma da lei, recolherão à Carteira, durante um (01) ano, uma jóia de 1% (um por cento) ao mês, sobre remuneração-base, desde que estejam rigorosamente em dia com a Carteira e venham contribuindo à mesma desde a vigência da Lei n.º 4975/64.

Art. 13 – O prazo de 1 (um) ano de contribuição da jóia, de que trata o artigo anterior, é elevado para 5 (cinco) anos para os contribuintes que serão inscritos após a vigência desta lei e para os atuais Serventuários ou Servidores da Justiça que, por qualquer motivo, estejam em atraso para com a referida Carteira.

Art. 14 – Aos novos Serventuários da Justiça, não remunerados pelos Cofres Públicos, será facultado, ao requererem a sua inscrição na Carteira, optarem pelas contribuições reduzidas constantes dos percentuais abaixo discriminados, até completarem a contribuição integral de 6% (seis por cento) de que trata o Art. 11, desta lei, calculadas sobre a remuneração-base relativa à sua categoria e classe, constante da Tabela em vigor:

Percentual de	Durante o Período correspondente a
20% da contribuição de 6%	01 a 60 meses de contribuição
30% da contribuição de 6%	61 a 120 meses de contribuição
40% da contribuição de 6%	121 a 180 meses de contribuição
50% da contribuição de 6%	181 a 240 meses de contribuição
60% da contribuição de 6%	241 a 300 meses de contribuição
80% da contribuição de 6%	301 a 360 meses de contribuição
100% da contribuição de 6%	361 a 420 meses de contribuição

Parágrafo único – Os novos Serventuários da Justiça, não remunerados pelos cofres públicos, recolherão aos cofres da Carteira, a taxa adicional e a jóia, de que tratam os Artigos 12, 13 e 22 da presente lei, como ali se prevê, na proporção de 1% (um por cento) ao mês, calculada sobre a integralidade da remuneração-base da respectiva categoria e classe, em vigor.

Art. 15 – Os pagamentos feitos com mora, quer das contribuições (art. 11), quer da jóia (art. 12), depois do último dia do mês vencido, ficam sujeitos à pena de multa de 10% (dez por cento) sobre a importância a recolher, mais aos juros de 1% (um por cento) ao mês e à correção monetária calculada mediante a aplicação dos coeficientes aprovados pelo Governo Federal, para atualização do valor dos débitos fiscais, cobráveis juntamente com o principal.

Parágrafo único – Na falta de pagamento, durante 06 (seis) meses contados da primeira contribuição mensal vencida, caducará o direito aos benefícios previstos em lei, cessando, para a Carteira, toda e qualquer responsabilidade.

Art. 16 – A elevação de entrância da Comarca, ou a pas-

sagem do Distrito à categoria de Município, em que estiver lotado o Serventuário inscrito não remunerado pelos cofres públicos, determinará, obrigatoriamente, aumento dos benefícios e das contribuições correspondentes.

§ 1.º – Observar-se-á o disposto no presente Artigo, se o inscrito não remunerado pelos cofres públicos for removido ou transferido para Comarca de remuneração-base mais elevada.

§ 2.º – Os Serventuários não remunerados pelos cofres públicos lotados em Cartório ou Ofícios pertencentes a Comarcas cujas entrâncias forem rebaixadas, poderão requerer, a qualquer tempo, a correspondente diminuição da contribuição e dos benefícios, sem direito à devolução da diferença paga a maior.

CAPÍTULO III

TABELA DE REMUNERAÇÃO-BASE PARA OS CÁLCULOS DOS FUTUROS PROVENTOS DE APOSENTADORIA DOS SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA, NÃO REMUNERADOS PELOS COFRES PÚBLICOS

Art. 17 – Os proventos de aposentadoria dos Serventuários da Justiça, não remunerados pelos cofres públicos, atualmente em atividade, a serem futuramente aposentados na forma disposta pela Lei n.º 4975/64, com as alterações desta lei, passarão a ser calculados, integral ou proporcionalmente ao tempo de serviço, sobre a remuneração-base constante da TABELA I, anexa, parte integrante desta lei, respeitada a respectiva classificação e categoria.

§ 1.º – Os proventos dos Serventuários da Justiça, remunerados pelos cofres públicos, serão calculados, integral ou proporcionalmente, ao tempo de serviço, sobre os vencimentos fixados em lei, observada a Tabela própria dos servidores efetivos do Poder Judiciário e a respectiva situação funcional, respeitando-se a situação no Art. 9.º, desta lei.

§ 2.º – Terão os mesmos proventos de aposentadoria dos Titulares de Cartório ou Ofício, os Oficiais Maiores e Escreventes juramentados que tenham substituído ao titular, pelo período mínimo de vinte e quatro (24) meses consecutivos ou trinta e seis (36) meses alternados.

Art. 18 – Os valores correspondentes à remuneração-base dos Serventuários da Justiça, não remunerados pelos cofres públicos, serão atualizados por Decreto do Chefe do Poder Executivo Estadual, sempre que ocorrer aumento, reajustamento ou reclassificação de entrância da Magistratura Estadual, e conseqüentemente, dos respectivos vencimentos.

Parágrafo único – Serão fixados, dentro de 15 (quinze) dias, por Decreto do Executivo, os valores correspondentes à remuneração-base de que trata este Artigo, para efeito de recolhimento das contribuições estipuladas nos Artigos 11 e 14 desta lei, bem como da taxa adicional e da jóia, respectivamente referidas nos Artigos 12, 13 e 22, também da presente lei.

Art. 19 – As aposentadorias dos Serventuários da Justiça do Estado serão concedidas por Decreto do Chefe do Poder Executivo à vista das disposições legais em vigor, constantes da legislação própria, observado, ainda, o período de carência, a que se refere o Art. 21 da presente lei.

Art. 20 – Período de carência é o lapso de tempo correspondente à realização de um número mínimo de contribuições mensais, indispensáveis à obtenção dos benefícios da aposentadoria, em decorrência da aprovação da nova TABELA DE REMUNERAÇÃO-BASE PARA O CÁLCULO DOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA DOS SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA NÃO REMUNERADOS PELOS COFRES PÚBLICOS (Tabela I, anexa a esta lei) e para os optantes remunerados pelos cofres públicos, de que dá notícia o Art. 9.º, desta lei.

Art. 11 – Os períodos de carência de que trata o artigo

anterior, são os seguintes, para os atuais Serventuários da Justiça, não remunerados pelos cofres públicos e para os remunerados pelos cofres públicos, de que trata o Art. 9.º desta lei:

- I -- de sessenta (60) meses de contribuição às aposentadorias a pedido, depois de 35 (trinta e cinco) anos de serviço, para os do sexo masculino e 30 (trinta) para as do sexo feminino;
- II -- de 24 (vinte e quatro) meses de contribuição, às aposentadorias:
 - a) por invalidez, em razão de acidente ou agressão não provocada, no exercício das suas atribuições;
 - b) quando for acometido de doença resultante da profissão;
 - c) - por invalidez do serviço público, de acordo com a devida constatação;
 - d) - quando acometido de:
 - 1 - Tuberculose ativa;
 - 2 - Neoplasia maligna;
 - 3 - Cegueira;
 - 4 - Lepra;
 - 5 - Cardiopatia grave;
 - 6 - Alienação mental;
 - 7 - Paralisia;
 - 8 - Outras doenças indicadas por lei, firmadas em conclusões da medicina especializada; e,
 - e) - quando, depois de haver gozado 24 (vinte e quatro) meses seguidos de licença para tratamento de saúde, ficar constatado que não está em condições de voltar ao exercício do cargo.

§ 1.º - Os períodos de carência são contados a partir da data da inscrição do Serventuário da Justiça na Carteira de Previdência.

§ 2.º - Não estão sujeitos ao período de carência, de que dá conta o inciso I, do presente artigo, os Serventuários da Justiça que estiverem em dia com a Carteira e venham contribuindo à mesma desde a vigência da Lei n.º 4975/64.

§ 3.º - O prazo de carência constante do inciso I, deste artigo, será reduzido para 01 (um) ano para os Serventuários ou Servidores da Justiça, remunerados pelos cofres públicos, que estiverem contribuindo ao IPE desde o advento e vigência da Lei n.º 4975/64.

CAPÍTULO IV

DO FUNDO DE RESERVA DA CARTEIRA DE PREVIDÊNCIA

Art. 22 - A fim de atender aos encargos decorrentes do regime de pensões da Carteira de Previdência dos Serventuários da Justiça nela inscritos, face à vigência da nova TABELA DE REMUNERAÇÃO-BASE dos Serventuários não remunerados pelos cofres públicos, estes contribuirão, obrigatoriamente, com uma taxa adicional de 1% (um por cento) ao mês, sobre a respectiva remuneração-base, juntamente com a contribuição que trata o Art. 11 da presente lei, para a formação do Fundo de Reserva da aludida Carteira Previdenciária.

Parágrafo único - O montante do produto da arrecadação da taxa judiciária a ser recolhida na forma do disposto no Parágrafo Único do Art. 33 desta Lei, à Carteira de Previdência dos Serventuários da Justiça, fará parte integrante do Fundo de Reserva destinado a fazer face aos encargos com o regime de pensões afetos à mesma Carteira Previdenciária.

Art. 23 - O Governo do Estado passará a contribuir para a constituição e manutenção da Carteira de Previdência com a parcela correspondente a 4% (quatro por cento) do montante equivalente aos recolhimentos mensais feitos àquela Carteira pelos Serventuários da Justiça não remunerados pelos cofres públicos.

Parágrafo único - O recolhimento das parcelas mensais referidas neste artigo ao Fundo de Reserva da Carteira de Pre-

vidência aos Serventuários da Justiça do Estado será feito à conta de dotação específica consignada, anualmente, no Orçamento Estadual - Poder Judiciário.

Art. 24 - A contribuição para o Fundo de Reserva de que trata o artigo anterior, passa a ser devida a partir da data da vigência desta lei.

Parágrafo único - A contribuição extinguir-se-á para o Serventuário da Justiça não remunerado pelos cofres públicos, quando da sua morte.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS SEÇÃO I

NOVA TABELA DE PROVENTOS DOS ATUAIS SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA INATIVOS, NÃO REMUNERADOS PELOS COFRES PÚBLICOS

Art. 25 - É aprovada uma nova TABELA DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA para os atuais Serventuários da Justiça do Estado, inativos, não remunerados pelos cofres públicos, que passa a ser a constante da TABELA II, anexa a esta Lei, respeitada a respectiva classificação e categoria, em substituição à Tabela "B" da Lei n.º 4975/64, devidamente atualizada e em vigor.

Parágrafo único - Terão os mesmos proventos de aposentadoria dos Titulares de Cartório ou Ofício, os Oficiais Maiores e Escreventes Juramentados que tenham substituído ao Titular, pelo período mínimo de vinte e quatro (24) meses consecutivos ou trinta e seis (36) meses alternados.

Art. 26 - O pagamento dos novos proventos de inatividade, devidamente reajustados em consequência da TABELA II integrante desta Lei, correrá, no corrente exercício financeiro, à conta da dotação específica constante do Orçamento Estadual em vigor, respeitado o critério de proporcionalidade pelo qual o Serventuário da Justiça não remunerado pelos cofres públicos, tenha sido aposentado.

Parágrafo único - Na aplicação da nova Tabela a que se refere este artigo, a Divisão Orçamentária do Departamento Econômico e Financeiro do Tribunal de Justiça do Estado, fará o respectivo cálculo "ex-officio", de acordo com os valores estabelecidos para a respectiva classificação e categoria.

Art. 27 - Os valores constantes da Tabela aprovada pelo Artigo 25 serão atualizados por Decreto do Chefe do Poder Executivo Estadual, sempre na mesma proporção e nas mesmas épocas em que forem majorados os níveis de vencimento dos Servidores efetivos do Poder Judiciário - Quadro da Justiça.

SEÇÃO II

DO REAJUSTAMENTO DAS ATUAIS PENSÕES

Art. 28 - As pensões dos beneficiários dos Serventuários da Justiça, não remunerados pelos cofres públicos, em consequência da aprovação da nova Tabela de proventos pelo Art. 25 desta Lei, serão reajustadas pela Carteira de Previdência dos Serventuários da Justiça no prazo de 12 (doze) meses após a formação do Fundo de Reserva, de que trata o Capítulo IV, desta Lei.

Art. 29 - No reajustamento previsto pelo artigo anterior, respeitar-se-á o quantum de 50% (cinquenta por cento) da remuneração-base constante da Tabela II, integrante da presente lei, para a respectiva categoria e classe.

Art. 30 - As pensões devidas aos beneficiários dos Serventuários da Justiça, não remunerados pelos cofres públicos, serão sempre reajustadas por lei de iniciativa do Poder Executivo Estadual.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 31 - O débito do Serventuário da Justiça, não remu-

nerado pelos cofres públicos, na data da entrada em vigor da presente lei, para a Carteira de Previdência, deverá ser liquidado em cinco (05) prestações mensais, de valor igual, acrescidas da multa de 10% (dez por cento) sobre a importância devedora, e dos juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, mais correção monetária, pagáveis juntamente com a sua contribuição mensal.

Art. 32 -- Os novos proventos de aposentadoria dos atuais Serventuários da Justiça, não remunerados pelos cofres públicos, reajustados pelo Art. 25 (TABELA.II), desta lei, entrarão em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1980, revogadas as disposições em contrário.

Art. 33 -- O recolhimento da taxa judiciária, instituída pelo Decreto 932, de 23 de abril de 1932, passará a ser feito a partir da vigência desta lei, na proporção de 0,4% (quatro décimos por cento) sobre o valor da ação, com um mínimo de 10% (dez por cento) sobre o valor da ORTN, e no máximo, de 10 (dez) ORTN, revogada, em consequência, a tabela em vigor, aprovada pelo Art. 17, da Lei n.º 2907, de 15 de outubro de 1956.

Parágrafo único -- 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação com a cobrança da taxa judiciária, a que a refere o presente artigo, deverá ser recolhido à Carteira de Previdência dos Serventuários da Justiça, à conta do Fundo de Reserva instituído pelo Art. 22 desta lei.

Art. 34 -- Para atender à despesa decorrente da majoração de que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a abrir na Secretaria de Estado das Finanças, destinado ao Poder Judiciário, crédito especial.

Parágrafo único -- O valor do presente crédito será coberto com os recursos provenientes da verba específica destinada ao Poder Judiciário.

Art. 35 -- Fica igualmente o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial destinado a dar cobertura e cumprimento ao disposto no art. 23, desta lei.

Parágrafo único -- O valor do presente crédito especial será coberto com os recursos originários da verba específica destinada ao Poder Judiciário.

Art. 36 -- A Carteira de Previdência dos Serventuários da Justiça do Estado adotará o regime financeiro atuarial fixado em regulamento a ser aprovado pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 37 -- Dentro de 60 (sessenta) dias, contados da vigência desta lei, o Poder Executivo expedirá o regulamento que se fizer necessário à perfeita e fiel execução deste diploma legal.

Art. 38 -- As ordens e instruções normativas que se fizerem necessárias à aplicação da presente lei, em complementação ao disposto no artigo anterior, serão expedidas pelos órgãos competentes.

Art. 39 -- Ressalvado o disposto nos artigos 28, 32 e 36, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 40 -- Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1979.

(aa) Gilberto Carvalho, Augusto Carneiro, Domício Scaramella, Francisco Escorsin, Antônio Facci, Jurandir Messias e Basílio Zanusso.

TABELA I (Artigo 17)

TABELA DE REMUNERAÇÃO-BASE PARA O CÁLCULO DOS FUTUROS PROVENTOS DE APOSENTADORIA DOS SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA, NÃO REMUNERADOS PELOS COFRES PÚBLICOS

1ª CLASSE -- (Entrância final)

Sede de Comarca

Titular de Cartório ou Ofício	8/9 do Juiz de Direito
Oficial Maior	6/9 do Juiz de Direito
Escrevente Juramentado	4/9 do Juiz de Direito

Distrito Judiciário Fora da Sede

Titular de Cartório ou Ofício	8/9 do Juiz de Direito
Oficial Maior	6/9 do Juiz de Direito
Escrevente Juramentado	4/9 do Juiz de Direito

2ª CLASSE -- (Entrância intermediária)

Sede da Comarca

Titular de Cartório ou Ofício	8/9 do Juiz de Direito
Oficial Maior	6/9 do Juiz de Direito
Escrevente Juramentado	4/9 do Juiz de Direito

Distrito Judiciário Fora da Sede

Titular de Cartório ou Ofício	8/9 do Juiz de Direito
Oficial Maior	6/9 do Juiz de Direito
Escrevente Juramentado	4/9 do Juiz de Direito

3ª CLASSE (Entrância inicial)

Sede da Comarca

Titular de Cartório ou Ofício	8/9 do Juiz de Direito
Oficial Maior	6/9 do Juiz de Direito
Escrevente Juramentado	4/9 do Juiz de Direito

Distrito Judiciário Fora da Sede

Titular de Cartório ou Ofício	8/9 do Juiz de Direito
Oficial Maior	6/9 do Juiz de Direito
Escrevente Juramentado	4/9 do Juiz de Direito

TABELA II -- (Artigo 25)

NOVA TABELA DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA DOS ATUAIS SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA INATIVOS, NÃO REMUNERADOS PELOS COFRES PÚBLICOS

1ª CLASSE (Entrância final)

Titular de Cartório ou Ofício	Cr\$ 8.060,00
Oficial Maior	Cr\$ 6.190,00
Escrevente Juramentado	Cr\$ 4.797,00

Distrito Judiciário Fora da Sede

Titular de Cartório ou Ofício	Cr\$ 6.190,00
Oficial Maior	Cr\$ 4.797,00
Escrevente Juramentado	Cr\$ 3.467,00

2ª CLASSE (entrância intermediária)

Titular de Cartório ou Ofício	Cr\$ 6.661,00
Oficial Maior	Cr\$ 5.287,00
Escrevente Juramentado	Cr\$ 3.862,00

Distrito Judiciário Fora da Sede

Titular de Cartório ou Ofício	Cr\$ 5.257,00
Oficial Maior	Cr\$ 3.862,00
Escrevente Juramentado	Cr\$ 2.792,00

3ª CLASSE -- (entrância inicial)

Sede da Comarca

Titular de Cartório ou Ofício	Cr\$ 3.467,00
Oficial Maior	Cr\$ 2.792,00
Escrevente Juramentado	Cr\$ 2.000,00

Distrito Judiciário Fora da Sede

Titular de Cartório ou Ofício	Cr\$ 2.792,00
Oficial Maior	Cr\$ 2.129,00
Escrevente Juramentado	Cr\$ 1.752,00

JUSTIFICATIVA:

Dada a relevância emprestada aos ofícios de justiça, cujos serventuários não são remunerados pelos cofres públicos, é corolário que, para compor as suas bases, o Governo delas deveria dispor com maior flexibilidade.

Todavia, o irrisório provento dos inativos é fator impedi-

tivo para um remanejo racional, o que dificulta e, às vezes, prejudica a composição de um esquema político adequado ao momento próprio.

Não se admite, até e principalmente porque é uma tremenda aberração, que um cidadão que dedicou sua vida à causa da justiça, seja colocado, quando inativo, à beira da indigência, pois que seus proventos, já acrescidos das eventuais vantagens, atingem valor insuficiente.

Por isso, ele, o Serventuário, não se aposenta e a máquina judiciária é emperrada, porque há homens já combatidos pelo tempo e sem as mínimas condições físicas e mentais de produtividade "atendendo" em seus cartórios.

Sabedor de que seus proventos de inativo são irrisórios, aos Serventuários outra opção não resta, senão a de recorrer à previdência privada (GBOEx, Mongeral, MFM, Montab, etc.). Assim, tais entidades, cada vez mais sólidas, por serem sediadas em outras unidades da Federação, aplicam os recursos auferidos em outros Estados e, conseqüentemente, prejudicam a economia do Paraná, porque para cá deveriam ser carreados os recursos aqui arrecadados.

O Projeto em pauta tem como finalidade corrigir distorções previdenciárias que atingem a laboriosa classe dos Serventuários da Justiça, proporcionando-lhes condições condignas na inatividade.

Tratando-se de medida de grande significado social e mesmo administrativo, pois, com a aposentadoria dos Serventuários mais velhos, permitiria um revigoramento dos Oficiais de Justiça, ao concorrer para que houvesse uma renovação no quadro de seus servidores.

Pelos motivos expostos, contamos com o indispensável apoio dos nossos nobres Pares, com assento nesta augusta Casa.

PROJETO DE LEI N.º 66/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o INSTITUTO LONDRINENSE DE EDUCAÇÃO DE SURDOS - ILES, com sede e foro na cidade de Londrina - Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1979.

(a) RUBEM VALDUGA

JUSTIFICATIVA:

O INSTITUTO LONDRINENSE DE EDUCAÇÃO DE SURDOS - ILES, com sede e foro à Rua Asas, 35, na cidade de Londrina - Paraná, constitui uma sociedade sem fins lucrativos, tendo como objetivo amparar e defender o educando surdo nos seus justos interesses e aspirações educacionais, sociais, morais, espirituais e materiais, capacitando-o profissionalmente através de estudos de vocalização, leitura oro-facial, treinamento auditivo, estimulação precoce e escolaridade, a fim de que comunique-se com seus semelhantes, proporcionando, desta forma, a sua integração na sociedade.

Encontra-se em pleno funcionamento e atende às determinações previstas em lei. A ILES, por sua própria condição, justifica o presente pedido.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado José Tavares, primeiro orador inscrito.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É perfeitamente admissível que a polícia, tanto a civil quanto a militar, Sr. Presidente, para reprimir e prevenir crimes, às vezes detenham cidadãos, para averiguações. Isto, evidentemente, não está em nenhum Código Penal, todavia, é uma prática existente em todo o País, há muitos e muitos anos. Portanto,

como função precípua da polícia que é prevenir e reprimir crimes e contravenções, nós entendemos perfeitamente admissível que as autoridades policiais, sem se excederem em suas funções, detenham elementos que não portem documentos e que se portem, às vezes, aparentando alguma suspeição e por isto sejam encaminhados ao posto policial, para a devida averiguação. Mas o que não podemos admitir, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é o fato de que, agentes da autoridade procedam prisões, ilegalmente, sem nenhuma razão fundamentada que os autorize a agir desta maneira.

Exatamente sobre este fato é que venho hoje à tribuna desta Casa, para relatar a V. Ex.^{as} um caso de abuso de autoridade, um caso de arbitrariedade por parte de agentes da autoridade, e também, de uma autoridade policial do Município de Paranavaí. E, com a permissão dos Srs. Deputados, gostaria de ler uma reportagem que saiu no jornal "FOLHA DE LONDRINA", do dia 20 próximo passado, com o título JORNALISTAS DE LONDRINA FORAM PRESOS EM PARANAVAÍ:

"O jornalista Germano de Oliveira, correspondente em Londrina do jornal "O ESTADO DE SÃO PAULO", e o fotógrafo Luiz Prado, igualmente de Londrina, foram presos sexta-feira à noite, em Paranavaí, onde faziam uma reportagem sobre Erosão, e, libertados, na manhã de ontem".

De ontem, evidentemente, sábado.

"Eles foram presos, sob a acusação de se encontrarem em atitude suspeita porque haviam estacionado o carro, perto da casa do Delegado de Polícia, Luiz Norberto Canhoto.

Germano e Prado contam que haviam estacionado o carro numa rua central da cidade, quando um rapaz chegou também de carro e disse que eles não deveriam permanecer ali, pois estavam defronte à casa de sua noiva, a filha do Delegado, e os vizinhos poderiam pensar mal da moça.

Os jornalistas responderam que a rua era pública e que eles podiam estacionar onde entendessem, e permaneceram no local mais alguns minutos, enquanto o rapaz arrancava com o seu carro, um Maverick amarelo, em alta velocidade.

Pouco tempo depois chegavam ao Hotel Excelsior onde os jornalistas estavam hospedados, e estes foram surpreendidos com a presença de quatro soldados armados, sem fazerem perguntas ou pedirem documentos, deram voz de prisão aos dois.

Germano foi levado num camburão, enquanto Prado foi obrigado, sob a mira de um revólver, a dirigir o seu carro até a Delegacia.

Germano conta que ficou trancafiado, pelo menos, duas horas, no camburão, até que chegasse o escrivão, enquanto Prado, o fotógrafo, foi recolhido a uma cela imunda, cheia de urina, e só por volta das cinco horas da manhã de sábado, portanto, quando o Delegado chegou, tratando-nos, aos berros, segundo os jornalistas, irritado porque o tiraram da cama naquela hora, segundo contam, é que foram libertados.

É essa a razão, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que nos traz à tribuna. Eu disse e volto a repetir, e acho perfeitamente admissível que o agente da autoridade, ou até mesmo essa, possa deter alguém, desde que esse alguém não tenha nenhum documento pessoal que o identifique, e sobre o qual recaia grande suspeita sobre a prática de um determinado crime.

Mas estes são jornalistas altamente documentados. Eles quiseram se identificar aos agentes da autoridade e na Delegacia também quiseram se identificar à autoridade, na condição de jornalistas, que estavam naquela cidade, fazendo levantamento sobre a erosão, e nada disso prevaleceu. Ficaram presos por mais de vinte e quatro horas. Essa é a razão, Senhor Presidente, Senhores Deputados, pela qual nós hoje ocupamos esta tribuna para fazer esta denúncia e pedir a S. Ex.^a o Sr. Secretário de Segurança do Estado do Paraná, que temos sentido nele, bons propósitos, inclusive, e que tem demonstrado ser um homem sério e que na medida em que as denúncias vão chegando, ele

tem interesse no esclarecimento.

Portanto, fica aqui o meu apelo a S. Ex.^a o Sr. Secretário de Segurança, no sentido de que sejam devidamente apurados esses fatos e também, proibidos que fatos como esses não mais se repitam.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Antônio Facci, segundo orador inscrito.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Indicados pela Liderança da bancada do MDB, fazemos parte da CPI que deveria ou deve apurar as irregularidades ocorridas no sistema cooperativo deste Estado, bem como, ao longo desses trabalhos, ouvindo lideranças cooperativistas, bem como cooperados deste Estado, pudesse este Poder Legislativo apresentar sugestões para que o sistema em nosso Estado, voltasse realmente a prestar os serviços a que está destinado o sistema cooperativista nacional.

Tivemos, no entanto, já na reunião de instalação uma verdadeira demonstração de força, de ditadura de maioria imposta pela bancada arenista dentro daquela Comissão Parlamentar de Inquérito.

O autor da idéia, Deputado Nelson Friedrich, que estudou profundamente o assunto, que esteve nessa tribuna, durante uma hora inteira, a justificar a apresentação desse pedido de CPI, foi impedido, pela bancada governista, de ocupar qualquer posição de direção da CPI das Cooperativas do nosso Estado.

Não entendemos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que um acordo de cavalheiros, existente entre as Lideranças da bancada da ARENA e do MDB, fazendo com que cada Deputado que requeresse uma CPI fosse indicado para a Presidência, fosse rompido, como foi rompido, nesta oportunidade, elegendo para a Presidência, um Deputado da ARENA e, este, sem nenhum respeito, ainda, ao Deputado que teve a iniciativa da matéria, indicando, também, para relator, um Deputado da ARENA. Falta inequívoca de respeito, primeiro, ao acordo de cavalheiros existente e, em segundo lugar, demonstrando, claramente, a esta Casa e ao Paraná, que não se pretende, no desenvolvimento dos trabalhos da CPI do Cooperativismo, chegar-se, realmente, a um resultado positivo. Tivemos a impressão, todos os Deputados do MDB que participaram daquela reunião, que, educadamente, participaram apesar de saber já de antemão dos resultados, procurando argumentar e apresentar sugestões para que se chegasse a uma conclusão lógica de um dos dois cargos, senão a Presidência, o cargo de Relator da CPI fosse dado à nossa bancada e especificamente ao Deputado Nelson Friedrich, autor da idéia, autor da matéria, conhece o assunto e está preparado, realmente, para levar essa CPI avante. Não sabemos, efetivamente, se vieram ordens do Palácio para esta CPI fosse esfriada, como tantas outras foram; mas, a impressão que nós tivemos, foi esta — que não interessa ao Governo que esta Assembléia e, particularmente, os Deputados do MDB conheçam, a fundo, o sistema de funcionamento das Cooperativas em nosso Estado.

Nós não podemos admitir que novos casos se repitam; mas, pessoalmente, devo dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que se persistir esta situação — da Presidência da CPI ficar em mão da ARENA e o Relator também ser um Deputado da ARENA, nós renunciaremos à condição de membro dessa CPI, reservando-nos o direito de vir a esta tribuna, quase que diariamente, com denúncias e com fatos para se chegar, por esta via, que esta é impossível de nos retirar, a não ser por um ato de força, nós não poderemos ficar calados, mas, lá, não vamos comparecer porque essa CPI não vai levar a nada, porque pelo que nós entendemos não interessa ao Governo a análise mais profunda do problema. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a pa-

lavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvimos, atentamente, a exposição que foi apresentada pelo nobre Deputado Antônio Facci. E queremos, usando desta tribuna, dirigir um apelo a S. Ex.^a e aos demais componentes da CPI do Cooperativismo indicados pelo Movimento Democrático Brasileiro, no sentido de que reexaminem a decisão adotada, pois, efetivamente, esta Casa de Leis precisa contar com a colaboração de todos aqueles imbuídos da melhor boa vontade para encontrar soluções que visem o desenvolvimento do Estado do Paraná, dentro de um ambiente de respeito e de dignidade. Se eleito presidente, um dos componentes da Aliança Renovadora Nacional, efetivamente se avaliou a sua dignidade, a sua condição de bem orientar os destinos da Comissão como prevêem os instrumentos legais reguladores da matéria, obviamente, sem demérito aos demais membros.

Por sua vez, o relator com a sua responsabilidade, terá condições de observar todas as questões que venham a ser tratadas na Comissão e certamente irá retratar no seu relatório aquilo que é considerado necessário, bem desempenhando das atribuições que lhe foram conferidas.

Cremos, sinceramente, que a colaboração do M.D.B., como nas demais comissões tem ocorrido, será de grande importância para a efetivação das medidas propostas.

Por outro lado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, trazemos à tribuna, nesta oportunidade, um requerimento que pretendemos apresentar nesta sessão. Prevê o mesmo o encaminhamento ao Secretário das Finanças, de um expediente sugerindo os estudos considerados necessários para que seja proposta a esta Casa de Leis, uma medida autorizando que os créditos tributários que não tenham sido ainda executados nos prazos regulamentares, e pendentes de execução, sejam recebidos com reduções na multa e na correção monetária.

Apresentamos, a seguinte justificativa a este requerimento. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor EDSON NEVES GUIMARÃES, Secretário das Finanças, sugerindo estudos técnicos com vistas a elaboração de plano de lei autorizando o recebimento de créditos tributários referentes a operações relativas a imposto sobre circulação de mercadorias que não tenham sido executadas nos prazos regulamentares e pendentes de execução com reduções na multa e correção monetária.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1979.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

As dificuldades que se apresentam aos agentes da produção são notórias, considerando a incidência, no ano transato, de secas e geadas.

Conseqüentemente, muitos contribuintes do Estado encontram-se em atraso no pagamento do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, impossibilitados de pagar os valores corrigidos.

Objetiva a presente proposição que seja dada condição para a quitação a curto prazo, proporcionando, ao mesmo tempo, um sensível aumento na arrecadação do Estado.

A medida, aliás, não é inédita, tendo em vista o conteúdo da Lei n.º 7020, de 05 de julho de 1978, aprovada por esta colenda Assembléia Legislativa.

Esperando contar com o apoio dos nobres Pares apresentamos o requerimento em tela.

Esperamos contar com o apoio dos nobres Pares na aprovação deste requerimento, que acreditamos virá de encontro aos anseios dos contribuintes que tiveram dificuldades de quitar

os seus débitos, no ano passado e início deste. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê). "A TRILOGIA: "CORRUPÇÃO - SERVILIDADE E DITADURA", tiveram na última quinta-feira, o seu dia de glória no Estado do Paraná.

Como é do conhecimento de todos, naquela dia instalou-se aqui nesta Casa a Comissão Parlamentar de Inquérito do Cooperativismo, a qual foi requerida pelo Eminentíssimo Deputado Nilton Friedrich, o qual para honra do nosso povo, pertence à bancada do meu Partido, o MDB.

A finalidade precípua que levou a instalação dessa CPI, é contribuir com a causa do verdadeiro cooperativismo paranaense dado o gradual afastamento de suas finalidades fundamentais, bem como a apuração de irregularidades que tem sido veiculadas pela imprensa de nosso Estado, as quais teriam ocorridas na COTRIGUAÇU, que tinha na sua Presidência, o Suplente de Senador "Biônico", ROBERTO WYPYCH, o qual renunciou o seu mandato, antes da Instalação da CPI, como se a "renúncia" fosse o meio legal dos homens acusados de corrupção, fugirem de suas responsabilidades, como recentemente aconteceu em Umuarama com o Prefeito Cioni Neto.

Mas, causou-nos surpresa, que uma tradição tão antiga, como antigo é o Parlamento Brasileiro, ter sido desrespeitada, isto é, a proporcionalidade de representação, não foi observada nessa CPI, quebrando-se assim, velha tradição parlamentar brasileira.

Todos sabem que a Presidência ou o Relator dessas Comissões, sempre foi oferecido a quem requereu a mesma, e foi pasmados que assistimos, que isso não se sucedeu nesta Comissão, demonstrando que mais uma atitude "anti-democrática" fora perpetrada pelo partido situacionista desta Casa, que impôs sua vontade, num verdadeiro ato ditatorial, faltando com a ética parlamentar, ficando a ARENA com o Presidente e o Relator.

Mas o que fica evidenciado neste episódio triste para a vida parlamentar paranaense é o velho adágio popular "QUEM NÃO DEVE, NÃO TEME", logicamente tirando os "nãos" "QUEM DEVE, TEME", pois, por certo a preocupação do partido situacionista e do próprio Governador do Paraná, é acobertar os supostos atos espúrios e de corrupção praticados no cooperativismo de nossa terra, e em especial na COTRIGUAÇU, onde a responsabilidade recai sobre ROBERTO WYPYCH, suplente de Senador "biônico" do Paraná, e que representa o protótipo dos políticos governistas, que querem a todo o custo manter o sistema vigente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje a CPI é o caminho de que dispõe a minoria parlamentar, para esclarecer fatos que venham a denegrir a imagem de nosso País, e, principalmente prejudicar o nosso povo, e o tolhimento dessa possibilidade, vem demonstrar o desinteresse no esclarecimento de fatos de interesse da coletividade, e aqui, dos cooperados de todo o Paraná, que sempre viram no cooperativismo, uma saída econômica para suas angústias.

As ordens vindas do Palácio Iguaçu, impuseram o Deputado David Cherigate na Presidência da CPI, e o Deputado Augusto Carneiro, como Relator, mas notem que o Deputado David Cherigate pertence a cidade onde é sede da COTRIGUAÇU, que era dirigida pelo Sr. ROBERTO WYPYCH, suplente de Senador "Biônico", pertencente as mesmas fileiras da ARENA."

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Lamento, Sr. Presidente, ter que

interromper o nobre orador, para uma Questão de Ordem.

Acontece que S. Ex.^a está sendo injusta, está mentindo da tribuna, porque não veio ordem nenhuma do Palácio Iguaçu e a Comissão escolheu livremente o seu Presidente, escolheu livremente o seu Relator exercendo um direito que a maioria confere nos parlamentos.

O SR. DARCY DEITOS — Direito ou ditadura da maioria?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — (Faz soar os tímpanos).

Na tribuna continua com a palavra o Deputado Darcy Deitos. V. Ex.^a tem um minuto para a conclusão do seu pronunciamento.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Tem a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente. Acho que a expressão "mentindo" é anti-regimental, requeiro a V. Ex.^a que mande expungir das notas taquigráficas a expressão, porque é anti-regimental.

(Continua com discursos paralelos inaudíveis).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — (Faz soar os tímpanos). A Mesa solicita dos Srs. Deputados, um tanto de tranqüilidade, e lembra ao Sr. Deputado que se encontra na tribuna, que V. Ex.^a tem um minuto para a conclusão do seu pronunciamento.

O SR. DARCY DEITOS — Para finalizar, Sr. Presidente. —

(Continua lendo): "Daí, pela não participação da Minoria, esta interessada em esclarecer todos os fatos sobre o cooperativismo em nosso Estado, temos que afirmar, que desconfiamos da lisura dos trabalhos a serem desenvolvidos por esta CPI." Era só, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, no Pequeno Expediente. Sr. Deputado Nilton Friedrich.

O SR. NILTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há realmente determinados princípios de ordem científica que não cabe ao homem, atendendo os seus diversos interesses, modificar a qualquer instante. E uma Comissão Parlamentar de Inquérito ao longo da história dos parlamentos, e em todos os países democráticos ou que pretendem a democracia, tendo parlamentos abertos, tem sido a tônica e cientificamente colocada, como um instrumento das minorias.

Os tratadistas que embasam as comissões parlamentares de inquérito, toda a colocação técnico-jurídica deste instituto, definem, claramente, que uma Comissão Parlamentar de Inquérito sempre foi e será o instrumento das minorias parlamentares. A prova está, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que para se constituir uma CPI, é dispensável a maioria, basta um terço dos parlamentares, para que se instale uma Comissão Parlamentar de Inquérito; e, dentro deste quadro estritamente científico, obedecido no País ao longo de sua história, respeitado na Câmara Federal, que parecia ser devidamente respeitado aqui, na última sexta-feira, não o foi.

Não que aqui se pretenda e desde o início faço referência, que se pretenda trazer ao MDB a exclusividade do assunto da interposição da matéria, mas já que o Partido Oposicionista, a minoria nesta Casa, promoveu este instituto, acionando os dispositivos constitucionais e regimentais, é fundamental que se respeite, até por ética, até por princípio de honrabilidade parlamentar, isto que os tratadistas determinam ao longo da história dos parlamentos e do próprio Direito.

Por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não vai nenhuma pretensão personalista, porque nós subscrevemos esta CPI, apenas entendemos que cabe à ARENA reivindicar com tranqüilidade a Presidência e a ela não nos rebelamos, em princípio, mas o que não entendemos é que quando numa CPI, existem efetivamente apenas dois cargos executivos, seja aliada a minoria, para dar vazão a não sei que interesses. Porque a par-

tir daquele instante, está sob suspensão a CPI e todo o cooperativismo do Paraná.

Não pretendíamos e não pretendemos, ao tomar esta decisão de instituir uma CPI do Cooperativismo, subverter este movimento, muito menos, trazer a esta Casa depoimentos ou causas totalmente negativas. Só quem não leu o nosso instrumento inicial, quem não leu a petição expositiva da CPI, só quem não teve conhecimento e não fez uma leitura integral, é que pode ter uma pretensão de achar que o MDB busca atrapalhar o Cooperativismo; ignorando as causas geradoras que motivaram o pedido, é que eu entendo algumas graciosas interferências que tivemos, dizendo que o MDB poderia pretender atrapalhar ou até prejudicar o produtor rural.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que é pior ao nosso produtor rural...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). -- A Mesa informa que V. Ex.^a tem um minuto para conclusão de seu pronunciamento.

O SR. NELTON FRIEDRICH -- Concluo, Sr. Presidente, dizendo que pior ao nosso produtor rural é, efetivamente, os desmandos e desequilíbrios administrados que hoje existem por aí, o endividamento crescente das cooperativas e o afastamento diuturno de associados de suas cooperativas, desviando o produto, vendendo até para grupos multinacionais e outros intermediários espoliativos.

Isto é perigoso e é aí que o Cooperativismo precisa voltar às suas origens, às suas premissas, aos seus ditames filosóficos e doutrinários que existem no mundo inteiro e que no País se transformaram as Cooperativas em S.s A.s de fatos, em que cinco ou oito demandam, enquanto cinco ou oito, dez mil associados acabam tudo assistindo passivamente, sem poder participar ativamente do processo.

Mas, Sr. Presidente, não coloco aqui dúvidas sobre a honrabilidade pessoal do Presidente nomeado, ou do Relator nomeado, não coloco dúvidas sobre a honrabilidade pessoal, mas me surpreende e eu estranho porque improcede, é aético e amoral, em não haver a distribuição equitativa, como se fez, Sr. Presidente, na constituição da Mesa Executiva, que tem um Presidente, que é o cargo mais importante, da maioria, que tem primeiro Secretário da maioria, mas tem o segundo Secretário que é também cargo executivo da minoria, respeitando o equilíbrio, inclusive, da própria ética, da própria moral e do próprio princípio do Parlamento.

Por isto, Sr. Presidente, se procurou, desta CPI, dar um colorido e uma colocação partidária e terão então uma colocação partidária da minha pessoa.

Muito obrigado. -- (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). Concedo a palavra ao último orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA -- Sr. Presidente, Srs. Deputados. Nossa voz é mais uma, que se soma, que se levanta, em defesa dos interesses da COTELPA - Companhia Telefônica de Paranaguá.

O paranguara sente-se frustrado, decepcionado e até esbulhado, diante do fato que ora se coloca em Paranaguá, pela absorção da COTELPA pela TELEPAR.

Independentemente de cores partidárias, não é ARENA, nem MDB; tenho certeza inclusive, que o Deputado João Elísio aqui estivesse, corroboraria conosco, participaria, inclusive da nossa luta, porque já sentido em S. Ex.^a uma disposição enorme de apelar a fim de que se reformule aquela encampação.

Preparamos um conteúdo, a fim de que as autoridades sintam a nossa filosofia, o nosso pensamento. E dizemos o seguinte. (Lê):

"Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Há quatorze anos foi fundada a Companhia Telefônica de Paranaguá. A COTELPA, como é mais conhecida, é fruto do

idealismo; foi gerada pelo labor generoso da coletividade paranguara; nasceu como resultante final da destinação nobre que deu às suas poupanças a brava gente litorânea.

A COTELPA, Sr. Presidente e Srs. Deputados, surgiu humilde, hesitante, mas confiante porque alicerçando acendrado e nunca desmentido apego da gente de Paranaguá à sua terra e às suas coisas. Por isso mesmo medrou, cresceu, venceu.

Em nenhum momento demandou a COTELPA apoio dos Governos Federal e Estadual. E nem lhe foi oferecido.

Em ocasião alguma recorreu a COTELPA a financiamentos de estabelecimentos de crédito oficiais. E nem lhe foram ofertados.

A COTELPA, respaldada na inarredável decisão dos paranguaras de apoiá-la, venceu o desafio a que se propôs há quatorze anos passados.

Durante esse tempo, não há como nem por que negar, enfrentou dificuldades, defrontou-se com momentos críticos. Nessas oportunidades, quando seria altamente benéfico o ingresso de recursos estatais, recebeu não mais que silêncio e indiferença. Quando da realização de ampliações, a que o progresso não lhe permitia furtar-se, também não conseguiu a COTELPA sensibilizar os setores competentes, nem mesmo a empresa-polo no setor de telecomunicações em nosso Estado -- a TELEPAR.

Superando etapas difíceis, graças ao denodo de seus dirigentes, ao permanente apoio dos acionistas, à compreensão dos usuários e ao generoso estímulo da população, alcançou a COTELPA o estágio florescente dos dias que correm, expressos em dados como estes: em perfeita operação uma central com 3.000 terminais; 5.149 telefones em pleno funcionamento; capital integralizado até 31 de dezembro de 1978 de Cr\$ 27.832.992,00, distribuído entre mais de 1.200 acionistas.

Cabe, nesta altura, estranhar; mais que isso, lamentar que somente agora, decorridos quatorze anos, em que não estiveram ausentes vicissitudes e lutas, quando já vitoriosa e consolidada a COTELPA, venha a TELEPAR tentar obter o seu comando acionário, subtrair ao controle da gente paranguara uma empresa que este criou e mantém com sua poupança e que a essa confiança soube corresponder com a qualidade e eficiência dos serviços que presta à coletividade.

Entristece reconhecer, mas desrespeito à poupança coletiva paranguara está caracterizada no edital que a TELEPAR publicou, com oferta para compra de ações da COTELPA a noventa e seis centavos por ação, quarenta centavos inferior ao valor atual das ações.

Alude o edital da TELEPAR, também, a outros elementos, como o valor do capital social, sua divisão em ações ordinárias nominativas e ao lucro que teria obtido no ano passado a COTELPA.

Seria o lucro apontado o fator determinante do empenho da empresa estadual em adquirir o comando da equivalente municipal, muito mais que a alegada diretriz federal de unificar o comando acionário das empresas da área de telecomunicações?

E como situar a hoje proclamada tendência federal de desestatização, de retorno à privatização de atividades; se neste episódio uma empresa de comando estadual como a TELEPAR, se apresta a absorver uma próspera empresa privada?

A verdade, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é que cumpre a Paranaguá reagir ao golpe que lhe pretendem desferir.

Sem negar à TELEPAR o direito inquestionável de propor a compra de ações aos seus portadores, cabe orientar os acionistas, alertá-los para a circunstância de que a venda de tais ações importará na alienação do comando, senão da própria COTELPA.

Aos poderes públicos e à brava gente paranguara endereçamos a conclamação no sentido de que se unam e, unisonamente, se façam ouvir em defesa da empresa que criaram, ajudaram a crescer e desejam manter tal como é hoje: -- uma

COTELPA bem sucedida, eficiente, progressista, respeitada pela qualidade dos serviços que propicia à coletividade. Uma COTELPA fundada por paranguaras, mantida por paranguaras e que paranguara deve permanecer."

Era o que tinha a dizer. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, declino no Grande Expediente em favor do Deputado Nelson Friedrich.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa lamenta, mas infelizmente não pode atender a solicitação do Sr. Deputado, devido às inscrições. De acordo mantido com as Lideranças, dou por encerrado o Grande Expediente, e passaremos ao horário reservado às Lideranças.

Consulto à Liderança do MDB se deseja fazer uso da tribuna.

O SR. DARCY DEITOS — O nobre Deputado Nelson Friedrich vai falar.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados. A Liderança do MDB definiu uma homenagem durante a presente semana, é uma análise da presença do estudante na vida nacional.

"O estudante como rompedor de novas idéias."

Ao longo da história do Brasil, vamos encontrar o estudante na vanguarda das lutas políticas, econômicas, sociais e culturais, sempre em busca de modificações conjunturais ou estruturais da vida nacional.

Pontificando extraordinárias lutas, a classe estudantil fez por merecer efetivos espaços entre as forças políticas e populares da nossa Pátria.

O movimento estudantil brasileiro, desde os seus primórdios, com as peculiaridades de cada época, jamais se ateve exclusivamente aos problemas específicos ou internos que os envolvem. Avançou decididamente no despertar ao apoio de posições progressistas que beneficiassem diferentes setores da sociedade, ou mesmo que refletissem em todo cenário nacional.

Face à sensibilidade dos jovens, a universalidade de atos e fatos que circundam o seu dia a dia, por força da pureza de ideais, em razão do sentimento de justiça social, motivados pela honestidade de princípios, defensores que são, intransigentes, daqueles explorados, oprimidos e injustiçados de toda ordem; amantes da liberdade e entusiastas da solidariedade humana, pela insatisfação e reivindicação que lhes são próprias, os estudantes sempre promoveram o despertar de novas idéias.

Por jamais se acovardar Sr. Presidente, foram e são os estudantes, protagonistas de profundos rompimentos nos conservadorismos próprios da vida brasileira. Por não serem pusilânimes, significam a extensão séria de pensamentos reformistas.

O estudante, por tudo isso, participa dignamente da memória nacional. Está presente nos movimentos libertários da luta contra a escravidão, na afirmação da própria independência, na jornada republicana, nos movimentos constitucionalistas, nas conquistas sociais, nos momentos importantes para a Nação, no despertar de novos valores comunitários, na busca de mudanças nas estruturas do Poder. Enfim, possui uma profícua e marcante participação na vida pública brasileira.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o estudante faz democracia, debate, movimenta, discute, mobiliza!

O estudante é a liberdade personificada. Opina, pensa, questiona, muda conceitos, derruba preconceitos, sua ação modificadora é multiplicadora. Age na família, alterando posições. Age entre seus pares aglutinando novas forças. Age na opinião pública exteriorizando lutas e sentimentos e tem elevada capacidade de influir em outros segmentos sociais.

E ao longo de sua presença histórica, o estudante tam-

bém se estruturou: associou-se, fez surgir entidades representativas, fundou a União Nacional de Estudantes, organizada surge uma força e a voz do estudante brasileiro.

Grandes momentos viveu a União Nacional de Estudantes a histórica UNE.

Memorável campanha que entusiasmou o Brasil inteiro!

Extraordinária campanha que embriagou todas as camadas sociais: "O Petróleo é Nosso".

O estudante nas ruas. O grito de soberania. A liberdade personificada. A manifestação organizada. O petróleo é nosso. A UNE presente.

A UNE mobilizando. A UNE produzindo. A UNE organizando.

Antes mesmo fizera a campanha para o Brasil entrar na guerra contra o nazismo. Porque, o espírito de liberdade e democracia estão intrínsecos no jovem.

Luta titânica para criação do CPC: Centro Popular de Cultura que deu impulso definitivo à arte dramática brasileira, revelando autores como Oduvaldo Vianna Filho, Gianfrancesco Guarnieri, João das Neves, e tantos outros.

Luta dignificante, levantando grandes temas nacionais.

Denúncias, denúncias como as de quinze anos passados, quando a UNE realizava seminários sobre a devastação e desnacionalização da Amazônia. Naquela época, em vários seminários, inclusive o último em Manaus. Sobre a reforma universitária. Estudos, debates, debates e estudos, para que tivéssemos uma universidade democrática e voltada às necessidades da maioria da população brasileira.

A luta titânica para ensino gratuito.

Representação estudantil nos órgãos colegiados.

Luta pela anistia, nos últimos anos do Brasil.

A luta contra a exploração dos exploradores e demais classes sociais.

Defesas sérias e objetivas ante a infiltração cultural e domínio do capital estrangeiro.

A luta pela assembleia nacional constituinte.

E tantas outras jornadas altamente significativas.

Nos anos 60, o estudante brasileiro pontificou nas mobilizações sociais. Ante a fragilidade de muitos partidos políticos, muitos, atrelados ao personalismo populista, o movimento estudantil, com as falhas existentes, mas possuía uma organização nacional com mobilizações sintonizadas e até certo ponto bem estruturadas.

A força política da UNE era sentida à época, Sr. Presidente, Srs. Deputados; a nomeação de Ministro de Educação era precedida de uma consulta à União Nacional dos Estudantes.

Após 64, Sr. Presidente, o estudante foi deserdado de seu glorioso passado. Houve bloqueio à participação política do jovem, extinguiu-se a liberdade de organização, dificultou-se o acesso à cultura, diminuiu-se a luta por seus justos interesses, surgiram os 477 e os 228, e a repressão generalizada, vitimando lideranças estudantis.

Desde 1961, Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos os Presidentes da UNE sofreram repressões, exílio, prisões, banimentos, desaparecimentos, como do último Presidente, compõem a vida recente das representações mais expressivas da entidade. Evidentemente, Sr. Presidente, que, tudo isso ocorreu, por força da importância da UNE na vida nacional. A extinção significava intimidação e bloqueamento da participação do jovem, na vida brasileira. E o que é mais grave, Sr. Presidente, é que a juventude brasileira, representando dois terços da nossa população, passou a ser desconhecida e anti-democraticamente repudiada pelos governos revolucionários. No entanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, apesar da violência e das prescrições oficiais em contrário, o estudantado, é verdade, em menor escala, continuou atuando contra o ensino pago, contra decretos repressivos, contra pseudo reformas, con-

tra leis de jubileamento, contra injustiças e atropelos aos direitos humanos. E a cada resistência, os esparsos movimentos estudantis sepultavam na prática, mais e mais, a repressão e as aplicações do 477 e do 228, bem como dos Regimentos Internos possuidores de poderes arbitrários.

Em que pese, Sr. Presidente, toda campanha que se fez no Brasil, para desmoralizar a UNE através de bem arquitetadas manobras caluniosas, a entidade permaneceu, como vontade latente de todos os estudantes: fez-se, até está na história do País, uma CPI para estudar e analisar a UNE, as suas verbas e suas infiltrações possíveis e exóticas. No entanto, Sr. Presidente, estão aí os depoimentos nos Anais da Câmara Federal, provando que, a CPI da UNE fora, efetivamente, mais um instrumento para desmoralizá-la perante a opinião pública, porque esta CPI, em várias perguntas - que estão lá os documentos dos depoimentos - perguntas feitas por políticos conservadores e preocupados em manutenção do "status quo", efetivamente não permitiam nem que a resposta viesse, já bloqueavam a informação que os líderes estudantis davam àquela CPI. E a imprensa, com raríssimas exceções, também participava desta manobra desestabilizadora dos estudantes, e acima de tudo, desmoralizadora da UNE, até que, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com todos esses percalços, com todas essas dificuldades, com todos esses desencontros, com toda a repressão, após reuniões preliminares, está marcado, para o próximo mês, o Congresso de Reconstrução da UNE, em Salvador da Bahia.

Trata-se, portanto, Sr. Presidente, de dar ao jovem, o direito de participar da vida pública do País, sendo por consequente, indispensável que, para integrar a juventude à vida nacional, deve ser concedida a liberdade de associação; aliás, Sr. Presidente, Srs. Deputados, direito fundamental do Homem, garantido pela Declaração da ONU e que a própria Constituição brasileira prevê.

Bem sei, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que muitos são aqueles que desconhecendo a história da ONU, a sua luta libertária pela democracia, pela liberdade e pela própria justiça social, ao longo da história do Brasil, ainda vêem a ONU, com os seus olhares, mas Senhor Presidente, Senhores Deputados, evidencia-se que a UNE constituirá desde a sua existência determinada pelos estudantes, um novo organismo no cenário político nacional, e o estudante o faz com primazia, pois a UNE será a primeira organização unitária e nacional a se reconstituir, de todas as que foram aliadas no cenário brasileiro, durante os últimos quinze anos.

Mas uma vez, é o estudante rompendo a estrutura, rompendo o sistema, rompendo a realidade. Cabe-nos dar as boas vindas à entidade em nome de todo o partido, em nome da liderança e em nosso próprio, porque a UNE é a força e a voz dos estudantes, e que por algum tempo, haverá de ser também a força e a voz de outros segmentos da sociedade e que o Governo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que tem repetido a sentença, de todas conhecida, de que o Brasil é um País jovem, deve respeitar a vontade de participação da juventude brasileira, que atinge quase setenta por cento deste País, um País eminentemente jovem, com a grande maioria dos seus habitantes pertencendo à juventude, deve ter a sua vez e a sua voz ter direito à participação, mas para um homem poder participar, ele precisa estar organizado em associações e entidades associativas e que o Governo então, Senhor Presidente, não repudie a UNE, porque repudiar a UNE, o homem público brasileiro, Governo que repudiar a UNE, está repudiando o jovem. Repudiando o jovem, estará sendo repudiada a maciça maioria dos habitantes do Brasil.

Queira Deus, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que se respeite essa maioria da nossa população, porque aqueles que foram jovens, com participação estudantil, todos os Deputados que estão aqui, todos os brasileiros que passaram

por bancos escolares, que tiveram vivência universitária, sabem da importância para todo o sempre, da vivência da política estudantil, não política partidária, mas política que briga pelos interesses nacionais, que luta pela liberdade, que quer democracia e que quer um Brasil para os brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)
O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Consulto à Liderança da ARENA se deseja fazer uso da tribuna.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Erondy Silvério.
O SR. ERONDY SILVÉRIO — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Apenas para fazer um apelo aos nobres Deputados do Partido da Oposição nesta Casa, especialmente ao nobre Deputado Darcy Deitos, para que não tirem de um episódio corriqueiro, dentro de um parlamento, ilações que colocam terceiros sob uma condição que realmente jamais estariam, jamais estiveram. Não houve absolutamente, nobre Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados, e isso eu falo em nome da Liderança do Governo, sequer insinuação do Sr. Governador do Estado, para a composição dos dois cargos executivos da CPI do Cooperativismo.

A bancada da ARENA naquela comissão também não recebeu instruções da liderança com relação ao seu comportamento, na sessão inicial, porque seria, Senhor Presidente, qualquer ato do Sr. Governador do Estado, ou da Liderança do Governo nesta Casa, qualquer insinuação no sentido de que fosse escolhido esse ou aquele Deputado para os dois cargos executivos, seria evidentemente uma diminuição do caráter, uma diminuição da independência que cada membro tem neste Parlamento, nesta Casa de Leis.

Bem como as afirmações que se fizeram na tribuna anteriormente, de que o nome do nobre Presidente da CPI do Cooperativismo havia sido imposto, isso se constitui, Senhor Presidente, numa injustiça, não só ao Deputado David Cheriegate, mas a todos os Deputados componentes da CPI do Cooperativismo. Não há também, como se afirmou nesta Casa, preocupação do Governo em esconder atos espúrios. Absolutamente, este Poder irá, dentro da independência que lhe cabe, analisar toda documentação, todos os depoimentos que forem prestados na CPI do Cooperativismo, sem nenhuma interferência do Governo do Estado. Eu fiz um apelo ao nobre Deputado Augusto Carneiro para que abrisse mão de sua condição de relator, mas a maioria da bancada da ARENA, nesta Casa, revoltada com as expressões aéticas, pronunciadas nesta Casa, por nobres Deputados da Oposição, entenderam como válida a eleição realizada.

Ocupará a tribuna, dentro de instantes, no tempo que resta à Liderança da ARENA, o nobre Deputado Augusto Carneiro, relator da CPI do Cooperativismo, que irá fixar a sua posição e a posição da bancada, no episódio. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra, dentro do horário reservado à Aliança Renovadora Nacional, ao Sr. Deputado Augusto Carneiro.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sinto-me no dever de ocupar esta tribuna, neste curto espaço de tempo que me é permitido, para deixar bem claro, nesta Casa, os fatos que ocorreram na quinta-feira passada, quando da constituição da CPI das Cooperativas, fatos esses que culminaram no descontentamento da bancada da Oposição e que deixaram, hoje, perfeitamente manifesto. Desde o início da composição da CPI das Cooperativas, notou-se uma preocupação da bancada da Oposição em tentar cercear ou rejeitar alguns nomes de nossa bancada que, por ventura, poderiam fazer parte desta Comissão. Tentou-se, desde o princípio, dizer da ingerência que deveria existir do Governo do Estado, apontando nomes que fizessem parte desta Comissão;

tudo isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi criando um clima de início de tensão na composição desta CPI. Como todas as CPIs constituídas nesta Assembléia, elas não são feitas a toque de caixa; são precisos dias de confabulação e entendimentos para que se possa constituir; no entanto, a bancada da Oposição já cobrava o aceleração desta Comissão de CPI, dizendo que a nossa bancada não tinha intenção de dar andamento rápido para que se constituísse a Comissão das Cooperativas.

Chegamos na sala das sessões, de princípio, notou-se e se verificou a tendência que, até certo ponto, era válida e inteligente da bancada da Oposição, brigar pela Presidência. Nós entendemos, perfeitamente, o trabalho desenvolvido pelos ilustres membros da Oposição em pretender para sua Presidência, porque eram autores do requerimento que originou esta CPI. No entanto, cumprindo um dever nosso de defender a nossa bancada, que era maioria e, é maioria, naquela Comissão, nós tínhamos também o dever e a obrigação de defender, a qualquer custo, a Presidência da CPI que deveria caber, como coube, à bancada Majoritária ou ao número majoritário daquela Comissão. Em seguida, indicamos a Vice-Presidência à bancada da Oposição. Parece que foi, no entendimento deles, até uma ofensa.

Rejeitaram de pronto. Não tínhamos nenhuma intenção, até ali, de fechar questão total em favor de nossa bancada. E aproveitando aqui, quero dizer, de que não houve em oportunidade, nenhuma ingerência de Governo do Estado ou do Governador do Estado ou de quem quer que seja, para determinar como deveríamos agir, ou se alguma ingerência houvesse, nós talvez não tivéssemos aceitado a incumbência que aceitamos; porque se fosse para cumprir determinações alheias à Comissão, nós teríamos rejeitado a posição que assumimos. O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência me permite um aparte? O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Permito o aparte a Vossa Excelência, peço só que seja breve, nobre Deputado. O Sr. Nilso Sguarezi — Procurarei atender o pedido de Vossa Excelência, rapidamente.

Vossa Excelência afirmou de que o MDB procurou cercar a indicação de alguns nomes da Aliança Renovadora Nacional. Apelo para o bom senso da Casa, que quando o requerimento foi lido da tribuna pelo Deputado Nelton Friedrich, em um aparte o nobre e eminente Deputado Valduga, manifestou à Casa o desejo de pertencer a CPI. Foi indicado e posteriormente, Sr. Deputado, foi retirado da CPI. Ilações não subjetivas de ordem objetivas começaram a partir do instante em que o Secretário da Agricultura, Sr. Reynhold Stephanes, disse que a CPI atrapalharia o cooperativismo. Razões expostas pessoalmente pelo Governador do Estado, ao Deputado Nelton Friedrich, quando integrante desta bancada e dos Deputados do Extremo Sul compareceram ao Palácio Iguaçu, o Governador disse que esta CPI deveria ser tida zelosamente e com cuidado.

Ilações objetivas de que houve interferência e efetivamente houve.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Esta é a palavra de Vossa Excelência e eu, como Membro da CPI, não acredito em nenhuma interferência e não creio e acho que Vossa Excelência está precipitando as coisas.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento) — Apenas o nobre Deputado Líder do MDB está se sangrando em saúde. É comum, é fato corriqueiro dentro da própria bancada haver substituição de um Deputado por outro.

O nobre Deputado Egon Pudell, representante de Toledo pela bancada da ARENA, solicitou ao nobre Deputado Ruben Valduga que lhe cedesse o lugar na Comissão. Apenas isso. Não houve nenhuma outra intenção.

Isso é fato comum, corriqueiro e não será o nobre Líder

do MDB que vai impedir que fatos desta natureza repitam-se novamente dentro da bancada da ARENA, nesta Casa.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Vossa Excelência, qualquer um dos ilustres Deputados, tanto Egon Pudell como Ruben Valduga teriam pleno e perfeito e plena condição e responsabilidade suficiente para serem membros atuantes, livres de qualquer outra pretensão em benefício da CPI. O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento) — Deputado, estamos assistindo a sua explanação com atenção, dentro da democracia, onde esta Comissão foi composta de acordo com a democracia, de acordo com a vontade da maioria. E não vimos nada, Sr. Deputado, que ofenda aos ilustres membros da bancada do MDB, que sendo um Deputado da ARENA, o Relator ou o Presidente, que tanto os Deputados do MDB como os Deputados da ARENA são dignos, são homens honrados, e que não aceitam ingerências esdrúxulas aos seus pensamentos e às suas atitudes.

Se assim não o fôra, não estariam aqui representando uma parcela do povo paranaense. E seria um desrespeito aos Deputados componentes desta Comissão, uma contestação apenas demagógica, uma contestação que nos causa sofisma porque ou confiamos nos companheiros, ou então somos uma plêiade de homens sem almas que não queremos outra coisa a não ser tripudiar, vilipendiar o povo do Paraná e o Governo constituído.

Não houve ingerência de Sua Excelência o Sr. Governador do Estado; houve apenas um ditame onde "a maioria vence a minoria se convence". E é por isto e é esta a regra do jogo, a regra da democracia, e a regra que nós haveremos de aceitar se por qualquer eventualidade nós tivermos a minoria. Haveremos de aceitar sem contestação, sem ofender os seus colegas, os nossos colegas e sem mesmo duvidar da lhanéz, da hombridade e da honradez dos componentes desta Comissão, do seu Presidente e de Vossa Excelência como seu Relator.

E tem a nossa confiança que haveremos de dar um exemplo de honestidade, de hombridade, e principalmente de firmeza contra ingerências esdrúxulas, mesmo de nosso Governo, mesmo de nossa bancada, e também a Oposição que se ponha no seu lugar, que não venha trazer ingerências de outros setores que querem tumultuar o Governo, que não quer outra coisa a não ser o bem estar de nossa terra e de nossa gente.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Agradeço o aparte do Sr. Deputado Gabriel Manoel, e cedo um aparte ao nobre Deputado Valduga, e lhes peço por favor a brevidade do aparte.

O Sr. Valduga — Quero, antes de mais nada, fazer uma colocação de caráter pessoal. Quando foi lançada a idéia de uma CPI das Cooperativas eu disse, e me mantenho nesta posição, com a certeza que também será o pensamento dos ilustres membros, pela sua cultura, e pela gravidade do assunto, que encerra o tema cooperativismo, que tivesse a CPI muito mais do que um órgão de fiscalização propriamente, ou de denúncias ao sistema, de que tivesse antes de mais nada um foro de debates sobre o sistema Cooperativa.

Disse inclusive, na primeira ocasião, que me aliaria ao trabalho, tive a oportunidade grata para mim, de ser indicado como membro da Cooperativa através do nosso eminente Líder. E de uma certa feita aqui, o Deputado Egon Pudell por ser da região do Sudoeste, onde o problema se parecia mais imediatamente afetado, se bem que acho que o problema não é especificamente de uma cooperativa e sim contra um sistema, à análise desse sistema, eu com muito prazer cedi então, ao pedido deste Deputado. Não tive sequer na ocasião, e nisso vai uma delicadeza, o pedido de que rever-

tesse meu nome, feito de qualquer pessoa, muito menos da Liderança. Se tivesse feito, eu obedeceria e acataria, entretanto, foi apenas uma posição pessoal do Deputado Egon Pudell, que me pediu e me solicitou, e prontamente cedi. Quero dizer ainda, eminente Deputado, que participo do Cooperativismo e vejo realmente que nós temos necessidade de estudá-lo.

Tenho certeza que este elenco de pessoas, assim tão bem seletas para a matéria, poderemos fazer muito. Digo, poderemos porque a qualquer tempo posso inclusive, participar na condição de membro conselheiro da Central das Cooperativas que sou. Interessa-me o assunto e espero, que a questão, ela seja devida nos estritos termos em que foi proposta.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa ao orador que se encontra na tribuna, que Vossa Excelência tem um minuto para conclusão de seu pronunciamento. O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Agradeço, e encerrarei, Sr. Presidente.

Quero encerrar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, deixando bem clara minha posição. Hoje, agora e aqui, aceitei a condição de relator que havia sido indicado na 5a. feira, mas que tinha dito ao Líder da minha bancada, que consultasse à bancada, e que eu deixaria sob a vontade da bancada, se deveríamos ou não aceitar a indicação que tinha sido feita pelo Presidente da CPI da Cooperativa, mas aceitei hoje definitivamente, aceitei a condição de Relator.

E encerro as minhas palavras, repetindo aqui o que disse o Deputado Deni Schwartz na Comissão: "Esta CPI das Cooperativas, custe o que custar, ela irá cumprir o fim a que ela se destina, nós levaremos com justiça, com prudência até o final, doa a quem doer". E nós haveremos de fazer justiça e peço à nobre bancada da Oposição, a quem dou o direito de reclamação, dou o direito de agir e de falar toda vez que entender que a CPI não está cumprindo com a sua obrigação e com o seu papel. Por isso, peço tolerância e compreensão para que nós possamos dar a esta CPI um trabalho extraordinário que deverá ser a principal função desta Assembléia.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente. Necessita de apciamento. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, devidamente apoiado, constante do expediente. — Ao departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n.º 45/79. Em votação. — Aprovado.

De acordo com o requerimento de preferência acima aprovado:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 45/79, de autoria do PODER EXECUTIVO, oriundo da Mensagem Governamental n.º 50/79, que estabelece limites autorizativos para contratação de empréstimos, obtenção de financiamentos internos e externos pelo Tesouro Estadual, bem como concessão de garantias, fiança ou aval, e dá outras providências. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Em discussão.

O SR. LINEU TURRA — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para discutir,

concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados: (Lê):

"A nossa posição com respeito à matéria que hoje, nesta Casa se discute, não tem qualquer preocupação de ordem político-eleitoral. Cumprimos um dever de consciência, com a responsabilidade de cidadão e com o povo que nos delegou poderes para aqui representá-lo. Nessa razão, se nos convencessemos de que a pretensão do Excelentíssimo Senhor Governador, ao solicitar recursos por empréstimo, consultaria as conveniências do Paraná, não teríamos dúvidas de aprovar, pouco nos importando se o resultado fosse contrário aos nossos interesses políticos.

E assim, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que abstraído o aspecto constitucional e legal do projeto em exame, cuja desconformidade já foi demonstrado, sobejamente, sobra, para ser analisado, o seu ângulo político-financeiro, pelo qual, primordialmente, entendemos que descabe na hora presente.

A análise da matéria, entendemos que não podia fazer em termos de Paraná apenas, mas também, de Brasil, como um todo. Procuramos erguer a nossa visão, para enquadrar a nossa decisão, que reputamos de grande responsabilidade, face aos elevados valores que estão em jogo, à realidade da conjuntura econômica difícil, que atravessa o País, em razão da sua dívida externa.

Ora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, tudo isso dá o que pensar. E aqui, nós começaríamos, por fazendo uma comparação, parece até, um tanto quanto grosseira, mas que cabe, perfeitamente ao nosso ver. É que a situação do Brasil se parece com a história daquele cidadão que foi comer leite com farinha: colocou no prato, a farinha e o leite. Quando foi comer, percebeu que estava muito duro; adicionou leite, ficou muito mole; adicionou farinha, ficou muito duro; e assim foi, sucessivamente, colocando um e outro até que, ao final, já estava esturricado, e o prato ainda estava cheio. Acontece porém, que esse prato de leite com farinha virou soquete, que não dá para comer. O brasileiro está de barriga vazia, não existe lugar no prato, nem leite nem farinha.

Em 1.964, homens que pelo voto do povo, jamais chegariam ao poder, engendraram uma revolução bélica, que na verdade não houve. O governo, constitucionalmente eleito, João Goulart, para que realmente não houvesse essa revolução, preferiu deixar o poder sem resistência, cumprindo aquilo que já afirmara quando da sua posse, que assumiria o Governo do País pela força das leis e como Presidente Constitucional, jamais pisando sobre o sangue de seus irmãos de pátria.

Sem dúvida é uma lição de renúncia; uma lição de verdadeiro amor cristão, que a história haverá de registrar para fazer justiça.

E aí começa a triste História do Brasil.

No Governo, uns patriotas - e acreditamos, até bem intencionados; outros, aventureiros e comprometidos com interesses subalternos numa aliança espúria das conveniências de grupos estrangeiros com nacionais, que acabaram por absorver aqueles, completamente despreparados para assumir as grandes e difíceis responsabilidades de administrar o País.

E numa maquinação diabólica, em nome do progresso, acabaram por sufocar os direitos sacrossantos de liberdade da Nação brasileira, lançando-a no obscurantismo e na marginalização, com as mais abomináveis violências, que ceifaram muitas vidas humanas.

É preciso pois, que ativemos a nossa memória e coloquemos diante dos nossos olhos essa quadra triste da nossa história, nesses quinze anos em que a nossa dignidade de brasileiro esteve e está calcada de baixo do tacão do imperialismo-capitalista maldito, nessa composição conjurada a que nos referimos.

É o Brasil dos barões do dinheiro, representando dentro

e fora, pelos banqueiros, como antes, os barões do café; e, o que é pior, o Brasil das multinacionais, tendo a ampará-las grupos nacionais, enquistado no Governo, montado num sistema de força, com base na anti-lei.

E nos perguntam, por que Simonsem deve sair? Ora, a resposta é fácil, pois nunca deveria ter entrado como também não deveriam estar no Governo os Delfins, Andreazzas e outros dessa estirpe, que tanto mal causaram e estão causando à Nação.

Impuseram a este País um regime de escravidão. A nossa soberania nacional está praticamente comprometida. São quase quarenta e três bilhões de dólares o nosso endividamento externo, devendo neste ano de 1.979, ultrapassar a casa dos cinquenta bilhões de dólares. A nossa exportação de 1.979, segundo os últimos dados, está comprometida em quase oitenta por cento, para pagamento de juros, serviços e manutenção e amortização da dívida externa. E o que sobra para nossas importações que necessariamente teremos que fazer?

Não há dúvida, que a situação é caótica. Estamos sendo apontados nas estatísticas internacionais como o maior devedor do mundo.

E por que nos encontramos nessa situação até humilhante para nós brasileiros? Foi para isso que se fez a revolução? Depois de muito meditar, somos forçados a, honestamente, chegar a conclusão que sim. E não foi difícil, como a qualquer brasileiro que queira se interessar por saber, basta considerar o que afirmamos: o despreparo de uns e a malandragem de grupos nacionais, aliados a grupos internacionais.

Parta-se, de uma comparação bastante simples: exportamos a banana e importamos a casca pelo mesmo preço e até por preço superior. É o caso daquela empresa multinacional que exportava determinada peça de sua fabricação, aqui no Brasil, por um dólar apenas, e importava essa mesma peça, por doze dólares. Citamos apenas esse exemplo como um dos muitos que existem concretamente.

Esta pátria é comandada por senhores invisíveis, talvez as forças ocultas a que referiu Jânio Quadros e que o fizeram renunciar.

Esses senhores invisíveis que ditam aqui as regras do jogo, até na eleição dos homens que administram o País, estão por traz das grandes organizações, formando uma minoria dominante que exaure todas as vantagens, usando os "testas de ferro", uns dentro outros fora do Governo, mas todos leais serviais dos donos desse pacto execrável.

Ouvimos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, muitas vozes se levantarem, para protestar contra as afirmações da oposição neste País e os protestos generalizados da sociedade, por causa da crescente dívida e comprometimento da economia brasileira, para dizer que o Brasil, hoje, desfruta de crédito. É que, mal avisados, inocentes, desempenhando o seu papel de úteis aos interesses espúrios dos grupos que praticam aqui a espoliação do povo, não se apercebem que, com isso, pretendem tornar o Brasil cada vez mais dependente e na condição de subdesenvolvido, como produtor apenas de produtos primários e fornecedor de matéria prima. (Seleção de investimentos mesmo através de recursos por empréstimo).

E o Governo deposto em 1.964 não quis entrar nesse jogo, procurando resolver os problemas nacionais por forma a não comprometer a economia da Nação, tanto é que a nossa dívida externa era irrisória, pouco mais além de dois bilhões de dólares. E porque devíamos pouco, é que afirmam que não tínhamos crédito, é fácil de entender.

Eu disse que o Brasil ocupa o primeiro lugar na lista dos países que mais devem no mundo. Entretanto, para seu consolo e da mediocridade dos seus administradores, está colocado em último lugar na lista, em matéria de planejamento.

E isto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, levou-nos a uma situação desastrosa de endividamento. De outro

lado, os homens que tomaram o poder, despreparados, como disse, foram fígados e levados a dar soluções cômodas aos problemas.

E quais foram essas soluções cômodas? Buscando recursos e mais recursos no exterior, sem qualquer critério, contando que viessem, não só para investimentos, sem qualquer planejamento, (cite-se Ferrovia do Aço como um dos exemplos), mas inclusive para pagar outras dívidas, sem falar nos rescalonamentos.

Essa é a verdade, nua e crua. Verdade que assistimos hoje aqui nesta Casa, como um exemplo gritante. Não faz muito, o Governo do Estado, Sr. Jayme Canet, pediu a esta Casa, autorização para captação de recursos externos e obteve, mas nós, até agora, não sabemos nada quanto a sua aplicação. Mal assume o Sr. Ney Braga, roga autorização deste poder para obtenção de empréstimos externos e internos, sem maiores esclarecimentos; apenas, segundo informam alguns dos seus Secretários, que as finanças do Estado estão abaladas e não há condição para cumprir os programas de obras e serviços públicos, sem esse ingresso de recursos.

Não se sabe que obras e que programas, apenas em um dos itens, destaca a necessidade de oitenta milhões de dólares para rodovias alimentadoras.

Mas, nós gostaríamos de saber quais são essas rodovias alimentadoras? Porque aqui reside o aspecto político da aplicação do dinheiro público que a esta Casa compete analisar, como poder político que representa a autêntica vontade popular.

Este pensamento é um corolário da concepção moderna de aplicação das receitas públicas que está condicionada a aprovação dos representantes do povo nos fins que mais lhe interessa.

Eu até chego a pensar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que a esta hora, quando os órgãos do governo chegarem a se dar conta da situação deveras caótica que o Senhor Jayme Canet deixou as finanças do Estado, o quanto ele está sendo execrado no Palácio Iguaçu, e só porque está sendo execrado é que está sendo lembrado, até por aqueles, que nos dias do seu governo, desfilavam pela tribuna, nesta Casa, fazendo discursos laudatórios da sua administração.

Eu diria que esse Governo caiu no esquecimento, como muitos outros, produtos do estupro praticado pelos homens que se assenhorearam do poder deste País, tal como um cão vira-lata, descuidado, que o automóvel pegou no meio da rua, que passado o momento, ninguém mais se lembra. Assim, é o governo do Sr. Jayme Canet.

A pretensão, Senhor Presidente, Senhores Deputados, de obter empréstimos externos, pelo Estado, na ordem de duzentos milhões de dólares, nesta hora, se não é uma leviandade, é uma falta de melhor planejamento no governo do Senhor Ney Braga. Acredito, porque aí está cheio de exemplos na administração deste País, que os administradores querem resolver tudo pelo mais fácil; não querem se preocupar com os problemas, de sorte a dar-lhes uma solução racional. Na primeira dificuldade, recorrem ao imediato; agarram-se nas primeiras cordas que estão a sua frente, pensando que já vão se salvar e aí se enganam.

Eu disse, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que ao decidir sobre esta matéria, teríamos que erguer nossa visão para o contexto nacional. Realmente, há dias vimos as medidas econômicas baixadas pelo governo numa última tentativa de combate à inflação. Sabemos que são apenas fórmulas para mascarar uma situação dramática, fruto da incapacidade, aliada à irresponsabilidade e aliviar a tensão nacional.

Entre as medidas, está o congelamento dos empréstimos externos feitos por empresas privadas, pelo prazo de trezentos e sessenta dias.

É necessário e indispensável que nesse contexto também

estejam inseridas as empresas públicas e o próprio poder público, entre eles os estados e os municípios, pois sabemos que o ingresso desses recursos provocam uma demanda de bens e serviços, como fator da inflação que vem sendo apregoado o seu combate pelos órgãos do Governo, por ser um flagelo social.

Diante de posições como essas, onde está o real combate à inflação por parte do Governo, se aqueles que o servem são os primeiros a desfazer com fatos as suas palavras?

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) — Deputado Lineu Turra, dada a entonação moderada de seus pronunciamentos nesta Casa, é verdade que o conteúdo de seus pronunciamentos é uma autêntica aula para nós, os novos desta Casa.

As suas colocações são objetivas, concisas, precisas e quero me parabenizar com Vossa Excelência, pois já tenho acompanhado outros pronunciamentos de Vossa Excelência e, volto a repetir, é uma verdadeira aula para nós, que estamos ainda no "abc" da política, principalmente este Deputado.

Com relação ao problema do empréstimo externo e interno, nota-se de maneira clara que já estaria havendo o início de disputa pela liderança política deste Estado.

Em um pronunciamento, me referi que Ney Braga e Jayme Canet já estariam se arranhando. E este empréstimo tem, também por objetivo, ofuscar uma ex-liderança que passou pelo Governo mas que ainda continua sendo uma liderança ameaçadora ao atual Governador General Aminthas. E me parece que, por trás desses oitenta milhões para estradas alimentadoras principalmente esse item dos oitenta milhões, estaria aí clara e aberta, uma guerra de liderança política, neste Estado.

O atual Governador General Aminthas tentando ofuscar o ex-Governador que saiu como o homem das estradas deste Paraná.

A verdade é que por trás disso tudo já está havendo essa briga de lideranças, visando quem sabe, eleições de 1.982. E nessa briga de lideranças, a passada e a atual mais uma vez o sofrido povo paranaense acaba pagando.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

O SR. LINEU TURRA — Eu que agradeço o aparte de Vossa Excelência que a mim muito me honra, e gostaria, com imenso prazer, que o mesmo fique fazendo parte integrante do nosso modesto pronunciamento, e completaria dizendo que realmente as afirmações de Vossa Excelência são procedentes.

Também queria para terminar dizer que, não vejo porque o Governo do Estado vá buscar recursos no exterior, e comprometer mais o Brasil, porque este empréstimo externo feito pelo Estado do Paraná, vai compor toda a nossa dívida nacional, aumentá-la ainda mais, quando no Brasil, nós temos recursos, o Governo Federal tem recursos suficientes para atender a todos os interesses e a todas as demandas.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) — Sr. Deputado, vemos Vossa Excelência preocupado.

Conhecemos Vossa Excelência de longa data, e vendo Vossa Excelência preocupado em dirimir os destinos do Paraná.

O SR. LINEU TURRA — Não estou preocupado em dirimir, estou preocupado em ajudar dando a minha modesta contribuição, se é que eu possa!

O Sr. Gabriel Manoel — ...Vendo Vossa Excelência fazendo um pré-julgamento assim talvez, dentro de uma atmosfera de política, a julgar o grande Governador Canet, e o Deputado que o apartou a falar em briga de lideranças. As nossas lideranças estão brigando de fato, pelo bem estar do Paraná, pelo bem estar do Brasil, mas estão em sintonia porque Jayme

Canet e Ney Braga estão em perfeita sintonia num só pensamento, que é o bem estar de nossa terra e de nossa gente, em aplicar este dinheiro que vai ser concedida a autorização, por esta douta Assembléia, em benefício do povo, em infra-estrutura, para que o Paraná continue na senda do progresso! Para que o Paraná, como diz Ney Braga, de 1960 para cá, continue progredindo, continue dando à Oposição, continue dando à Situação, este grande nome, este volume global, essa massa monolítica que é o nosso querido Estado, que há de romper as barreiras da Oposição e, haveremos de chegar lá, Sr. Deputado, no contexto desta grande Nação, eis que o Paraná é o grande Estado brasileiro que é o exemplo e que teve a felicidade de ter um Governador como Jayme Canet, indicado por Ney Braga, indicado por este homem de tirocínio administrativo, homem feliz em suas indicações.

Canet saiu amigo de Ney Braga e Ney Braga sairá amigo de Canet, com Canet no Governo, em 1.982!

Muito obrigado, Sr. Deputado.

O SR. LINEU TURRA — Agradeço o aparte do Sr. Deputado

Gabriel Manoel, e gostaria de dizer que ele está desempenhando, naturalmente, o seu papel, de Deputado da ARENA, sustentando uma política do Governo que nós não nos afinamos com ela.

Sr. Quielise Crisóstomo — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento). — Sr. Deputado, as lutas das Lideranças da ARENA, as considero um reflexo da fragilidade da Oposição.

Realmente, é um fato "sui generis".

O Deputado, se não me engano, de Londrina - dizia que hoje se discute no Paraná, somente a Liderança de Ney Braga com o ex-grande Governador, no que estou com ele, um grande Governador, Jayme Canet. Naturalmente, como já disse uma vez o Presidente Geisel, a Oposição do Brasil não fez a oposição e não faz, aqui no Paraná, como se esperava porque afinal de contas, o MDB é um Partido da Revolução, e o comportamento nacional, principalmente aqui, com reflexo aqui no Paraná, tem sido a oposição ao sistema, da forma como se faz aqui no Paraná, sistematicamente na tribuna e nos apartes, são incoerentes, porque se nós discordamos do sistema, não podemos pertencer a ele, e hoje o MDB é um membro indispensável do sistema político brasileiro.

O Partido da Oposição é uma necessidade.

Nós devemos em todos os momentos lembrar que a participação da Oposição é condição "sine qua non" da subsistência do sistema.

Se nenhum desses ilustres Parlamentares, que tanto fazem referência ao sistema político brasileiro, pertencesse à política nacional, nós aí não teríamos condição de sobreviver. Aí não existia o sistema político brasileiro, que é um sistema próprio.

Hoje nós ditamos ao mundo sistema e modelo próprio de política, e cuja composição a pertinência da Oposição do Movimento Democrático Brasileiro, é uma necessidade. A existência do sistema nosso, deve-se também a Vossas Excelências, Senhores Membros da Oposição do Brasil e do Paraná, mas isso tudo para nós é um momento de festiva comemoração até, quando em meio dos debates, nós ouvimos empolgados, oradores da Oposição dizer que no Paraná, discute-se apenas, duas grandes lideranças e essas lideranças são ambas da ARENA.

Para nós é um momento de júbilo e de tristeza, Senhor Deputado, de tristeza porque tudo se justifica, menos um ilustre Parlamentar de uma cidade grande como Londrina, desconhecer o nome do grande Governador Ney Aminthas de Barros Braga.

Não se conhece na figura política nacional, o General Aminthas. Só ele conhece. Presume-se que ele se referia ao grande brasileiro, não apenas ao grande paranaense, General

Ney Aminthas de Barros Braga, que tanto orgulho tem sido para a Nação brasileira.

Na Oposição não, jamais poderíamos perder e perder o ilustre representante do povo que não conhecesse o nome completo do seu Governador.

Muito obrigado.

O SR. LINEU TURRA -- Acredito que o Deputado Quielse Crisóstomo veio corroborar as palavras do ilustre Deputado Fiori Luiz e acredito também que na afirmação que fez em relação à presença do MDB como peça indispensável do sistema, é que ele não conhece, por certo, o programa do nosso partido.

O MDB está para derrubar esse regime de força e de exceção que existe aí.

O Sr. Quielse Crisóstomo -- É só renunciar ao mandato. Se todos renunciarem, não existe o sistema.

O SR. LINEU TURRA -- Nós queremos, pelo MDB, através do MDB, nós chegaremos ao Poder e se não chegarmos ao Poder, haveremos de fazer deste País, uma democracia de uma forma ou de outra.

O Sr. Adalberto Daros -- Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento) -- Deputado Lineu Turra, estranho às vezes, posições colocadas nesta Casa, ou não entendi ou o que se disse há pouco realmente é dito por homens que confundem sistema com ditadura e vou mais longe. Se disse há pouco que o sistema brasileiro depende da Oposição e se disse também que o Governo esperava que a Oposição, que o MDB fizesse um outro tipo de oposição.

Pergunto a Vossa Excelência agora, quando um homem que, este sim eu considero Líder porque fez o voto do povo, chamado Alencar Furtado, vai à televisão e diz a verdade, o sistema então cassa ou melhor, a ditadura cassa.

Sistema, meu caro Deputado Lineu Turra, entendo outra coisa e vou mais longe entendo que, para se derrubar não um sistema mas a ditadura, o MDB deve sempre estar à frente, deve dizer o que tem dito, deve manifestar a sua forma de agir, a sua forma de pensar, exatamente contra tudo, que é mais correto, entendo eu.

Como posso eu pertencer à Oposição e dizer "amém", quando nós entendemos que o papel da Oposição é exatamente dizer aquilo que está errado; contestar, não o sistema, mas a ditadura.

O SR. LINEU TURRA -- Muito obrigado. Agradeço estes apartes que...

O Sr. Quielse Crisóstomo -- Se me fosse permitido mais uma vez, posteriormente? (Assentimento)

Sr. Deputado, esta é a Casa, é o Parlamento, é a Casa da representação popular, e é a Casa do debate. Mas, não poderia voltar ao assunto depois das insinuações do Sr. Deputado Daros.

Realmente, foi uma grande perda para a política do Paraná a cassação de Alencar Furtado; não para a política do MDB; para a política do Paraná, porque era um tribuno eloquente e um Deputado de muita luta. Mas, que muitas vezes mentiu na televisão e eu assisti a um programa na televisão do Sr. Alencar Furtado e jamais vinha fazer referência a um homem que já está sepultado.

Não sou daqueles que gosto de jogar um punhado de terras dentro do caixão.

Gosto de lutar com homens vivos, homens com mandato na mão. Não com aqueles, nem rememorar cassados. Esses já foram, que Deus os tenha. Mas agora fez referência uma figura ilustre da política paranaense que não soube usar o seu mandato concedido pelo povo - Alencar Furtado - e exibiu, num canal de televisão, um documento contra Ney Braga, um documento que ele dizia estava na Justiça; será que também a Justiça do Brasil é ARENA? Onde foi esse documento? Esse documento, Sr. Deputado, nunca exis-

tiu, porque eu estive, logo depois da entrevista dele, no Canal 11, e soube que ele exibiu um papel em branco na televisão, dizendo que era uma acusação, era o registro de um documento contra Ney Braga, com participações em firmas nacionais quando era Ministro.

Esse tipo de acusação, bem como, Sr. Deputado, a exibição que fez candidato do MDB, com penico, cenoura e papel higiênico, na televisão.

As coisas, não podem permitir, isso vai contra o decoro parlamentar; e esse Parlamentar, não foi cassado.

Esses abusos, é que não podem, nem ARENA, nem do MDB e diga-se, Sr. Deputado, não foram cassados, apenas, políticos do MDB; foram cassados até governadores da ARENA.

Portanto, foi uma política justa, com justiça e com justeza da revolução brasileira. Quero pois, fazer um parêntese apenas, que os exageros foram feitos e nós desconhecemos muitas das razões pelas quais políticos, por nós até admirados, a exemplo de paranaenses, amigos nossos, que mereceram seu nome incluído na lista de cassados que para nós não encontramos justificativa. Mas, naturalmente, a exemplo de Alencar Furtado, em uma das cenas que conheço, quantas iguais a essa deve ter feito por este Brasil afora.

Muito obrigado.

O SR. LINEU TURRA -- Eu só queria dizer ao nobre Deputado Quielse Crisóstomo, que não conheço condenação, justiça de condenação, sem defesa. E, exatamente, as cassações que se fizeram sem direito de defesa, não acredito que tenha havido justiça. De formas que a afirmação de Vossa Excelência...

O Sr. Adalberto Daros -- Vossa Excelência me permite, Deputado Lineu Turra?

O SR. LINEU TURRA -- Concedo o aparte ao Deputado Waldyr Pugliesi.

O Sr. Waldyr Pugliesi -- Deputado Lineu Turra. Para nós, do MDB, o que interessa é o conceito que o Povo brasileiro faz de Alencar Furtado. Não nos interessa o conceito que ilustres Deputados possam ter desse verdadeiro Líder, não só do Paraná mas do Povo brasileiro.

O Sr. Quielse Crisóstomo -- Pensei que Deputado representasse povo, mas em todo caso, vamos lá.

O Sr. Waldyr Pugliesi -- O comportamento de Vossa Excelência nesta Casa, quase que todos os dias, vem negar aquilo que Vossa Excelência está pretendendo afirmar.

Agora há pouco, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Deputado Augusto Carneiro, ainda da tribuna, dizia que era preciso se ter paciência para estabelecimento da CPI do Cooperativismo. E pergunto aos Srs. Deputados da ARENA, porque tanta pressa para se aprovar este empréstimo ao Sr. Governador do Estado, que quer uma carta em branco? Nós poderemos até fechar esta Assembléia, porque através deste projeto imoral, pede ele autorização para contrair empréstimos desde hoje até o último dia do seu Governo.

Sr. Deputado, o comportamento da bancada da ARENA e nós estamos aqui esperando para ver o que acontece também na CPI da Universidade de Londrina. E não será surpresa, se lá também, esta democracia que tanto alardeiam não se fizer presente. Porque é aético, é imoral, é a quebra de uma praxe estabelecida desde os tempos do Império neste País, se dar a um partido determinados cargos em determinadas comissões e a outro partido que também tenha a sua oportunidade de fazer com que os eleitores, aqueles homens que não compactuam com o Governo possam dizer através deles.

O sistema que existe neste País está sendo combatido por nós, desde o primeiro dia em que ele se instalou; porque em 1964 já falamos isso a sociedade. Nós vimos um golpe de Estado direitista que se instalou e se mantém até hoje, baseado no aparato policial militar sem precedentes na história

da América Latina.

E aqui todos os dias nós vemos aquilo que acontecia também outro dia no Irã e que acontece na Nicarágua; o esmagamento da oposição. Quando alguém fala alguma coisa em defesa do povo, está fazendo demagogia. Quando alguém quer dar seriedade a esta Cooperativa, a essa CPI do Cooperativismo para apontar aqueles que enxovalharam este Estado, eles são defendidos.

Ninguém defende a não ser a resistência democrática neste País, os brasileiros que estão sendo esmagados, vilipendiados neste País, Sr. Deputado.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Quielse Crisóstomo.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Regimentalmente solicito a Sua Excelência, o Sr. Presidente que mantenha o nível do diálogo.

O SR. NILSO SGUAREZI — Questão de ordem, Sr. Presidente.

Para dirimir a dúvida levantada pelo eminente Deputado, sugiro a Vossa Excelência que use o termo usado pelo Ministro Delfim Neto, na última sexta-feira, na "Folha de São Paulo", quando definiu o Cooperativismo: Cooperativa no Brasil, são cem produtores reunidos com um malandro que fica com a caixa.

O Sr. Waldyr Pugliesi — Volto a repetir aqui, no meu vocabulário existem muitas palavras, mas aquela que achei com mais propriedade, volto a repetir, para apontar ao Estado do Paraná os que estão encastelados neste cooperativismo que existe no Paraná...

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Pela ordem, Sr. Presidente.

Desta feita solicito a Vossa Excelência pelo Regimento que casse a palavra do orador, porque não é permitido regimentalmente este tipo de vocabulário. Regimentalmente, solicito à Mesa que não permita mais oradores que não sabem usar os termos devidos aqui nesta Casa.

O Sr. Waldyr Pugliesi — Sr. Deputado, nós não temos nos cansado de condenar as mazelas que existem neste País, e não temos tido ao longo da nossa vida, medo de enfrentar a repressão. O que acontece está aqui:

"Mulher de jornalista afirma que ele foi morto na prisão". E os próprios membros do Superior Tribunal Militar já veem reformando muitas sentenças da ditadura ao longo desses meses.

Permita-me e eu sei que Vossa Excelência como democrata, me permitirá fazer as colocações que no início gostaria de ter feito.

Lembro-me que ainda quando criança, neste País se falava o seguinte: Não devemos plantar trigo no Brasil, porque estaremos cometendo uma burrice, pois os americanos nos dão o trigo com vinte e cinco anos de prazo para pagar sem juros. E os governistas de então, diziam que era um ótimo negócio. Mas na realidade, o que os americanos estavam fazendo, era colocar de joelhos cada vez mais, essa pobre América Latina que é uma região esmagada pelo capitalismo selvagem e internacional, por culpa maior daqueles que não têm coragem de se colocar contra o capital estrangeiro e nacional, que rouba vinte e quatro horas por dia. E quando nós falamos isso, somos taxados de comunistas, mas não temos preconceitos contra comunistas e contra ninguém, estamos aqui, desta tribuna, neste Parlamento, para denunciar aqueles que matam as esperanças da Oposição, dentro de Comissões de Inquérito, dentro de CPIs, diante daqueles que todas as horas querem cassar a palavra daqueles que não têm medo de enfrentá-los todos os dias.

Nobre Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Cortes) — (Faz soar os

tímpanos) — Sr. Deputado Quielse, a Mesa não vê amparo legal na questão.

A Mesa determina às notas taquigráficas que as expressões injuriosas formuladas pelo Sr. Deputado que estava em aparte ao Deputado Turra, sejam espungidas das notas taquigráficas, e faz um apelo ao Sr. Deputado, que com mais calma e tranquilidade, seja o seu aparte um tanto mais breve também.

O Sr. Waldyr Pugliesi — Eu não sei Sr. Presidente, se os apartes devem ser...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Devem ser breves, Sr. Deputado. (Pausa)

O SR. LINEU TURRA — Dou permissão para que o Deputado Waldyr Pugliesi continue em aparte.

O Sr. Waldyr Pugliesi — Vossa Excelência está falando a respeito do empréstimo que está sendo solicitado. E fiz um apelo ao Sr. Secretário do Planejamento e ao Sr. Secretário das Finanças do Estado do Paraná, argumentando da seguinte maneira:

Um Governador que está aí no Palácio Iguazu, e que já sabia que viria para cá, há anos, teve muito tempo para fazer uma radiografia deste Estado do Paraná. E fiz o apelo no seguinte sentido:

Quando o Governo do Estado necessitar de empréstimos ou de assuntos da mais alta relevância para a vida do Paraná que fizessem com tempo, para que nós da Oposição pudéssemos analisar em todos os detalhes, esses pedidos que estariam ou que viriam a ser feitos pelo Governo do Estado. Porque não é possível que, vejamos: que venhamos a ver novamente no futuro, pedidos de empréstimos bilhardários, são mais de dez trilhões de cruzeiros velhos que estão sendo pedidos. E não fosse a compreensão do Deputado arenista, Gilberto Carvalho, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, talvez nós não pudéssemos nem ter tido a oportunidade de conversar, de dialogar e trocar idéias com estes membros do Governo.

No meu entendimento, o que existe de errado, é esta maneira de se colocar as coisas dentro desta Casa. Vem um Deputado da ARENA e pede tempo, pede prazo, porque é preciso ter paciência, ter cuidado, vem outro e pede urgência porque senão o Paraná vai entrar numa crise tremenda.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) — (Faz soar os tímpanos). A Mesa pediria ao nobre Deputado que de acordo com o artigo 78 do Regimento Interno, onde os apartes deverão ser breves e corteses, que abreviasse o aparte cedido pelo nobre Deputado que se encontra na tribuna.

O SR. LINEU TURRA — Regimentalmente, concordo que o nobre Deputado continue com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa ao orador que se encontra na tribuna, que de acordo com o Artigo 78 do Regimento Interno, parágrafo 4.º, os Deputados poderão apartear sentados, em termos breves e corteses.

Não é permitido discursos paralelos.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, baseado no mesmo artigo citado por Vossa Excelência, é a primeira vez, se me permite, que vejo nesta Casa, a Mesa se conduzindo como está se conduzindo. Vi, na bancada da ARENA, apartes de quinze minutos e a Mesa nunca se pronunciou sobre isto.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa, primeiramente lamenta, a maneira como o nobre Deputado Adalberto Daros se dirige a esta Presidência. Esta Presidência, nobre Deputado, tem procurado ser e conduzir os trabalhos na Assembléia, de comum acordo com ambas as bancadas e de forma imparcial. Lamenta, profundamente, partindo principalmente do nobre Deputado, que nos conhece e sabe das nossas intenções ao presidir as sessões desta Assembléia,

porque não dizer, ao presidir a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Lamento profundamente o que Vossa Excelência, nobre Deputado, acaba de externar de seu pensamento. Mas acredito que não é o pensamento de toda a Casa.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, em respeito a Vossa Excelência...

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Pela Ordem, Sr. Presidente.

Solicito a palavra, pela ordem, baseado no artigo 78, parágrafo quarto. — E não serão admitidos apartes à palavra do Presidente, paralelos ao discurso, ou por ocasião de encaminhamento de votação, que foi o que fez o nobre Deputado Adalberto Daros.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Com a palavra o Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Em respeito ao nobre Presidente, nós concederemos apenas um minuto para o Deputado Waldyr Pugliesi concluir o seu pensamento.

O Sr. Waldyr Pugliesi — Nobre Deputado Lineu Turra, aproveito esta oportunidade, para agradecer a compreensão e tolerância do Presidente desta Casa, que no meu entendimento tem se portado à altura exigida por este Parlamento.

Agradeço também toda a boa vontade que Vossa Excelência teve para com estas colocações que fiz, mas eu as julguei necessárias.

O SR. LINEU TURRA — Agradeço o aparte do nobre Deputado, e queria concluir dizendo que, na verdade, parece que no Brasil não existe Governo que governe, mas um Governo que quer governar.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Continua em discussão o Projeto de Resolução nº 45/79.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Para discutir) Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Durante os anos do "milagre" o Governo e seus arautos, muito agora ressuscitados, prometiam para justificar a permanência do arrocho salarial: "DEPOIS DO BOOM VIRÁ A DISTRIBUIÇÃO".

O boom aconteceu, o "milagre" acabou e o que resta para dividir? Dívidas. Um mil e quinhentos dólares de dívidas para cada brasileiro que trabalha, somadas à dívida do exterior, saldo de uma política de importações e de financiamento externo irresponsável e a dívida pública interna, que ao invés de ser utilizada para financiar o investimento produtivo, transformou-se em mecanismo que bombeia recursos para alimentar os circuitos financeiros especulativos. Na verdade, o sistema financeiro montado nesses 15 anos de regime autoritário, apresentado como a obra-prima dos tecnocratas "pragmáticos", revelou-se um fracasso: dá cobertura à mais fantástica especulação, penaliza os consumidores e produtores, impede que a dívida pública seja um instrumento de desenvolvimento e é uma das molas propulsoras da inflação".

(Ulysses Guimarães, 31 de janeiro de 1979, ao apreciar a política financeira do atual Governo).

E acrescento: da inflação e da dependência externa, da humilhação nacional e do ajoelhar e postar de mãos de nossa soberania.

Isto posto, entre as múltiplas razões que me levam a votar contrariamente ao pedido de empréstimo, para justificar meu voto, destacarei apenas dez aspectos, tendo em vista que outros já se evidenciaram nas discussões aqui levantadas.

PRIMEIRO: não assino cheque em branco.

O projeto fixa limites para os empréstimos externos em 230 milhões de dólares. Porém, no art. 1.º, pede-se verdadeiro cheque em branco para ser descontado entre os anos de 79 a 83, no mercado interno.

Dizer que tais empréstimos não passarão dos limites permitidos pelos orçamentos é a mesma coisa que dizer que

ao Executivo paranaense é permitido considerar a economia deste Estado pelo próximo período governamental, como propriedade do Estado, para que use e abuse das finanças públicas.

Aí está o exemplo da União, cuja dívida interna é muito maior e mais acelerada que a externa. Melhor seria, data vênica, que no artigo primeiro se acrescentasse emendas nestes termos: "A PARTIR DA PRESENTE DATA, A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ENTRA EM RECESSO, SÓ VOLTANDO A SE REUNIR EM 1.984, COM O NOVO GOVERNO".

SEGUNDO: Prefiro um quilômetro de ferrovia que dez de rodovia.

Ilustres Deputados da Aliança Renovadora (Nacional, mas não de qual Nação), e que que infelizmente não conseguem renovar a política brasileira, já defenderam aqui a imperiosa necessidade de ferrovias. Desnecessário alinhar razões desta tese porque óbvias demais, mas sem elas, não teremos meios de transporte eficiente para o volume de granel que ano a ano tem aumentado.

Gastar-se mais 80 milhões de dólares em rodovias, num Estado em que todos pedem a Ferrovia da Soja, é contrariar um princípio básico de governo, ou seja, não atender e nada fazer para a aspiração de todos.

Rodovias significam hoje, a continuidade da política entreguista que tão eficientemente foi levada a efeito pelos atuais donos do Poder. Pede-se capital estrangeiro para facilitar atuais donos o Poder. Pede-se capital estrangeiro para facilitar aqui as multinacionais ganharem mais dinheiro e aumentar-se a dependência nacional ao exterior. Rodovias hoje, é consumo de petróleo e evidentemente é DE NÃO NOS PARECER CÔMODA E TRANQUILA A POSIÇÃO DO BRASIL NA PRODUÇÃO E RESERVA DE COMBUSTÍVEL.

Assim pensando, quero chamar a atenção desta Assembléia, para evitar que as gerações futuras nos culpem pelo pecado de omissão.

Todos os governos da Revolução, para se eximirem, se isentarem e se desculparem pelo fracasso de suas administrações, principalmente no aspecto do combate à inflação e da crise econômica que se assoberba, se enrijece e assoma forma indestrutível, lançam seus desacertos à conta dos elevados e sempre ascendentes custos do petróleo e seus derivados.

O Governo é useiro e vezeiro em atribuir suas derrotas à cartelização do petróleo ou às calamidades climáticas como se esses problemas só ocorressem no Brasil. A conduta democrática em países europeus, no Japão e nos Estados Unidos, já anulou esses fatores e assumiram inteligentemente a inflação que é prova da situação de moribundez do arbítrio que nesses 15 anos desgovernou e infelicitou o povo brasileiro.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. NILSO SGUAREZI — Se Vossa Excelência tiver a bondade e a gentileza, e talvez a correção parlamentar, eu não afirmei nada. Apenas estou levantando algumas hipóteses para concluir, e aí Vossa Excelência poderá tentar e contrariar as minhas idéias. Por enquanto, estou levantando algumas opiniões, para, depois, concluir. Aí me parece que é pertinente o aparte de Vossa Excelência. Em todo caso, tem o aparte.

O Sr. Gabriel Manoel — Agradeço, apesar de ter uma dúvida em nosso pensamento, e dentro da ética parlamentar, dentro da bondade, do companheirismo que dedico a Vossa Excelência, e da admiração que tenho pela sua combatividade, agradeço o aparte.

Queria dizer que não sei se o que Vossa Excelência está falando é o seu pensamento. Mas, apenas para discordar.

Ouvi-o falar que é contra a implantação de rodovias no Paraná. Talvez o seu tirocinio, talvez a sua maneira alargada de ver as coisas, de prever o futuro, não queira enfrentar a realidade.

Só queria dizer-lhe, que nós como humildes representan-

tantes de uma região que é o Norte Pioneiro, agradecemos a Deus primeiramente, e aos homens que implantaram as rodovias, onde, pelo menos, vemos hoje transportar os cereais para o grande corredor que é o Porto de Paranaguá. E Vossa Excelência, representando também aquela famosa região de Pato Branco, ao ver aquela estrada Três: Pinheiros - Pato Branco, não deveria vir a esta tribuna censurar o Governo que faz estradas, porque fazer estradas é implantar o progresso numa Nação.

Muito obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Admito que Vossa Excelência possa ter razão. Inclusive, houve até um Governo nesta Nação, que disse que "Governar é construir e fazer estradas". Eu só espero, Deputado Gabriel Manoel, que Vossa Excelência tenha consciência, hoje, do custo da manutenção das estradas que foram feitas no Paraná, para ver como Vossa Excelência teria que concluir que chega de rodovias no Paraná, chega de rodovia. Estou falando em termos futuros. Esse dinheiro, Deputado Gabriel Manoel, que se está pedindo, é para ser aplicado ainda em rodovias. Chega de rodovias.

(Lê): "E persiste diabolicamente. no erro.

Esquece-se da opção viável sob todos os prismas: de economia, de praticidade e de segurança, que é representada pela implantação de estradas de ferro e melhor adequação de condições para o transporte fluvial.

E o Governador Ney Braga, no artigo quarto de seu anteprojeto, solicita permissão desta Casa para contrair um empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, no montante de 80 milhões de dólares para dar continuidade ao Programa de Rodovias Alimentadoras do Estado.

Nada disse sobre ferrovias ou aquavias; estas sim, fatores de economicidade e de segurança nos transportes de cargas e passageiros.

Enquanto nos países europeus e outras nações desenvolvidas - também às voltas com problemas energéticos - se dá ênfase e prioridade à construção de estradas de ferro, o Brasil, indefeso e pobre dependente da OPEP, canaliza vultuosas somas de dinheiro comprado, também do Exterior, a preços altos e sob juro não especificados, na construção de rodovias pavimentadas.

O despropósito é clamoroso.

Nada se disse sobre a construção da FERROVIA DA SOJA: Guarapuava - Cascavel - Foz do Iguaçu; nada se disse sobre a continuidade do percurso ferroviário Maringá - Paranavaí até as barrancas do Rio Paraná, no Noroeste do Estado, para ligação com o Mato Grosso do Sul; nada se disse sobre Cianorte - Umuarama - Guaira e nada se disse sobre União da Vitória - Pato Branco.

Apenas para esclarecer o quanto significa em economia o transporte ferroviário, frise-se que penas um vagão comporta o equivalente à carga de três caminhões normais ou duas "jantanas", ou seja, 60 toneladas por unidade. Somente este dado prova que, indubitavelmente, o transporte de cargas via estrada de ferro é, dezenas de vezes mais barato que o rodoviário, acrescentando-se as vantagens destacáveis da segurança, da diminuição de veículos em nossas estradas e o conseqüente decréscimo do índice assustador de acidentes.

Com estas colocações, o MDB paranaense exime-se das incriminações futuras em relação às péssimas qualidades das estradas pavimentadas - as vicinais - implantadas no Governo anterior, assim como preconiza a urgente necessidade de estudos para aferição das vantagens da dinamização da ampliação da malha ferroviária sobre a malha rodoviária. Aliás, sabe o Sr. Governador o quão sacrificante será para os cofres do Estado, as reconstituições por inteiro ou em significativas partes dos tão declamados quatro mil quilômetros de "casca de ovo" implantados pelo seu antecessor, e que lhes valeram o título pomposo, embora efêmero, de "governador das rodovias", ou

ao seu Secretário Stenghel Guimarães, de "gigante do asfalto". O Sr. Valduga — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, vê-se perfeitamente que Vossa Excelência está fazendo uma colocação teórica, puramente teórica com relação aos meios de transporte.

Mas, não pode ser desconhecido que temos, realmente, rodovias que precisam ser asfaltadas, que precisam ser pavimentadas e algumas até duplicadas.

Assim como Vossa Excelência faz uma ressalva de posição, quero, na condição de Deputado do Interior, dizer que temos necessidade absoluta e estamos postulando, a duplicação da rodovia Londrina - Maringá, eis que há 10 anos se fazia o trajeto Londrina - Maringá em 2 horas e pouco. Hoje, levam-se 4 horas, tal o congestionamento daquela rodovia.

É um posicionamento que fazemos, pelo menos prático. Também fazemos, aqui de público, a declaração de que nos empenharemos na duplicação da rodovia Curitiba - Ponta Grossa.

Outras tantas rodovias, há necessidade de serem instituídas, e tenho certeza que jamais se repetirá aquele "boom" fantástico das rodovias, feito pelo Governador Canet. E nem há intenção do Governo Ney Braga, nós estamos bem conscientes disto, de querer fazer rodovias em cima de rodovias. Mas, muita coisa está para ser feita.

Estas duas ponderações que muito interessam ao interior do Paraná, eu queria deixá-las aqui colocadas.

Quanto às ferrovias, tenho certeza, nobre Deputado, disto eu sei, que terá o apoio de Vossa Excelência, assim como teve o apoio e a iniciativa de parlamentares, tanto da Arena quanto do MDB. Nós haveremos de defender, no futuro, a implantação de ferrovias e esse dinheiro aqui solicitado, nós faremos com que chegue até à laboração desses projetos que já existem, tanto no Governo do Estado como no Governo da União.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Apenas desejo fazer uma retificação: a duplicação Maringá - Londrina é uma obra federal, não compete ao Governo do Estado e nem é obrigação do Governo do Estado e não se jogará dinheiro do Governo do Estado naquela duplicação. O Sr. Quielise Crisóstomo — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Deputado, só para dizer, com relação a obras asfálticas ainda desse trecho, aproveitando a oportunidade, dizer que a rodovia Londrina - Maringá já existe viabilidade econômica. Não é uma duplicação, é um novo traçado que a realidade da viabilidade econômica já determinou. É impossível continuar com aquele tipo de tráfego, a solução é uma outra estrada, não paralela, estadual, prevista já no plano do Governo anterior e que não pode ser realizada. Esta é uma das necessidades imediatas e outras tantas que Vossa Excelência citou com muita propriedade. Nós ficamos com muitos municípios, sedes, sem ligação asfáltica. Vossa Excelência sabe que a sede de um município, a ligação asfáltica é uma necessidade imediata. A exemplo, vamos citar uma apenas, que liga dois municípios, o trajeto pequeno de 50 quilômetros que ligaria o Município de Rio Branco do Sul até Cerro Azul e Adrianópolis, que é considerada a "rodovia dos minérios".

Se Vossa Excelência soubesse o que se passa em dias de chuva, nesse trajeto, aliás, Vossa Excelência se não me engano, foi um dos que já citou, na época das chuvas, problemas com relação a esta rodovia. E outras tantas rodovias que ligam sedes de municípios, ainda não asfaltadas, ainda não ligadas.

Disse também Vossa Excelência num determinado tópico do seu discurso, de que dado esse empréstimo, concedido esse empréstimo, Sua Excelência o Sr. Governador não mais precisaria da Assembléia. Se bem entendi. Tenho que discordar.

Nobre Deputado, a Assembléia tem u'a missão. Uma delas é aprovar ou desaprovar empréstimos. E nós não estamos aqui, apenas para dizer SIM ou dizer NÃO a empréstimos. Vossa Excelência tem o direito de discordar, aliás, até tem o dever de discordar, hoje, porque, na eleição de Sua Excelência o Sr. Ney Braga, a sua bancada se retirou do plenário, não participou da eleição, e nós, constitucionalmente . . .

O SR. NILSO SGUAREZI — Se bem que não houve eleição, não é, Deputado? Vossa Excelência há de convir que não houve eleição.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Mas era um direito que tinha, como Vossa Excelência participou também, no mesmo sistema, como candidato a Deputado Estadual.

Quando se cãndidatou, sabia que . . .

O SR. NILSO SGUAREZI — Nenhum Deputado Estadual quando concorreu, ou Deputado Federal, sabia se seria eleito, ou não porque havia a vontade secreta a ser depositada, que era o voto e o voto da eleição do Sr. Governador Ney Braga, e Vossas Excelências me permitam, foi nomeação.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Pois não.

Nobre Deputado, a eleição de Ney Braga começou na sua. Se a sua bancada fizesse a maioria dos Deputados, Ney Braga não teria sido eleito.

O NILSO SGUAREZI — Minha bancada vem de eleições diretas.

O Sr. Quielse Crisóstomo — O povo elegeu Ney Braga, elegendo a maioria da ARENA.

O SR. NILSO SGUAREZI — A minha bancada defende eleições diretas, e na prática, prova não é como a bancada de Vossa Excelência, que deu um vexame na semana passada, no Congresso Nacional, quando os "biônicos", as "figuras ilustres" desta República, não tiveram o pejo e a decência de se darem por impedidos para votar u'a matéria que facilitava a eles, pessoalmente, de caráter pessoal.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Nós chegaremos lá.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está com a palavra o Deputado Nilso Sguarezi.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Vossa Excelência permite que eu prossiga o meu aparte?

O SR. NILSO SGUAREZI — Eu permito, se Vossa Excelência vier com coisas razoáveis, mas Vossa Excelência está sofismando.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Eu estou falando de uma verdade.

O SR. NILSO SGUAREZI — Verdade de Vossa Excelência, como diz o eminente Líder de Vossa Excelência, "a sua verdade", não a da Nação brasileira, a verdade dos "biônicos".

O Sr. Quielse Crisóstomo — A eleição do Governador da Guanabara começou na eleição dos parlamentares, também. Em todo o Brasil, Vossa Excelência participou na eleição de Ney Braga, na sua eleição. Sabia-se que, se a bancada de Vossa Excelência tivesse a maioria, a indicação seria da sua bancada. Então, Vossa Excelência concordou na participação.

Mas, só para terminar, eu queria dizer que existe uma missão muito grande deste Poder, e que queremos continuar recebendo a sua participação sempre eficiente e de sua bancada, tão bem liderada por Vossa Excelência, mas que haveremos também, num momento como este, de discordar quanto à sua oposição, sistemática como agora, for aos píncaros de afrontar verdades que nós recentemente atravessamos neste Poder.

Vossa Excelência não pode dizer que este Poder não mais tem missão após a aprovação. Nos aprovamos a eleição, nós votamos na eleição de Ney Braga, e votamos dando a continuidade do crédito que ele bem merece de todos os parlamentares deste Poder, também neste empréstimo.

Muito obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Eu só vou dizer o seguinte: não venho aqui dizer que não se deva fazer um quilômetro de asfalto no Paraná. A minha tese não é essa.

A minha tese é que existem prioridades muito maiores neste Estado do que rodovias; a minha tese é, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que se fala, que se dê o passo conforme dá a perna, e não como alinharei depois, que se queira construir alguma coisa sem ter possibilidade e meios para isso.

Chega desta mania de grandiosidade, chega de, inclusive o Governador deste Estado, dizer que iria fazer deste Estado a segunda potência da Federação. Vamos colocar os pés no chão

O nosso povo está passando fome, as nossas Universidades estão com carência de recursos, e nós estamos com obras suntuosas. Chega dessa filosofia de construir palacetes, construir nababescas coisas para até humilhar o povo.

Vejam Vossas Excelências . . .

O Sr. Quielse Crisóstomo — Chega de fazer demagogia com a fome do povo também. Já chega, Deputado.

O SR. NILSO SGUAREZI — . . . Vejam Vossas Excelências . . .

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) Está com a palavra o Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Mas, Sr. Presidente, continuando, devo dizer a minha terceira razão, porque votar contra. E é exatamente respondendo o aparte.

TERCEIRO: Aumentar a dívida externa é diminuir a soberania nacional.

Em menos de cinco meses, e vejam bem os Srs. não terminamos maio, já ocorreu o sétimo reajuste do dólar, em operações desvantajosas em relação à nossa moeda, evidenciando-se o astronômico crescimento da dívida externa.

A nossa balança de pagamentos - e registrem os Srs. esses dados oficiais - a nossa balança de pagamentos registrou em 1977, um serviço de dívida, fixado em 2 bilhões e duzentos milhões de dólares.

Já em 1978, esse débito ascendeu para a casa dos 7 bilhões e duzentos, e a previsão para este ano é de que ultrapasse a casa dos 11 bilhões de dólares, apenas em encargos e serviços.

Em 1977, 2 bilhões, em 1978, sete bilhões, e em 1979, 11 bilhões de dólares, apenas o encargo da dívida.

O prato brasileiro da balança comercial será acrescido de um "déficit" a ser gerado na ordem de 2 bilhões e 400 milhões de dólares, vez que se prevêem, para este ano de 1979, exportações em torno de 13 bilhões e novecentos milhões de dólares, ao passo que as importações foram calculadas em termos de 16 bilhões e 300 milhões de dólares.

Calculem, Srs. Deputados, que 70 por cento do capital gerado pela nossa Nação, com as exportações, será canalizado para pagar o encargo da nossa dívida. Exportaremos um total de 13 bilhões e teremos que pagar, só de encargos da dívida, 11 bilhões, mais de 70 por cento, apenas para pagar a dívida que governos anteriores contrairam e quanto vamos importar ainda este ano? 16 bilhões de dólares. Um "déficit" na balança comercial, portanto, de 3 bilhões de dólares.

E agora alguns dados para humilhar este Estado do Paraná, que é considerado o "celeiro da Nação". Aqui estão os dados. Esta é a verdade que se tem que reconhecer.

"Importaremos ARROZ, MILHO, FEIJÃO, ALHO, TRIGO, FRUTAS, ALPISTE E ATÉ PIPOCA POR MAIS DE UM BILHÃO E DUZENTOS MILHÕES DE DÓLARES". Quem deseja evidências maiores do entreguismo golberiano, simoniano e que dê fim à economia brasileira?

Vilões insurgem-se contra a nossa soberania. E, onde se encontram verdadeiros patriotas, autênticos nacionalistas para defenderem-na?

Não os vejo; sinto a presença sim. daqueles que hoje propiciam mais um avanço nessa já adiantada fase de colonialismo, de dependência econômica e até moral, pois quem deve, quem deve dinheiro, principalmente, além de dever dinheiro, deve obrigação a quem lhe empresta.

Com o meu voto, Sr. Presidente, nenhum dólar a mais será acrescido à dívida atual, já sufocante.

Não admito e não concebo o raciocínio dos financistas ou tecnocratas oficiais que propalam a tão decantada capacidade de endividamento brasileiro.

Esta é uma frase que tem corrido e tem alicerçado todas as afirmações, a capacidade de endividamento do Brasil é muito boa. Qual é esta capacidade que o Brasil tem, se neste exercício, Srs. Deputados, temos condições de exportar apenas 13 bilhões de dólares e devemos 44, Sr. Presidente?

Qual é o critério, em que nível, em que índice, em que princípios se estribam estes financistas, se devemos três vezes mais do que conseguimos produzir num só ano?

Portanto, não admito, não aceito este critério, porque mesmo o critério aceito mundialmente, é que o País, para manter uma capacidade de endividamento, não pode, em hipótese alguma, ultrapassar duas vezes a sua capacidade produtiva dentro de um exercício financeiro, o que seria então, no máximo, na casa dos 25 a 30 bilhões de dólares.

O Sr. Quilse Crisóstomo — Serei breve no meu aparte, Sr. Deputado.

Somente para, aproveitando a oportunidade, dizer que Vossa Excelência, pelo menos no que tange à aquisição de alimentos pelo Brasil, do exterior, deve estar de acordo, porque alimentos são para serem ingeridos. Naturalmente para matar a fome do povo brasileiro que Vossa Excelência tanto tem feito referência.

Só isso, muito obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI — É porque, veja, há 15 anos o Partido de Vossa Excelência manda, desfaz, pinta e borda, e agora, Sr. Deputado, chegou-se à conclusão que se tem que dar prioridade à agricultura; eu admito a incapacidade, e reconheço a Vossa Excelência, que governos que em 15 anos não conseguiram fazer esta Nação produzir alimentos para saciar a fome do seu próprio povo, é o Governo que reconhece ao importar alimentos que não conseguiu, em 15 anos de política desastrosa, de política de proteção às multinacionais, e quem não sabe, nesta Nação, de que, infelizmente, os recursos carreados para nossa agricultura são deturpados, porque existia, Sr. Presidente, no Banco do Brasil, uma fiscalização que exigia que, efetivamente, o empréstimo agrícola fosse aplicado na agricultura. Quem não sabe, hoje, e reconheçamos todos esta verdade que contraria o Governo, mas, que o Governo não tem condições porque é incapaz, é impotente pela sua própria incapacidade administrativa, pelo seu marasmo, pela sua tecno-burocracia de punir aqueles que tomam recursos para a agricultura e vão aplicar em "open marks"; vão por na bolsa, para especular.

Esta é uma verdade que ninguém pode contestar. Toma-se dinheiro subsidiado para a agricultura, para colocar em caderneta de poupança. Por que, Sr. Presidente, vai favorecer o pequeno agricultor? Esse pobre desgraçado que não consegue nem ter garantias no banco? Ou vai favorecer o grande agricultor que tem recursos próprios para fazer a sua lavoura, mas quer pegar o dinheiro do Governo para jogar e especular. Isso é prova de um modelo econômico falido.

Portanto, Sr. Presidente, a capacidade de endividamento brasileiro, observe-se que até o próprio Governo Federal começou, tarde é verdade, a se apavorar com a disparada das cifras de seus débitos e, no último pacote econômico, suprimiu a tomada dos novos empréstimos do exterior.

Na verdade, as previsões que se diziam alarmistas, começam a manifestar-se com veemência de que infelizmente chegaremos à década de 80, com mais de 100 bilhões de dólares de dívida. E a nossa soberania nacional, ano a ano diminuída, pois, repito, quem deve tem que pagar, e quem deve 100 bilhões de dólares, não terá orgulho nenhum — pelo simples fato de ter tido crédito — mas amargará a preocupação e a temeri-

dade do futuro que aguardará esta Nação.

Se realmente o Paraná ocupa posição de destaque no contexto econômico brasileiro, cabe a nós, paranaenses, provar aos demais governos, e aí sim, a capacidade administrativa do Sr. Ney Braga se ressaltaria nesta Nação, caberia a nós paranaenses provar aos demais governos, que temos condições até de nos superarmos, sem nos entregarmos à dependência externa. (Lê): "Sem fazer o jogo do imperialismo capitalista que manda capital para posteriormente exercer domínio. Ninguém empresta dinheiro de graça, e os juros que ilusoriamente parecem baratos, na verdade atingem proporções indefinidas."

QUARTO: Não se tapa rombos com novos buracos

A tônica dos últimos governos tem sido invariável. Aliás, parece ser regulamento do Palácio, que cada novo hóspede se responsabilize pela despesa feita pelo antecessor. E assim, cada um que chega ao Governo, apressa-se em pedir autorização para contrair empréstimo, alegando a existência de um buraco que urgentemente precisa ser tapado. Mas, eis que tais empréstimos serão realizados com CINCO ANOS DE CARÊNCIA, o que equivale dizer: estão abrindo um buraco maior para que o próximo governo o tape.

Hoje, o Paraná deve 12 bilhões, e até 1983, pretende ou tem que pagar 7 bilhões, levando um débito de 5 bilhões para o próximo governo. Acrescentando-se mais os 230 milhões de dólares ora solicitados, mais a dívida interna a ser contraída, é fácil dimensionar a profundidade e o diâmetro de escancarado buraco.

"Não se vende o futuro. Ele pertence ao Povo".

(Delmiro Gouvêia)

O Sr. Governador pretende comprovar sua capacidade administrativa para não frustrar apressadas patativas que vivem decantando-a em roucos gorjeios. Mas, enquanto as camadas sérias e pensantes confiavam que ele fosse valer-se de seu propagado acesso aos altos escalões federais nos quais também foi expoente, dá uma súbita guinada não sei para qual lado, e, mostrando semblante anêmico, recorre a mais uma tomada de empréstimo externo. Enquanto isso, o Paraná, vaidoso em sua condição de "celeiro da Nação", recebe mais um apelo, em forma e substância indênticas aos tantos repetidos pelo ex-Ministro Paulinelli. É Delfim pedindo aumento de produtividade agrícola. E tal como seu antecessor, só sabe pedir, como se o Paraná não estivesse já dando tudo o que tem e até o que não tem. Os ministros são emissários da União. Pou-sam no Estado para cumprir seu papel no processo de descapitalização do Estado. Pedem e levam apenas. Nada nos deixam, pois trazem suas grandes malas vazias, e suas gordas mãos abanando, para voltar ao Planalto com elas repletas. O Sr. Governador simplesmente não manifestou intenção em recorrer à União, centro capitalizador de recursos auferidos à custa do empobrecimento dos Estados e dos Municípios. Lembrou-se apenas da existência de organismos de crédito estrangeiro que — com suas burras abertas — nada mais são do que instrumentos de imposição e recrudescimento da nossa tão já acentuada dependência.

Assim, é fácil demais administrar. É fazer cortesia com chapéu alheio.

Nada transformativo se vê no horizonte administrativo mas sim, tão somente a continuidade corrosiva de uma política desastrosa.

Sofismando, a mensagem diz ser necessária a retenção do homem no interior, para que este não venha engrossar os cinturões de favelas nas grandes cidades, e lançar tintas irremovíveis em suas estampas de miséria, doença, ignorância, analfabetismo e marginalização social. Apregoa a geração de empregos e adequação das pequenas cidades. Seria mais honesta a mensagem, como foi esta Casa, defendendo a REFORMA AGRÁRIA como única condição de reter o homem à terra. A maioria dos que hoje estão ou virão para os grandes centros,

já foram proprietários ou trabalhadores rurais. Foram produtores. Desprofissionalizados, vivem à custa de sub-empregos e são consumidores. A perniciosa e viciada política governamental não lhes deu outra opção.

A falha é estrutural e os dados aí estão para confirmar seus desacertos, pois tal qual a renda, também a propriedade rural está se concentrando em poucas mas gananciosas e especulativas mãos. Ademais, até agora o Governo estadual não disse para o que veio, para que aí está.

"Melhorar o nível de vida" sem facilitar ao agricultor adquirir terra é balela, é canção de ninar.

Num Estado com destinação agrícola como o é o Paraná, assistir estático a dantesca romaria dos "bóias-frias", desdenhando sua causa, tangenciando e postergando soluções é não ter percepção alguma para notar e admitir que existe uma falha gritante no sistema e que a geratriz dessa vergonha nacional faz do atual modelo econômico, concentrativo e espoliativo em sua forma e conduta, o único responsável. Criminosamente responsável.

Reafirmo que ninguém vai melhorar o nível de vida do Povo paranaense, legando dívidas maiores para que este mesmo Povo, amanhã tenha que pagar sempre acrescidas de juros e elevados encargos.

QUINTO: — Não vendo o futuro do Povo

Já vivemos num clima de permanente ação, no qual nos sentíamos parte ativa. Hoje, fomos transformados em espectadores e vítimas.

O futuro de toda e qualquer criatura humana não pode ser comprometido e a ninguém se deve delegar direitos para comprometê-lo.

Recebemos um presente onerado — o que falta a mensagem confessar, pois da euforia do Governo passado, apregoador da certeza de um tempo novo, herdamos caríssimo tributo. Essa situação nos impele à abertura de perspectivas e horizontes novos. Mas, lamentável e coincidentemente nada de novo se trouxe ao Paraná.

Uma roupagem diferente veste os mirabolantes planos daqueles que, sistematicamente, insistem em sacar contra o futuro."

O Sr. Deni Schwartz — V. Ex.^a permite um aparte? (Assentimento). — Sr. Deputado, fica nesta Casa, uma pergunta que me parece bastante grave e V. Ex.^a levanta o presente que o atual Governador recebeu.

Tenho em mãos, Sr. Deputado, a Mensagem apresentada nesta Casa no dia 1.º de março, que dá como dívida, diz o seguinte: o endividamento do Estado, Administração Direta atingiu valores de um bilhão, oitocentos e oitenta e três milhões para dívida interna, e três bilhões, cento e oitenta e um milhões para a externa. Numa soma de cinco bilhões e sessenta e quatro milhões de cruzeiros.

Mensagem do Sr. Governador, e naturalmente, esses dados são relativos ao dia 31 de dezembro. Aqui tem o quadro da dívida atual em março, dado pelo Sr. Secretário. Dívida, apenas o principal: dívida interna dá três bilhões e novecentos e oito milhões, dívida externa, cinco bilhões e 30 milhões, total: vejam os Srs. Deputados que em 31 de dezembro de acordo com a Mensagem do Sr. Governador Jayme Canet, nós devíamos cinco bilhões e sessenta e quatro milhões de cruzeiros. E em março, nós passamos a dever oito bilhões, novecentos e trinta e nove milhões de cruzeiros. Portanto, praticamente quatro bilhões a mais. Três bilhões, novecentos e sessenta milhões de cruzeiros a mais.

Há, Sr. Deputado, que se esclarecer esta Casa e eu conchamo inclusive a Liderança da ARENA em defesa do atual Governador, saber se realmente no mês de janeiro, fevereiro e até 15 de março este Estado contraiu empréstimos deste valor, de quase quatro bilhões de cruzeiros. Praticamente dobrou, quase que dobrou a dívida de nosso Estado em quaren-

ta e cinco dias.

É isto que nós afirmamos, Sr. Deputado, o presente que o atual Governador recebeu, tem que ser esclarecido, inclusive para sua defesa.

Está aqui a Mensagem do Sr. Governador, com dados do dia 31 de dezembro de 1978, estão aqui os dados da Secretaria de Fazenda relativos ao mês de março.

Agradeço o aparte.

O SR. NILSO SGUAREZI — Muito obrigado.

É evidente que não sou quem deve respaldar o aparte, mas sim aqueles Deputados que impediram a Casa de realmente checar estes dados. Daí, Sr. Presidente, porque nos rebelamos, quando a Mensagem passou a tomar aqui o critério de urgência. Porque, Sr. Presidente, nós representamos a Oposição, tínhamos o direito de saber em quantas estavam as finanças do Estado.

Por isto, Sr. Presidente, se explica agora, conforme nós estamos denunciando, a pressa de não permitir que a Casa discutisse, que a Casa estudasse esta Mensagem.

E dizia eu, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Lê):

"CADA GOVERNO É UM SUPER-CHEQUE SEM FUNDOS MAS DESCONTÁVEL NA CONTA NEGATIVA DA POPULAÇÃO. NEGATIVA PELO ABARROTAMENTO DE TRIBUTOS.

Como os déspotas da Idade Média, que a cada necessidade aumentavam os impostos, comportam-se os senhores feudais de hoje, impondo novos impostos à cada dia, eis que já se elabora a taxação das heranças.

Ora Senhores, invoquemos o poeta para bradar:

"Quebre-se o cetro do Papa.

Faça-se dele uma cruz

A púrpura siva ao povo

P'ra cobrir os ombros nus.

E vós, arcas do futuro

Crisálidas do porvir,

Quando vósso braço ousado

Legislações construir,

Levantai um templo novo,

Porém não que esmague o povo,

Mas lhe seja o pedestal.

Que ao menino dê-se escola

Ao veterano — uma esmola...

A todos — luz e fanal."

Persiste-se então no cego seguimento da orientação do artifice do milagre, hoje ministro do 5.º General para a área por ele desconhecida da Agricultura que, quando na Pasta da Fazenda, defendia o endividamento externo, fixando-se no crescimento das futuras exportações resultantes daqueles investimentos.

Situa-se aí, a forma de exploração dos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos por parte dos países imperialistas com a prática capciosa da política de exportação de capitais pela existência de superlucros com o objetivo maquiavélico do fortalecimento de suas posições de jugo, de opressão, enfim, para através dessas ligações financeiras, permanecerem como agraçados colonialistas. Se tal direcionamento continuar, a nós, em futuro bem mais próximo do que se imagina, reservar-se-á a humilhante obrigação de beijar as mãos que nos brande o relho, esperando ansiosos, o surgimento de uma segunda princesa Isabel, de um Simon Bolívar, de um Tiradentes.

Parece se querer uma dependência total ao capitalismo imperialista sobejamente conhecido como uma relação de dominação, essencialmente a das economias dos países avançados sobre aquelas idênticas à brasileira, nas quais a penetração do capitalismo significou a destruição dos setores pré-capitalistas, mas sem que se oportunity o desenvolvimento de um capitalismo nacional.

Não, Senhor Presidente, Senhores Deputados, meus filhos não haverão de lustrar as botas dos imperialistas, pois não

venderei seus destinos.

SEXTO. Palavras são importantes, mas atitudes é que resolvem.

Diz o parecer da Comissão de Finanças: "É fato inconteste, é verdade evidentiíssima, que aos Estados membros da Federação falta capacidade para conduzir seus programas de investimentos..." diz enfaticamente o parecer da Comissão de Finanças. Porém nenhuma atitude é assumida no sentido de se anular o contralíssimo anteopófago do Governo Federal.

O quadro administrativo nacional apresenta prefeituras e Estados falidos. Também a corrupção e a malversação do dinheiro público nessas unidades é incentivada pelos exemplos imunes dos escalões maiores. Lembremo-nos das mordomias, dos empréstimos irregulares para empresas falidas e insolventes e de outros tantos.

E agora, medidas embaladas no último embrulho econômico e do sufoco, restringem as tomadas de empréstimos por parte dos Estados e dos Municípios. Não me rebelo contra as decisões de Brasília. Seria uma posição antagônica a de mim já assumida, manifestadamente contrária ao endividamento externo.

E o meu voto discordante, neste sentido, justificação plenamente. E pergunto: — Quem terá ombridade para protestar e contrariar as decisões do Planalto? Respondo com certeza absoluta e sem medo de errar que, certamente, não serão os Senhores Governadores a se rebelarem pois não serão os Senhores Governadores aqueles aquinhoados donatários de capitânias? Delegados que são do Palácio Alvorada, escolhidos a dedo para cumprirem missão gerencial?"

E veja aí, Sr. Presidente, a falta de atitudes, nesta Nação, que infelizmente não está só nos escalões do Governo. Começa a vilipendiar a honrada bancada da ARENA: aqui e em todas as Assembléias, o triste e vexaminoso espetáculo dos "Biônicos", dando em causa própria Sr. Presidente. E muitos dos honrados homens da ARENA que conquistaram o voto direto, têm que admitir, têm que se calar, tem que voltar para casa e não poder dar explicações à sua mulher e seus filhos, de que um seu companheiro de bancada, diz que vota contra a Emenda de Montoro, para fazer jurisprudência.

Palavras e atitudes é outra. E os Srs. Deputados da ARENA, é a pergunta que nós fazemos: quando é para falar, são favoráveis a eleições diretas. Quando até um seu companheiro de bancada, como o Deputado Vidigal, apresenta uma sub-emenda, para ter eleições diretas em 82, porque alegavam: de que as eleições diretas eram inoportunas. Já em 82 são contra. São a favor de quê? Da prorrogação dos mandatos.

Por isso, Sr. Presidente, palavras são palavras, mas as atitudes é que lamentavelmente estão faltando nesta Nação. E temos então que concordar com De Gaulle. "Realmente, o Brasil não é um País sério". Ou melhor, "O Brasil não é um País de homens que devam ser levados a sério".

Com o triste papel dos biônicos no Congresso Nacional, é simplesmente deplorável.

"Exigir ou pelo menos sugerir que os governos estaduais ou municipais reivindiquem justa participação na tributação sobre suas produções, é bater em porta erra. A subserviência está sacramentada e dogmatizada. É dogma nesta Nação ser subserviente.

Porisso, nem a eles, e nem a ninguém, adianta criticar o centralismo e a continuar fazer seu jogo. Disse bem um Senhor Deputado, aqui mesmo, o Deputado Deni Schwartz, que houve um confeitiro mor que anunciou aos comensais o crescimento do bolo, mas adicionou ingredientes externos, vindos de outros países, e sofisticadíssimas iguarias, que surgiram como doces, e que depois se tomaram salgadas e difíceis de serem digeridas.

Doravante, ao bolo não mais se juntarão fermentos estrangeiros e ele também não poderá ser repartido fraternalmente, porque os comensais do Poder já dividiram entre si as mais polpudas fatias.

O Sr. Quielise Crisóstomo — V. Ex.^a concede um aparte? (Assen-

timento.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sinto-me honrado com os apartes de V. Ex.^a que ilustram o meu pronunciamento.

O Sr. Quielise Crisóstomo — V. Ex.^a num trabalho brilhante honra este Parlamento, mas, nota-se que em vários tópicos o seu ponto de vista é por si só contestado. Quando em outros apartes, já anteriores ao seu pronunciamento, eu dizia que o endividamento deve ser feito na oportunidade, inclusive nesse tipo de endividamento, com o aval do Governo nacional. E o nosso Estado teve condições de pleitear mais esse endividamento, porque tem capacitação para isso.

Veja V. Ex.^a, se o Governo Federal tivesse contido o endividamento e nós não tivéssemos condições de fazê-lo. Muitos Estados da Nação brasileira não têm o privilégio que o Paraná está tendo, esta capacitação econômica para endividamento. E sabe, é um princípio de comércio, nobre Deputado, quem não tem dinheiro, nós somos um País pobre e um Estado pobre, tem que negociar, tem que sobreviver, tem que crescer, tem que se desenvolver com o dinheiro de quem tem. É um princípio da sobrevivência do agricultor. O agricultor paranaense não pode sobreviver com o seu dinheiro, porque ele não tem dinheiro. Ele tem que usar o dinheiro da Nação. Tem que fazer, e eu estou.

O SR. NILSO SGUAREZI — Este é um raciocínio capitalista.

V. Ex.^a parte do capital. V. Ex.^a parte exclusivamente do capital para manter uma economia em aceleração.

O Sr. Quielise Crisóstomo — Mas o princípio lógico de um regime democrático é o fornecimento de condições para o desenvolvimento. Como que o lavrador que V. Ex.^a tanto invoca da tribuna, vai se desenvolver sem a participação do Governo; e como o Governo vai ajudar o pobre, o humilde, sem ter dinheiro?

É preciso que, dentro de um sistema planejado como o nosso, onde V. Ex.^a, em sua campanha política como nós todos, sentimos na carne o problema do Paraná, da seca, e agora da chuva. Como um orçamento pode ser planejado e executado na sua íntegra, como fez referência o nobre Deputado Deni Schwartz, como se não soubesse que essa diferença teórica de endividamento foi a falta de arrecadação?

Ora, nobre Deputado, nós temos que jogar com o crédito de nosso Estado, enquanto existe crédito, e a herança de endividamento foi uma herança de crédito nobre Deputado. Se este Governo herdou dívida, herdou crédito para fazer mais dívidas do que tinha. Isso é um privilégio...

O SR. NILSO SGUAREZI — Crédito não é do Governo, é da Nação, nobre Deputado. E nem bem da Nação, das riquezas naturais que estão aí, da Amazônia, do nosso urânio, do nosso Petróleo que está escondido aí.

O Sr. Quielise Crisóstomo — Vou terminar para que V. Ex.^a depois me responda. Muitos Estados também pretendem empréstimos nas dimensões do Paraná, e não vão receber autorização do Governo Federal, porque a capacidade de endividamento não permite. O nosso Estado está sendo administrado, não vamos citar de anterior de 64 — por um sistema que V. Ex.^a muitas vezes discorda, mas que permite, hoje, já passados 15 anos desse sistema, ainda um crédito diante da Nação Brasileira, para um empréstimo, um endividamento maior no exterior. Não são todos os Estados do Brasil que conseguiram isso. Não é apenas a força da terra paranaense, que é muito grande, mas sim a capacidade de seus administradores.

V. Ex.^a com brilhantismo discorre e, em muitos tópicos, talvez acompanhasse V. Ex.^a se não fosse radical. Mas, estamos aqui para trocar idéias e encontrar solução para os nossos problemas. E disse, em meu primeiro aparte, que o que o Presidente Geisel esperava da Oposição não era essa posição radical, e sim um sistema de combate de dois partidos da Revolução.

É nesse sentido que devemos debater neste Parlamento, nobre Deputado. Não estou aqui para procurar a solução, não

para criticar a fome do nosso lavrador, mas buscar a solução para essa fome.

Nobre Deputado, temos que juntos buscar essa solução. E no momento em que temos que pagar dívidas, temos que buscar dinheiro, se crédito nós temos. O resto, junto vamos verificar.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa solicita ao nobre Deputado que seja breve em seu aparte, porque restam poucos minutos para o orador terminar seu pronunciamento da tribuna.

O Sr. Quielse Crisóstomo — ... e vou terminar dizendo que, juntos haveremos de fiscalizar, isto sim, o emprego desse dinheiro. Essa é uma missão para a qual não, nem existirá negociação neste Parlamento.

O SR. NILSO SGUAREZI — Vou responder o aparte de V. Ex.^a: se o MDB decepcionou o Governo e não cumpriu a sua missão, devo dizer a V. Ex.^a que o MDB vai continuar a decepcionar este Governo.

Porque, jamais poderão exigir que o MDB compactue com tudo que se faz nesta terra. Nós fazemos contestação.

(Soam os tímpanos).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa lembra ao nobre Deputado que lhe resta apenas um minuto para concluir.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, com outras palavras, vou dizer aquilo que quero. Porque até as palavras o Governo exige que se mude, até das palavras o Governo tem medo.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Não é o Governo, é o Regimento Interno da Casa, que não permite certo tipo de palavra.

O SR. NILSO SGUAREZI — Exige-se uma Oposição dócil, obediente, que abaixe a cabeça, que chegue em casa e não tenha explicação para dar aos seus eleitores das atitudes de subserviência que se tem que tomar.

Nisso o MDB decepcionou e continuará decepcionar, porque, enquanto uma criatura humana for, nesta terra, torturada; enquanto, Sr. Presidente, gente se aposse do dinheiro público... (Tumulto).

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, V. Ex.^a deve me assegurar a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa assegura a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Por isso, Sr. Presidente, o MDB vai continuar a decepcionar. Não adianta terminar com o MDB. Não adianta. Vai voltar todo mundo sob outra sigla qualquer. Porque, o que une estes homens não é a vontade de se sentar no Palácio Iguaçu, não é isso. Não é o poder de querer mandar em professores, delegado e outras coisas. Não é isso. — (Tumulto).

Por isso, Sr. Presidente, faço a indagação seguinte: não vou dar essa autorização para que esse dinheiro seja mal empregado.

Para que as economias mistas, por exemplo, façam essas publicações de luxo que todos os Deputados receberam, publicações custosas em papel acetinado, aveludado, quando poderiam ser feitas com papel jornal.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa lamenta, mas informa ao nobre Deputado que seu horário está esgotado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Vou concluir, Sr. Presidente.

Não vou dar dinheiro para Governador gastar na televisão, para promoção pessoal, não vou dar dinheiro para gastarem em pesquisa com a Galup, para saber como a ARENA está nas eleições. — (Tumulto).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa informa ao nobre Deputado que se encontra na tribuna, que o seu horário está esgotado, está esgotado o seu tempo regimental.

O SR. NILSO SGUAREZI — Eu concluo, Sr. Presidente, e requiero regimentalmente, que, as duas últimas páginas do meu pronunciamento, que não deu para transcrever em virtude da falta de delicadeza de alguns eminentes Deputados da ARENA em não deixarem este Deputado expor suas razões, demonstrando uma “brilhante” democracia, eu peço que sejam transcritas nos Anais.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — (Deferido).
(Final do discurso proferido pelo Sr. Deputado Nilso Sguarezi).

“SÉTIMO — Faça o que eu digo e não o que faço.

Alega o Governo estadual que terá desafios pela frente, reiterando por sua vez o Governo federal que para combater a inflação “é preciso apertar o cinto”, aconselhando o homem do povo, a até escolher determinados alimentos que são mais baratos, porque persiste a imperiosa necessidade de se fazer poupança.

Ora, o Governo estadual do Paraná tem sido perdulário por excelência.

A despedida do ex-governador foi laureada com um verdadeiro festival de promoções publicitárias e inaugurações que custaram alguns milhões aos cofres públicos.

Basta ver o luxo das publicações da administração: direta e indireta — numa verdadeira orgia de gastos que em países ricos não acontecem. Prefere-se papel acetinado e aveludado, quando na verdade, a Lei manda que se use o papel-jornal do Diário Oficial. Mas, a promoção pessoal é importante.

Gasta-se dinheiro do povo como se estivesse sobrando.

Até o próprio Governador, não se furta de dispendar a sua cotazinha na compra de horários de televisão para manter a sua imagem em evidência.

Pede-se dólares hoje, para pagar o que ontem gastou-se em pesquisa de opinião pública, afim de se informar à ARENA como orientar sua campanha política. A experiência exige pois, precaução.

Dar dinheiro emprestado para quem não sabe economizar, antes de tudo é uma temeridade, para não dizer, uma irresponsabilidade, sabendo-se os pesados sacrifícios que suportam os contribuintes para verem seus tributos serem tão mal empregados.

OITAVO: Nunca empreste dinheiro a alguém, sem saber antes como será empregado.

Muito embora tenham vindo a esta Casa, secretários de Governo, a pergunta básica que lhes foi formulada ficou sem resposta: — Como e onde vai ser aplicado o dinheiro? Por outro lado, tentou-se, na Comissão dos Transportes, descobrir quais estradas seriam asfaltadas, mas tudo ficou na tentativa. Desafio alguém, dentre os presentes, aqui e agora, declinar quais as rodovias que serão tratadas por este Governo. Desafio aqui e agora, e me digam os representantes deste Governo, qual a cifra que há dias dizia o secretário dos Transportes ser insuficiente para a manutenção das rodovias paranaenses.

O que não se quer confessar é o “quantum” do custo em reparos que serão necessários para manter as fabulosas “cascas de ovo”, que se espalharam por este Estado afora, rendendo muitos votos. Os milhares de quilômetros asfaltados, até aqueles que constam só nos mapas e não de fato, mas agora é que, como diria Gabriel Mancel, “a porca torce o rabo” porque será necessário muito dinheiro para resguardar a imagem do “gigante do asfalto”.

Por outro lado, não posso autorizar dinheiro sob a vaga afirmação de cumprir programas orçamentários, quando pelo próprio orçamento, o Governo pode alterar até um terço dele, como quiser e bem entender.

A coisa pública exige uma definição prévia e clara do que se faz.

NONO: Começa-se a perder uma empresa, perdendo-se suas ações.

O exemplo da TELEPAR é muito recente para ser esquecido.

Dar ações das empresas públicas é incorrer no mesmo erro que tem vitimado as empresas privadas. Quem tem uma, busca cem.

As empresas públicas, até por preceito constitucional que está sendo ferido, não pode ficar a mercê desta política entreguista, que, lamentavelmente constitui a tônica dos atuais governos.

DÉCIMO. O melhor investimento é na educação.

Compromete-se o futuro de um Estado com uma fabulosa dívida, mas nada se destina à Educação. Não poderia ser de outra forma, pois o solicitante não é outro senão um ex-Ministro da Educação, paranaense, que, à frente de sua Pasta, não ergueu uma única vez sua voz para, pelo menos, manifestar-se pela federalização das nossas universidades de Maringá, Londrina e Ponta Grossa.

Bastar-me-ia fossem aplicados os bilhões que se pede em Educação, para votar favoravelmente à solicitação desse empréstimo, pois teria certeza de um retorno seguro.

Com meu voto e meu assentimento, este Estado pedirá um centavo emprestado.

Com meu voto ninguém terá carta branca para abusar do sacrifício do povo.

Com meu consentimento, não se aumentará em um único níquel a galopante dívida externa.

Com minha omissão, ninguém entregará esta Nação ao estrangeiro, exatamente por redundar em falta de educação e informação do nosso Povo.

Se fosse dinheiro para educar o Povo, viesse donde viesse, poderíamos aceitá-lo, mas dinheiro para ser mal empregado e até desperdiçado, não.

Um dia, não muito remoto, os que hoje vendem o futuro do nosso Povo, haverão de pagar por essa insensatez.

"AÍ, HAVERÁ CHORO E RANGER DE DENTES!"

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Continua em discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra, para discutir, ao Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Entendo que esta Casa deve ser, verdadeiramente, o painel de debates dos assuntos importantes da vida paranaense e por isto, e por discordar das colocações feitas pelo Deputado Nilso Sguarezi, resolvi, de improviso rebater as suas colocações, adrede preparadas especialmente, eminentes Srs. Deputados, porque sou oriundo de uma região pioneira, de uma região cuja colonização se fez nas últimas décadas e cujo principal esteio econômico reside exatamente na agricultura. Portanto, é necessário que se façam estradas e boas estradas, no Paraná, para o escoamento da intensa produção agrícola deste Estado.

Não concordo com as posições adotadas pelo Deputado Nilso Sguarezi que disse: "O Paraná não precisa mais de rodovias". Ao contrário, Sr. Presidente,...

O Sr. Nilso Sguarezi — Eu não disse isto!

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Aí estão as notas taquigráficas para se verificar que o nobre Deputado Nilso Sguarezi...

O Sr. Nilso Sguarezi — V. Ex.^a permite um aparte? (Assentimento)

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — E eu concedo todos os apartes que os eminentes Srs. Deputados me solicitarem, com boa vontade porque entendo que esta Casa é um local de debates onde os dois partidos devem levantar suas vozes.

Concedo, com prazer, o aparte, ao eminente Deputado.

O Sr. Nilso Sguarezi — V. Ex.^a deve ter entendido errado.

Eu reipsei, da tribuna, que não era contra se fazer asfalto no Paraná. Eu disse que há prioridades maiores, nobre Deputado. V. Ex.^a falta com a verdade!

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Agradeço o esclarecimento, agradeço, e fico satisfeito de ver que um Deputado da minha região quer, como eu quero, o asfaltamento da estrada, por exemplo, Itapejara a Verê, a Dois Vizinhos, municípios nos quais V. Ex.^a teve também expressiva votação, como também nós precisamos concluir a estrada Santo Antônio a Ampère, Rio Iguaçu a Capitão Leônidas Marques.

O Sr. Nilso Sguarezi — Eu vou declinar de uma estrada também que eu quero.

Só um dado, o Rio Iguaçu, no mapa já está feito, aquele trecho.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Portanto, é necessário.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — (Fazendo soar os tímpanos). — A Mesa informa os Srs. Deputados que está com a palavra o Deputado Luiz Alberto de Oliveira e lembra os Srs. Deputados, que de acordo com o artigo 78, inciso 5.º, para apartear o colega, deverá o Deputado solicitar-lhe permissão.

O Sr. Nilso Sguarezi — V. Ex.^a concede uma parte? Prometo, não fazê-lo mais. — (Assentimento).

Tanto sou favorável ao asfalto, que quero que o Governo asfalte aquele trecho "saudades", a Usina de Salto Santiago que no mapa o Canet disse que estava asfaltado, e na realidade os Srs. representantes da região sabem que não está. Eu também quero que aquele trecho seja asfaltado.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — V. Ex.^a sabe que a estrada está em execução. A não ser que V. Ex.^a não tenha isso, depois da eleição para Chopinzinho.

O Sr. Nilso Sguarezi — Não está feito, Deputado. Este assunto de estradas já foi objeto de pronunciamento deste humilde Deputado, aqui na Assembleia Legislativa. Já tive oportunidade, por diversas vezes, de ressaltar os aspectos inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa pede aos Srs. Deputados, a observância do Regimento Interno.

Está com a palavra, o Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O Sr. Nilso Sguarezi — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa solicita dos Senhores Deputados, observância do Regimento Interno. Está com a palavra o Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Concederei os apartes, pela vez, ao Deputado Quielise Crisóstomo e depois ao Deputado Daros. Só gostaria de ressaltar, eminente Senhor Presidente e Senhores Deputados, que já ocupei esta tribuna na Legislatura passada, para analisar, inclusive, o plano de obras rodoviárias do Governo Jayme Canet Júnior, ressaltar na oportunidade, a validade da opção que o Governador Jayme Canet fazia, quando lançava um desafio ao seu próprio Governo e ao próprio povo do Paraná para construir a meta record de quatro mil quilômetros de estradas asfaltadas. Quando os homens da Oposição perguntam aonde é que está o dinheiro que o Governo conseguiu no exterior, eu diria que o dinheiro está nas estradas, que estão dando melhores condições de vida a todos os habitantes do Paraná. Nós temos os municípios mais longínquos do Paraná, das barrancas do Rio Iguaçu, do norte, do nordeste, do sudoeste, todos eles hoje, quase com estradas asfaltadas, com condições de dar educação para os seus filhos quando precisam ir para uma Faculdade, dar condições de assistência médica, quando é necessário e quantas vezes, e eu me acostumei, quando pequeno e quando morador do interior, ver um quadro triste, desalentador da minha região. Eram caminhões de soja, eram caminhões de feijão encalhados nas estradas lamacentas

das estradas do sudoeste.

Hoje, graças a Deus, esse quadro e graças ao governador Canet, esse quadro se alterou, a qualidade de vida do povo do interior melhorou. Vão perguntar, qualquer Deputado, a um homem de Tapejara, de Pato Branco, de Francisco Beltrão, de Santo Antônio, de Ampère, de Santa Isabel, de Dois Vizinhos, de Capitão Leônidas Marques, se eles não estão satisfeitos com o Governo.

Realmente os homens da Oposição têm que ficar tristes, quando vêem obras sendo executadas. porque eles perdem aquilo que podem, para falar do Governo. É preciso, eminentes Deputados...

O Sr. Adalberto Daros — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Concorde com as colocações dos homens da Oposição. Não venho aqui para defender o Governo, nem tenho autorização para isso. Venho aqui para defender os homens da minha região, que precisam de asfalto, que querem o asfalto, porque se os Senhores compararem qual a economia de combustível, já que se falou tanto em combustível hoje à tarde, num quilômetro de estrada asfaltada, para um quilômetro de estrada sem asfalto, os Senhores vão verificar que há estudos, inclusive do BIRD a esse respeito, para estabelecer que a economia em combustível por km rodado é da ordem de Cr\$ 1,20. Se V.v. Ex.^{as} compararem o tráfego médio dessas estradas, da ordem de quinhentos veículos por dia, essas estradas estarão pagas praticamente em dois anos.

Isto é preciso ser dito alto e bom som e o Governo nunca pretendeu fazer obras de fachada. Poderia fazer "free ways", mas o Governo preferiu levar o asfalto até o pequeno agricultor que precisa de asfalto para conseguir escoar a sua produção agrícola.

Concedo o aparte, primeiro, para o Deputado Quielse. O Sr. Quielse Crisóstomo — Existem momentos até pitorescos aqui nos debates. Por exemplo, o nome do local onde o nobre Deputado Squarezi fez referência à estrada. Parece-me, Estrada da Saudade, porque faz tanto tempo que ele não vai lá, que está com saudade. Nem sabia que o asfalto já tinha sido construído. Então, nobre Deputado, aí começa a explicação do porquê das umas, aí começa a explicação, como disse V. Ex.^a, da grande amargura da Oposição. V. Ex.^a...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa, encaixadamente, aos Senhores Deputados pede respeito ao Regimento Interno. É um pedido que a Mesa faz aos ilustres Deputados que compõem a Assembléia Legislativa do Estado.

O Sr. Quielse Crisóstomo — V. Ex.^a diz com muita propriedade.

Faz com eloquência, que já de nós, companheiros e do povo do Paraná é conhecida, referências à administração do Governador Jayme Canet Júnior, e diz, da sua região, quantos parlamentares da ARENA e do MDB poderiam subir à tribuna e dizer, cada um da sua região, tudo o que V. Ex.^a está dizendo do sudoeste do Paraná, porque Jayme Canet cobriu o Paraná, de ponta a ponta, em todos os municípios do Estado, da ARENA e do MDB, com ligações asfálticas e a segurança que nós temos, neste momento, de conceder o crédito de endividamento a Ney Braga. Esta é a maior documentação que um político pode oferecer a seu povo — é a segurança de que este dinheiro está em boas mãos. É evidente que o MDB gostaria que estivesse nas mãos deles; mas, está em mãos seguras. O documento, é a administração do Governador Jayme Canet e, se não bastasse Jayme Canet, nós invocaríamos a própria administração de Ney Braga. É ele mesmo, o Ney Braga, que volta ao Paraná; o próprio Ney Braga por cujas mãos foi trazido Jayme Canet e com ela a salvação da administração deste Estado.

Quero fazer minhas as palavras de V. Ex.^a, nobre Deputado, para que não roubemos o tempo precioso deste Parlamento, indo mais um orador à tribuna para dizer, para recitar a gran-

de poesia da ressurreição de um povo, da administração de Jayme Canet Júnior. Dessas crianças que não mais hão de perder as vidas como no Município de Colorado, Colorado que meu irmão era médico e, quantas vezes ele morreu com paciente indo para Maringá. E, hoje, nós temos asfalto de Colorado a Nova Esperança, de Colorado para Santo Inácio, para todo Brasil; e mais 2 obras asfálticas vão para Colorado. Quantos eleitores do MDB gostariam de ouvir o que eles dizem aqui que, agora, que não conseguem empréstimo para asfalto, e haverão da tribuna, nos comícios políticos, dizer, que participaram na aquisição daquela obra. Isso é muito comum. Nós vamos aqui lutar, mas vamos repetir lá, diante do povo, o que nós dizemos aqui, dentro deste Parlamento. Não precisamos ir juntos depois dizer que, também reivindicamos aquela obra. Queremos o crédito e queremos mais asfalto, porque alguns municípios ainda não têm, nobre Deputado. Mais asfalto para este Estado, como disse e está dizendo, com muita propriedade V. Ex.^a — é o verdadeiro pão nas bocas do povo faminto, do lavrador paranaense e que quantas vezes nós ouvimos tribunos da Oposição dizendo que o povo não come asfalto; mas, também, eu digo — o povo não come adubo, mas, sem o adubo não sai a planta, não sai o alimento. E o asfalto é alimento para o povo porque é o barateamento do transporte que redundará em fortalecimento do lavrador pela fácil distribuição da mercadoria.

Não quero, pois, fazer do seu pronunciamento que me emocionou pela categoria com que V. Ex.^a disserta sobre o Governo que nós temos. Mas, só pela oportunidade que não podia perder, para dizer — este dinheiro está em mãos seguras.

Muito obrigado, nobre Deputado.

O Sr. Nestor Baptista — V. Ex.^a me concede um aparte?

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Concedo, primeiro para o Deputado Daros, que solicitou, depois, para os outros eminentes Deputados do MDB que estão me dando a honra do aparte.

O Sr. Adalberto Daros — Meu caro Deputado Luiz Alberto Oliveira, solicitei aparte a V. Ex.^a cumprindo Regimento Interno, artigo 78, dois minutos eu prometo a V. Ex.^a, apenas para lhe fazer uma pergunta. V. Ex.^a subiu à tribuna e disse que do ponto de vista seu, como homem do interior e de uma região onde a agricultura predomina, iria contestar as afirmações do nobre líder do MDB, Deputado Nilso Squarezi.

Pergunto a V. Ex.^a: esta contestação será feita a forma como V. Ex.^a começou, ou da forma de como V. Ex.^a estreou nessa Assembléia há cerca de um mês e meio?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Eu não sei o porquê desta pergunta e não conseguir captar a sua intenção.

O Sr. Adalberto Daros — Vou dizer a V. Ex.^a então. V. Ex.^a é um Deputado que está nesta Casa pela segunda vez. Disse que na legislatura passada defendeu da tribuna as rodovias, principalmente da sua região, demonstrando, eu me lembro bem, as estradas feitas.

Todavia, nesta legislatura Deputado, eu até fiquei constrangido ao ver V. Ex.^a na tribuna, durante o Grande Expediente fazer o pronunciamento que fez. Isto porque conheço V. Ex.^a e estou meio constrangido novamente Deputado, a ter que ficar aqui sentado, se for para escutar o que escutei há cerca de um mês e meio.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — V. Ex.^a tem toda a liberdade para se retirar do plenário. Como eu não faço, porque eu tenho a minha cota de sacrifício quando escuto V. Ex.^a.

O Sr. Lineu Turra — Deputado Luiz Alberto, V. Ex.^a me permite um aparte? (Assentimento). Deputado Luiz Alberto, acho que em princípio nós estamos do mesmo lado, porque assim como V. Ex.^a quer asfalto, quer estradas, nós também queremos. Já o ilustre Deputado Valduga parece-me que alinhou aí num aparte que havia sido feito estradas no Governo anterior, uma em cima da outra, sem assim um planejamento

rodoviário. Pareceu-me que foi a afirmação. Depois o Deputado Valduga, se mal entendi as palavras do Deputado Valduga, e se não for isso o que estou falando, o Deputado Valduga naturalmente vai fazer a observação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA -- Não estou conseguindo entender Vossa Excelência. Vossa Excelência poderia repetir, por gentileza?

O Sr. Lineu Turra -- Eu disse que nós estamos, em princípio, do mesmo lado. Como Vossa Excelência quer estradas, como o Governo quer estradas por certo em sua administração, nós também do M.D.B. queremos as estradas necessárias, estradas planejadas, é evidente.

Então Vossa Excelência discute. Mas não é esse o problema que nós discutimos. Não é o problema de se fazer ou não se fazer estradas. Nós queremos que estradas sejam feitas, estradas planejadas e necessárias.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA -- Mas esta foi a colocação do Deputado Deni, do Deputado Nilso Sguarezi.

O Sr. Lineu Turra -- A nossa colocação Deputado, queria só dizer a minha posição e se Vossa Excelência me permitir concluirei rapidamente. A nossa posição é com relação ao empréstimo externo, que nós estamos levando em consideração um empréstimo externo que em princípio sem conhecermos a verdadeira aplicação dele, porque a nós, a esta Casa o Poder político que interpreta as aspirações do povo, nós nessa condição temos o direito de dar as nossas decisões para que as verbas, a arrecadação, o dinheiro público seja empregado em obras prioritárias de acordo com as aspirações do povo.

É este o meu entendimento político. Pois bem. O nosso entendimento é que o empréstimo externo não deve ser feito sem uma melhor análise, sem um conhecimento desta Casa em que vai ser aplicado esse dinheiro e com uma planificação de obras. Nós queríamos conhecer esse plano de obras, onde vai ser aplicado esse dinheiro. E sabemos que internamente existe dinheiro suficiente nos bancos oficiais capaz de atender as necessidades do Governo do Estado, sem recorrer a empréstimos externos diante de uma dívida externa tão grande como o Brasil tem e este empréstimo externo será um componente ainda maior da nossa dívida externa.

Quer dizer, em princípio nós queremos asfalto, nós queremos estradas, não estamos contra Vossa Excelência. O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA -- Se Vossa Excelência me permitir, dialogo com Vossa Excelência, para responder as suas colocações.

Em primeiro lugar, assumi a tribuna hoje, para falar, para discordar da colocação do nobre Deputado Nilso Sguarezi, Líder do Movimento Democrático Brasileiro, quando disse que estradas não eram questão prioritária neste Estado.

Esta foi a minha colocação e a razão de ter solicitado para discutir este assunto.

Em segundo lugar, Vossa Excelência poderia...

O Sr. Quilse Crisóstomo -- Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA -- Permitirei a todos os Srs. Deputados.

Vossa Excelência deve ter tido notícias de que aqui esteve o Secretário do Planejamento e o Secretário das Finanças. Com relação aos recursos internos, o Sr. Secretário da Fazenda proferiu uma verdadeira aula. Técnico que é no assunto, a respeito da impossibilidade do Governo do Estado, em conseguir linhas de créditos mais favoráveis dentro do País, a não ser em bancos de investimentos, cujos juros seriam caros, e recairiam em última análise, frente ao povo do Paraná.

Então, foi por esta colocação que o Governo do Estado foi buscar empréstimos externos, inclusive alguns em

préstimos, é preciso que se diga nesta Casa, com juros beneficiados, à semelhança que foram os juros conseguidos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento...

O Sr. Lineu Turra -- Essa colocação eu conheço, só para completar. Acho que é ilusório esse raciocínio do Sr. Secretário, porque com a correção do dólar, o empréstimo externo, as despesas, os encargos e os juros, será muito maior...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA -- Vossa Excelência há de concordar com a minha colocação também, de que são necessárias as estradas para alterar um triste panorama que nós temos. Se Vossa Excelência me permitir e os Deputados tiverem a bondade de ouvir, vou tomar liberdade de citar um trecho do meu discurso que fiz desta tribuna, na Legislatura passada, com relação a importância da estrada, para modificar o panorama da nossa região, o Sudoeste do Estado. Eu dizia na ocasião o seguinte:

"É preciso realçar a importância dessas estradas que constituem uma opção lúcida por parte do Governo do Estado, com custo por quilômetro, quase cinco vezes menor do que os da rodovia de primeira classe, as alimentadoras têm um papel decisivo a desempenhar no desenvolvimento do Sudoeste. Poderíamos dizer que configura as estradas certas nos locais certos. Se a estratégia governamental se orientasse exclusivamente no sentido de construção de rodovias-tronco, os recursos disponíveis no quadriênio 75/78 teriam que ser multiplicados por quatro, e que vale dizer que para termos as mesmas estradas que estão sendo implantadas na região, se todas elas tivessem de ser de primeira categoria, nós levaríamos dezesseis anos.

Por dezesseis anos teriam que esperar os produtores de soja, os produtores de arroz, feijão, milho e fumo, além dos criadores de bovinos e de suínos, se a ação governamental fosse essa, quase dois decênios passariam antes que o lavrador e o criador pudessem encontrar os caminhos para dar escoamento à sua produção.

Teríamos sem dúvidas, belas estradas, mais teria havido uma completa subversão de valores, pois o que importa realmente, é ter os caminhos adequados para dar vazão às riquezas de uma região em desenvolvimento. Sofisticações rodoviárias não interessam ao homem que produz, o que ele precisa é da estrada que aqui e agora solucione o seu problema. Por essas circunstâncias é preferível construir uma estrada de baixo custo, que possa ser concluída a curto prazo, do que programar obras de alta categoria técnica e que só na década de 1.990 poderão ser integralmente concluídas. E esta é a pergunta que se faz ao Parlamento neste instante; será que é necessário nós aprovarmos o empréstimo ou negá-lo, se negarmos haverá, inevitavelmente, uma paralização de obras importantes para o Estado. E os nossos homens do interior terão que ficar, lá nos nossos longínquos municípios, aguardando, por longos anos, os benefícios necessários para o seu desenvolvimento.

Por isso o Governador Ney Braga, numa opção lúcida e coerente, resolveu solicitar empréstimo internacional, para acelerar as obras. Concordo eminentes Srs. Deputados, com a colocação feita dias atrás, desta tribuna, pelo Deputado Deni Schwartz, também valoroso representante do Sudoeste do Paraná nesta Casa. Sua Excelência reclamava agora, como reclamei há três anos atrás também, que o Governo Federal construísse a tão sonhada Ferrovia do Soja, para conseguirmos ainda mais o barateamento do custo. E, inclusive, com uma retribuição do Governo Federal, ao muito que o Paraná tem dado para o Governo brasileiro.

Nós mesmos, no Paraná, estamos vivendo um problema que considero o mais grave da economia deste Estado, que são as grandes inundações, em função das usinas, que vão gerar energia não para o consumo ou para o desenvolvimento industrial de nosso Estado, mas vão gerar energia que será vendida já nos centros industrializados, concentrando, ainda mais

a nossa produção industrial e fazendo com que, talvez no futuro, se o Paraná precisar mais de energia, tenha que ir comprar noutros Estados.

Solicitei já em discurso, já fiz inúmeras solicitações nesta Casa, para que o Governo Federal atendesse, prioritariamente, o Governo do Estado. Já disse aqui, desta tribuna, Srs. Deputados, que quando o Paraná vai ao Governo Federal solicitar obras, ele não vai com os pés no chão, ou ajoelhado, mas ele vai, como diria Vieira, o célebre orador sábio, de cabeça altaneira, porque ele vai exigir justiça. E nós queremos ferrovias, mas queremos ferrovias que o Governo Federal deve construir e, para isto, não deve haver bancada do MDB ou bancada da ARENA, todos nós, como representantes do povo, devemos levantar nossa voz, alto e bom som, e solicitar do Governo Federal mais apoio e mais amparo, para as obras que nós queremos para o Estado do Paraná.

Concedo, com muito prazer, o aparte ao Deputado Nilton.

O Sr. Nilton Friedrich — Ilustre Parlamentar, permita-me, pode até ser um pouco intempestiva, mas duas colocações antes de fazer uma análise do que Vossa Excelência se propõe da tribuna.

Em exatamente, se entendi bem, para concordar com a colocação feita pelo ilustre Deputado Quielse, porque afinal ele falara de que Jayme Canet Júnior viera ressuscitar ou fazer a ressurreição do Paraná, e concordo, até certo ponto. Depois o Governo arenista de Leon Peres, é, ilustre Deputado, necessário que haja...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Do qual este Deputado e os seus companheiros políticos foram aguerridos adversários.

O Sr. Nilton Friedrich — Cujas Revoluções corrigiu o erro em tempo. Exato, ele foi premiado em tempo, está em Copacabana, gozando as delícias do tropicalismo brasileiro.

Mas, ilustre Deputado, ainda o mesmo ilustre Deputado Quielse Crisóstomo, fez referência que o MDB depois, vai às praças públicas e pretende dizer que participou destas concessões, destes empréstimos, afinal de contas, das próprias obras.

Parece-me extremamente lógico, ilustre Deputado. Mas pensando em contrário, daria até uma sugestão ao Deputado que fez estas referências, ou à bancada inteira, que pedisse ao Governador do Estado que mandasse a esta Casa um projeto para isentar o MDB de impostos em nosso Estado, isentando todos os emedebistas, os que votaram no MDB, e me parece que inclusive o Senador do Paraná eleito, que teve a votação majoritária.

Seria de se mandar a esta Casa um projeto isentando os emedebistas de impostos, aí sim, o Governador e os arenistas poderiam desfilar em todo o Paraná e em todo o Brasil a grande alegria de serem os grandes construtores de tudo isto; porque me parece que são estes elementos de todo o Paraná, de todos os quadrantes, que participam das receitas, que participam com os impostos, para fazer frente ao pagamento destas dívidas etc, etc. Por esta razão a nossa preocupação.

Mas digo mais, agora referentemente à colocação de Vossa Excelência. Diz Vossa Excelência que todo este dinheiro que veio do estrangeiro foi para a construção de obras, de estradas.

Mas me indago algumas coisas: - vieram verbas e mais verbas, a custos elevados; foram feitas obras; mas existem tantas dívidas. E a impressão que se tem, devido a colocação de Vossa Excelência, que não há recolhimento de impostos, a nível municipal, estadual e federal, que se transformaram numa verdadeira ditadura tributária ao nosso contribuinte; e conseqüentemente só parece que há neste Estado, dinheiro

que vem do estrangeiro, para construir estas obras. E dou aqui um detalhe, que nós fizemos oportunamente, em Toledo, uma análise, a Estrada de Toledo-Palotina, que foi asfaltada, só com o dinheiro recolhido do FUNRURAL, embora para outra finalidade, daria para pagar esta obra e sobriaria dinheiro.

Portanto, ficam estas indagações sérias, o contribuinte, vive em sufoco, de uma ditadura tributária instalada neste País; os municípios pré-falidos; o Estado com essa dificuldade toda e acha que só o dinheiro do estrangeiro é que resolve.

Acho que o momento é de racionalizar, inclusive os empréstimos e as próprias aplicações, após uma análise das prioridades sociais do Estado e do País.

E digo mais, Srs. Deputados, para terminar. - A impressão aqui fica inclusive, é de que o Paraná está diante de um caos, ou pega o dinheiro, ou vai à falência? É a conclusão até estarecedora, que fico aqui devido as colocações de Vossa Excelência. Afinal de contas, será que nós não temos recursos próprios, já que se diz que o Estado é tão rico? Por isso, ilustre Deputado, Vossa Excelência com inteligência, desviou habilmente o pronunciamento do Deputado Nilso Sguarezi, nosso companheiro de bancada, especificando somente o aspecto rodoviário, esquecendo que está todo um Paraná aí, preocupado com outros problemas.

Não só com este, que compõe todo este quadro. Há problemas seríssimos de ordem social, que decididamente implicam, em mudança inclusive, da estrutura, fundiária, da própria estrutura social, para que nós tenhamos efetivamente o Paraná mais rico, mas com uma riqueza distribuída a toda a sua população.

O Sr. Egon Pudell — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Respondo o aparte, antes de ceder, com muito prazer o aparte ao eminente Deputado Egon, parece que o Deputado Nestor Baptista também solicitou o aparte. Dizendo que quando Vossa Excelência afirma que o MDB participou, é óbvio ululante: Não há nenhuma novidade porque os asfaltos e as obras públicas, não são feitas com discriminação, nas escolas construídas pelo Governo, naturalmente sentam-se filhos de oposicionistas e filhos de arenistas.

Eu, pessoalmente, não tenho nada a obstar com relação à participação do MDB, pelo contrário, entendo que é missão e dever dos Srs. Deputados da Oposição, participarem nesta Casa, dos debates e colocarem as suas posições ideológicas e as suas posições políticas como também, nos é assistido a nós da ARENA, defender o Governo, naquilo que julgamos correto. Com relação a empréstimos internacionais e a empréstimos de organismos nacionais, para a realização de obras, em Governo e em município, diria a Vossa Excelência que o ilustre Prefeito da Oposição, deste Estado, tem conseguido recursos de financiadoras nacionais, às vezes repasse de empréstimos externos, como é o caso do Prefeito da Oposição de Londrina.

Nós ainda há pouco, acompanhamos pelos jornais, auxílios e empréstimos que o BNH, com um juro talvez mais caro do que este juro que o Governo do Estado vai pagar para o BIRD, estava conseguindo para fazer obras em favor da comunidade de Londrina; e fiquei satisfeito, porque entendo que Londrina não pode aguardar mais tempo para conseguir levar esgotos a todos os seus bairros; porque entendo que Londrina, que é dirigida por um Prefeito do MDB, tem o direito de conseguir um empréstimo para construir escolas, para asfaltar ruas. Portanto não coloco, não consigo entender a colocação parcial, que se faz da Oposição com relação a posicionamento de financiamento externo, ou nacional para os Estados. É preciso sempre, Srs. Deputados falar uma mesma linguagem.

Concedo o aparte ao Deputado Valduga.

O Sr. Valduga – Em primeiro lugar, quero aqui fazer uma retificação. Quando os ânimos se exaltam, às vezes as coisas são ouvidas inversamente, ou transcendem, ou atravessam. Eu disse exatamente o contrário: que Ney Braga não tinha a pretensão de revidar a fantástica façanha de Canet, em construir 4.000km de estradas, porque não ia sobrepôr rodovia sobre rodovia, mas que havia necessidade de algumas, especialmente citei o caso de Londrina-Maringá, que está congestionada. Nós temos uma Rodovia Federal, BR-369, entretanto, consta dos planos do Governo a construção de uma direta que vai diminuir em quase três horas o trajeto, de uma, talvez uma das três mais importantes rodovias do Estado.

É o anseio daquele povo e porisso nós batalhamos, e porisso nós damos o dinheiro, no que nos concerne. Concorramos em que seja feito isso e temos pressa disso, nobre Deputado.

De outra parte, sabe-se, perfeitamente, que uma das razões principais desse pedido é esse estouro de verbas que houve em razão das deficiências dos vários problemas climáticos, e isso não é novidade.

Assistimos isso na carne, na pele, porque vimos por vários anos acontecer essa situação, o que vem diminuindo forçosamente a arrecadação do Estado.

Quando disse que Ney Braga não pretende revidar, é por saber que ele tem outros programas. Não podemos desconhecer aqui que o Governo de Ney Braga, pioneiro em soluções altaneiras, resolveu praticamente o problema do pagamento das professoras; quem é que não sabe que nesses meses de Governo, Ney Braga conseguiu praticamente duplicar o salário de professoras, fazendo com que o novo enquadramento, o novo posicionamento profissional das professoras do Estado tivesse um "status" mais condigno?

Todo mundo sabe. Querer esconder uma realidade dessas é querer tapar o sol com a peneira.

O Governo Ney Braga será, sem dúvida nenhuma, marcado pela sua personalidade humanística.

A questão de ser estrada ou não, preferencial nas obras públicas, é uma questão a ser discutida. Acho que a que foi, a de Canet foi até higiênica. Eu, como habitante do Norte do Paraná, acostumado a andar naquelas estradas poeirentas, bem sei o quanto nos custava andar duas a três horas em meio a nuvens de poeira. E hoje se anda higienicamente, se tem um padrão de vida melhor, se anda mais rápido, mais economicamente, e é esta a condição que gostaria de exaltar.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) – A Presidência anuncia ao Plenário, que se encontra sobre a mesa um requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, nos seguintes termos: (Lê).
"Senhor Presidente.

Requeiro, na forma regimental a prorrogação por mais 2 (duas) horas a presente sessão.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1.979."

Em votação. – Aprovado.

Com a palavra o nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA – Concedo um aparte ao nobre Deputado Nestor Baptista.

O Sr. Nestor Baptista -- Muito obrigado, nobre Deputado. Apenas, confiando de que teria uma resposta adequada ou respostas, gostaria de lhe fazer algumas perguntas, porque reconheço no Deputado que ocupa a tribuna, neste instante, capacidade para responder.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA – É bondade de Vossa Excelência.

O Sr. Nestor Baptista – Os debates de hoje estão sempre em torno de estradas.

Estou começando agora e tenho certeza que as suas respostas até me ajudarão a aprender, neste plenário. A gente sente que, quanto mais estradas existem neste Estado, - e isso os números estão comprovando - maior é o número de gente passando fome. E até há pouco o nobre Deputado Quielise Crisóstomo reconhecia que o Brasil está importando, hoje, para matar a fome dos brasileiros que hoje atingem a soma de trinta milhões, passando fome. Aqui no Paraná, vamos a quase três milhões de pessoas passando as mínimas necessidades possíveis, e porisso estamos atingindo um estágio até de contradição. O número de estradas asfaltadas aumenta a cada dia que passa. Em contraposição, o número de pessoas carentes também vai aumentando a cada dia que passa. E carente não só no sentido de alimentação, no sentido escolar também.

Vossa Excelência, como Deputado, tem recebido o maior número possível de estudantes pedindo uma bolsa de estudo para poder continuar na escola, porque não há condições financeiras, já que há faculdades cobrando até quatro mil cruzeiros. Existem supletivos cobrando um mil cruzeiros por mês.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA – Esse é o grande absurdo deste País. São verdadeiras indústrias da educação.

O Sr. Nestor Baptista – Nobre Deputado, baseado nisso é que gostaria de saber de Vossa Excelência: será que só a estrada é prioritária, é fundamental para um Estado que tem tantos problemas; um Estado que tem quase um milhão de "bóias-frias". Existe mesmo, segundo dados estatísticos, quase três milhões de pessoas passando fome, e muita gente abandonando a escola.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA – Diria a Vossa Excelência que a estrada é prioritária dependendo do local e da circunstância.

Vou citar para Vossa Excelência um município em que a estrada é prioritária: Santo Antônio do Sudoeste, onde o que mais é necessário para o seu desenvolvimento, para instalação de indústria que gere emprego, que gere ICM, que gere riqueza, é exatamente a estrada. Porque, sem estrada não há condições de progresso e de escoamento da produção de madeira, da produção agrícola. Como concordo com Vossa Excelência que estrada não é prioritário no município onde nasci, Clevelândia, que possui belas estradas asfaltadas. E o importante, em Clevelândia, para o seu desenvolvimento é exatamente, o setor da educação.

Conheço outras regiões onde o prioritário é o setor de saúde pública.

Portanto, não se pode generalizar.

Estrada em algumas localidades são prioritárias. Em outras são prioritários os aspectos que interessam mais de perto o ser humano.

E é por isso que fiz um discurso aqui, elogiando as diretrizes do Governador Ney Braga. Porque se Vossa Excelência teve oportunidade de ler esse Programa de Governo, há uma preocupação de Ney Braga calcada em sua filosofia política. Filosofia política que ele defendeu, neste Estado, contra os poderosos da época, contra Deputados, contra Governo, e ele conseguiu vencer ao lado do povo paranaense.

O que Ney Braga pregava, em síntese, que era preciso fazer neste Estado uma revolução para atingir o homem, para ajudar o homem. para dar melhores condições de vida ao ser humano.

E se Vossa Excelência me perguntar se ele cumpriu o que prometeu em campanha, diria que sim. Porque, quando se instala um telefone é para aproximar as pessoas.

Quando se faz como Ney Braga fez, a criação da FUN-DEPAR, foi para construir, só nos seus quatro primeiros anos, mais de dez mil salas de aula.

Porque acredito, nobre Deputado, que não pode haver no

mundo uma força mais transformadora do universo do que a educação. A educação que iguala, que nivela, que é democrática, sobretudo porque oferece ao filho do branco e ao filho do preto, ao filho do pobre e ao filho do rico, condições de igualdade para crescer e se tornarem gente na vida.

Portanto, esse aspecto que defendi da tribuna desta Assembleia, a preocupação do Governador Ney Braga em construir, no Paraná, mais indústrias, e para construir mais indústrias, também é necessária a construção de mais estradas, não só estradas asfaltadas, mas ferrovias, como a Ferrovia da Soja.

Com relação às colocações que Vossa Excelência fez com referência a cursinhos, eu concordo com Vossa Excelência, que é um dos grandes dramas deste País, a falta de qualificação dos professores e conseqüentemente o baixo nível de ensino que nós estamos vivendo no Paraná.

Por isso, fiz um discurso e apresentei um voto de louvor ao Governador Ney Braga, quando ele resolveu o problema, angustiante, dos professores do Estado do Paraná.

Com referência à fome, não é privilégio do Estado do Paraná. Vossa Excelência acompanha muito bem isto.

Vossa Excelência disse que no Paraná há 3 milhões de pessoas que passam fome. Não concordaria com Vossa Excelência. No Paraná pode haver, e milhões de pessoas, que não têm boas condições de alimentação. No Brasil, talvez hajam pessoas que passem fome. Se Vossa Excelência voltar os olhos para o mundo, vai verificar que 2/3 da humanidade passa fome, que todos precisamos lutar, trabalhar, para modificar este quadro. E haveremos de fazê-lo, não só por palavras, mas acima de tudo, com obras destinadas à promoção do homem, no Paraná.

O Sr. Egon Pudell — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) Nobre Deputado, estamos assistindo com atenção o pronunciamento de Vossa Excelência. E a bem da verdade, o Paraná se transformou, principalmente no setor rodoviário, depois que o eminente Governador assumiu este Estado e teve a coragem de construir um asfalto de segunda ou terceira categoria, que bem disse Vossa Excelência, eis que esses 4.000 quilômetros construídos em 4 anos, se fossem estradas de primeira categoria, levariam 16 ou 20 anos.

E a bem da verdade, quero dizer a Vossa Excelência que o custo, com o menor gasto em combustível e desgaste de veículos, a estrada Toledo - Palotina, apenas para citar um exemplo, em 18 meses essa estrada se pagou.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — É muito judiciosa a colocação de Vossa Excelência, porque o tipo de rodovia construída no Paraná, inclusive é chamada rodovia por etapas. Tenho certeza que, com o desenvolvimento da região Oeste do Paraná, que Vossa Excelência tão bem representa nesta Casa, haverá necessidade inclusive de melhoria naquela rodovia, pelo intenso tráfego diário de veículos. E tenho certeza que o Governador Ney Braga...

O Sr. Egon Pudell — E a um custo muito baixo, Deputado, recapamento.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Perfeito.

Isto demonstra exatamente que o Governo do Estado tinha que fazer rodovias e algumas rodovias com pavimentação baixa, para poder fazer os 4.000 quilômetros, porque não era justo o Governo do Estado atender só a minha região, o Sudoeste, e deixar de atender a sua, o Oeste do Paraná, como era necessário ajudar o desenvolvimento do Norte Pioneiro.

O Governador fez estrada em todos os setores. Fez estradas de custo baixo para poder, no futuro, melhorá-las, em função de um fator aleatório que possa ocorrer e modificar a estrutura econômica da região.

O Sr. Egon Pudell — Devo dizer mais a Vossa Excelência e a toda a Casa, nobre Deputado: esse empréstimo solicitado pelo eminente governador Ney Braga, irá favorecer grandemente a região Oeste do Paraná, porque temos a estrada Toledo a Santa Helena, Vera Cruz do Oeste a Santa

Helena, Toledo a Vera Cruz e também Toledo até Cafelândia, no Município de Cascavel, que são regiões produtoras que necessitam da rodovia.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Veja que Vossa Excelência e também outros eminentes Deputados da Arena, estão citando obras que serão realizadas com a obtenção desse empréstimo internacional. E outros, Deputados do MDB, perguntam: o que o Governo vai fazer com esse dinheiro?

Ora, não é privilégio da Arena ter acesso a essas informações, até porque, essas informações constam do relatório da Secretaria dos Transportes, no final do ano, que foi encaminhado a todos os Srs. Deputados.

Aqueles Deputados que tiveram o cuidado de ler o relatório, verificarão que os 80 milhões de dólares, serão aplicados nas rodovias, cujas obras estão especificadas no relatório da Secretaria de Transportes do Estado do Paraná.

Concedo o aparte ao Deputado Gabriel Manoel, depois aos Deputados Quielse, Fiori Luiz e Deni Schwartz.

O Sr. Gabriel Manoel — Queríamos nos parabenizar com Vossa Excelência, que tão bem expôs a situação de sua região, homem do gabarito de Vossa Excelência é que o Paraná precisa, nas horas certas, e falar das coisas certas. Quantas vezes eu vi Vossa Excelência lutando pelas estradas da região e hoje vem defender as que não foram feitas, e citar as que já estão prontas.

Mas, dentro da humildade peculiar dos homens do interior, dos homens sofridos naquele Norte pioneiro, dos homens que vira Canet fazer a estrada, embora com contestação e com críticas dos homens que não querem ver e que falam outra vez.

Outra vez e quantas se tornarem necessárias, nós haveremos de falar a todo o Paraná, sem falsa demagogia e sem demagogia barata, Guaíra a Santo Antônio da Platina, nós patinávamos quando chovia, e comíamos pó quando fazia seca.

Outra vez, Sr. Deputado, outra vez digo aos Deputados da Oposição; outra vez de Ribeirão do Pinhal a Santo Antônio da Platina; outra vez de Jacarezinho a Cambará; outra vez estrada de Jacarezinho a Ribeirão Claro; outra vez de Ribeirão do Pinhal a São Sebastião da Amoreira, ligando Londrina; outra vez de Wenceslau Brás a Ibaiti; outra vez de Ibaiti a Congonhas; outra vez de Congonhas a Cornélio Procopio; outra vez de Guapirama a Joaquim Távora, e oportunamente, outra vez com esse dinheiro, de Guapirama a Jundiá do Sul e a Ribeirão do Pinhal, para interligar a malha rodoviária necessária para o rendimento da economia do nosso Estado, do nosso Norte Pioneiro, que foi portal desbravador de todo este gigante, que é o Estado do Paraná.

Outra vez para os que não creem nos homens de mãos calosas, outra vez para os descrentes, outra vez para os demagogos que não querem ver o Governo honesto do gabarito de Ney Braga, outra vez, permitam-me a minha maneira de falar, porque me entusiasmo quando vejo homens do seu temperamento; e outra vez, e quantas vezes se fizerem necessárias, pedimos a Vossa Excelência que venha defender a verdade.

Um homem que conseguiu sanar o Paraná em seu Governo, um homem que, hoje, para dignidade nossa, e outra vez há de ganhar as eleições de 1982, para mostrar que outra vez venceu a justiça, para mostrar que outra vez o Paraná e o seu povo disse presente à falsa demagogia, disse presente outra vez para que o Paraná saiba que os homens da Arena também sabem trabalhar, que os homens da Arena não querem outra coisa senão o bem estar de sua gente e de sua terra; outra vez para dizer aos falsos messias, que o Brasil não tem condições de dar dinheiro a juros baixos; outra vez para dizer aos falsos messias que o dinheiro do povo é aplicado em benefício do próprio povo; outra vez, para dizermos a Canet, que volte em 1982, para continuar essa grande obra magnífica de Ney Braga.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA – Concedo o aparte ao Sr. Deputado Fiori Luiz.

O Sr. Fiori Luiz – Apenas, nobre Deputado, quando se falou que os salários dos professores foram duplicados, a imagem do “boia-fria” do ensino, surgiu no Governo de Jayme Canet. Falou-se sobre cursinhos – o atual governador foi Ministro da Educação e, justamente neste período é que se consolidou a moda do cursinho.

Falou-se sobre a fome – aí eu aceito as ponderações de alguns homens da Arena: realmente, falar que existe fome, é uma deslavada mentira; absolutamente não existe fome e não condiz com a verdade a afirmação, digo, a colocação do MDB.

O povo brasileiro, realmente é forte, sadio, barriga cheia; aqui não morrem 200 crianças entre mil que nascem, antes de um ano, por subnutrição.

No interior de Pernambuco, eu não vi venderem rataznas temperadas em feiras livres e o povo comer.

Aqui no País, as famílias não viram as latas, disputando a comida com os cães vadios. Realmente, o povo é forte, saudável, bonito e corado.

Com relação ao problema das ferrovias, na Europa, existe um plano prioritário para as ferrovias, e ninguém quer ser dono ou quer ter o monopólio da verdade. Mas ferrovias neste País, só quando o Governo deixar de se humilhar, de se ajoelhar e beijar os pés de grupos estrangeiros, verdadeiros posseiros deste País, viúvas.

As multinacionais não querem as ferrovias pelas ligações com o truste do petróleo e com a indústria automobilística, principalmente...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA – Reaparteio Vossa Excelência. Não estou entendendo mais a posição do Movimento Democrático Brasileiro nesta Casa.

Há pouco, seu eminente Líder disse que não era necessário, e que as estradas seriam construídas para facilitar a vida das multinacionais. E agora, Vossa Excelência vem solicitar estradas, só que ferrovias.

O Sr. Fiori Luiz – Repita, por gentileza, nobre Deputado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA – Não estou entendendo, gostaria que Vossa Excelência...

Quando o Deputado Nilso Sguarezi, da tribuna da Assembleia, fez sua colocação contrária a rodovias, disse que as rodovias iam facilitar o transporte para as multinacionais. Agora, Vossa Excelência está defendendo estradas, só que estrada ferroviária.

O Sr. Fiori Luiz – Mas a defesa das ferrovias.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA – Mas a ferrovia vai transportar produto agrícola.

O Sr. Fiori Luiz – Mas, infelizmente neste País, as multinacionais não permitem a construção de ferrovias, porque estão ligadas ao truste do petróleo e às indústrias automobilísticas de carga pesada.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA – Nisto Vossa Excelência está redondamente equivocado, as empresas multinacionais são as maiores interessadas em vender produtos para as nossas ferrovias, porque nós não temos, aqui, no Brasil, uma indústria desenvolvida neste setor.

O Sr. Fiori Luiz – Está muito enganado, Deputado. Enquanto estivermos com os grilhões das multinacionais, não teremos a estrutura de ferrovias neste País. Não há interesse das multinacionais. E esta situação nacional, realmente só muda no dia em que este gigante adormecido levantar dos berços esplêndidos dos americanos do norte e para encerrar, eu gostaria, com sinceridade, nobre Deputado, de tervisto este ardor na defesa de seu mano, quando candidato ao Senado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA – Vossa Excelência, mais uma vez, peca pela falta de informação que eu não quero prejudicar que seja característico da sua atuação parlamentar, mas

no episódio da candidatura do Dr. Cândido Manoel Martins de Oliveira, para Senador, Vossa Excelência não acompanhou, porque apesar de estar trabalhando e exercendo suas funções numa empresa de um homem vinculado à Aliança Renovadora Nacional, foi candidato pelo Movimento Democrático Brasileiro, e não teve oportunidade de acompanhar o trabalho da convenção da Arena.

Defendia, e digo sempre, não é surpresa para ninguém, o meu posicionamento nesta Casa e o meu profundo respeito ao Dr. Cândido Manoel Martins de Oliveira, que se tivesse sido candidato, teria ganho a eleição do partido de Vossa Excelência.

O Sr. Quíselo Crisóstomo – Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, as coisas se repetem, mas é o direito do Parlamento. Nós assistimos, nos apartes de alguns Deputados, honrados, do MDB, as propostas de prioridades de obras asfálticas, e naturalmente, nós também temos as nossas prioridades, as nossas preferências.

Evidentemente, que se eu fosse chamado ao Palácio para dizer das obras prioritárias, no meu entendimento, não haveriam de ser aquelas que constam da ordem prioritária do Governo. Porque, a minha, o meu entendimento, é regional.

Evidentemente eu não conheço a problemática do Estado, e essas obras, nobre Deputado, que reportando ainda, referência feita pelo Deputado Nilso Sguarezi, que dizia de prioridades de seu entendimento, e Vossa Excelência disse das prioridades, como o Deputado Egon Pudell, e eu diria as minhas. Essas obras prioritárias são determinadas através de um planejamento fiscalizável por este Poder, que é o levantamento da viabilidade econômica da obra.

Antes de determinar o traçado de uma obra, nós determinamos a viabilidade econômica e o orçamento de uma obra é impraticável, como muitos fazem citações e referências e insinuações de uma obra de engenharia desta monta, pudesse ser determinada através de um plano, de um orçamento do governo. É impossível, é impraticável, é determinante do desconhecido técnico administrativo deste tipo de planejamento. Nós podemos apenas dizer de quanto deveremos prever para uma determinada obra asfáltica, porque no próprio levantamento da obra, nós vamos ter variáveis imprevisíveis que são determinadas depois do início da obra, e muitas vezes uma obra de engenharia, principalmente no que tange às obras de arte, devido a importação do material, cortes e aterros, que são sempre uma incógnita dentro de um trabalho de engenharia dessa monta, determina u'a modificação radical no projeto. Nós, hoje, não podemos ver repetido neste Parlamento, que este Poder viesse determinar obras no Orçamento do Estado, de pavimentação asfáltica sob pena de sermos acusados de não querermos aprender o que é planejamento administrativo, técnico em obras desta natureza.

Mais adiante citava...

O SR. PRESIDENTE – (Fabiano Braga Côrtes) – (Faz soar os tímpanos)

A Mesa informa ao nobre Deputado, que Vossa Excelência tem um minuto para a conclusão do seu pronunciamento.

O Sr. Quíselo Crisóstomo – Ocuparei cinco segundos, para dizer que as bolsas de estudos, como fez referência quando citou meu nome o nobre Deputado, homem de televisão, estão evidentemente aumentando os pedidos, porque hoje nós vemos depois de distribuídos, mais de 300 cursos de segundo grau no interior do Paraná, nós vemos a capacitação do nosso povo do interior de vir para as Universidades, motivo pelo qual os pedidos são correlacionados com a capacitação.

Antigamente não tínhamos pedidos de bolsas de estudos, porque o povo não estudava; agora, o povo estuda e deve pedir bolsa de estudo. E com relação à bolsa de estudo, lembramos as

300 mil bolsas de estudo, pelo crédito educativo dado por Ney Braga, quando Ministro de Educação, ao Brasil inteiro.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Agradeço a V. Ex.^a, e só para concluir, Sr. Presidente, gostaria de colocar uma pergunta a esta douta Assembléia no final do meu pronunciamento.

O que era o Brasil antes da década de 1950. Quais eram as indústrias que nós tínhamos; qual era a nossa independência econômica, Srs. Deputados, nós num prazo muito curto, estamos conseguindo desenvolver este País. Se nós temos indústrias que são indústrias exatamente anti-multinacionais, como é o caso da Indústria Naval, da Indústria do Aço e de tantas outras que nós temos por aí.

Na verdade, Srs. Deputados, o Brasil tem pressa, o Paraná tem pressa, é por isso que nós estamos tentando conseguir empréstimo, para antecipar o nosso futuro. Encerro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, solicitando aos Senhores que voltem os olhos ao passado. Não me refiro apenas aos 15 laboriosos anos da Revolução, mas também aos anos antecedentes, para que possamos num exame de consciência, verificar que o Brasil tem pressa e que o Brasil está construindo uma nova civilização e uma nova sociedade. E isto qualquer crítico desapassionado, tem que reconhecer, o Brasil vai indo, vai conquistando melhores condições de vida, multiplicando as vagas nas Universidades, dando escola aos mais pobres, abrindo estradas, colonizando o seu território. É verdade que nós temos erros, e erros graves que devem ser corrigidos, é por isso que nesta Casa, no convívio dos contrários, eu respeito os homens da Oposição, que apontam os defeitos como peço tal posição com o mesmo tratamento respeitoso aos homens que estão ajudando o Governo a construir a grandeza do Paraná. — (Palmas) — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Continua em discussão.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quem deve muito, não é mais dono de si ou do que tem. Sim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quem deve muito não é mais dono de si e do que tem; pertence à lógica a idéia de que quem deve muito não é mais dono de si ou do que tem. Pois é óbvio, Sr. Presidente, que qualquer cidadão que pretenda projeção econômica e social, mas o faz embasado em dinheiro alheio, não obterá sucesso.

Todos que desejam crescer, para tanto fazendo empréstimos sobre empréstimos, por certo cairão no caos ou num estrangulamento imprevisível.

Afinal, Sr. Presidente, ninguém cresce e se desenvolve com a poupança de terceiros. E tal regra é válida não só para o homem comum, mas também para as pessoas jurídicas, quer de direito público, de direito privado. E assim, fica evidente que não há país na História e no Mundo, que objetive desenvolvimento consolidado, tendo como base o que vier de fora, isto é, o que vem do estrangeiro.

Há quem considere loucura governamental, ou primarismo de medidas oficiais, a subordinação do desenvolvimento interno ao desenvolvimento. A lição é exatamente a de que um País se desenvolve, prospera, cresce internamente e, em seguida, passa a atuar externamente com vigor e expressão.

Só depois, Sr. Presidente, só depois de vencer os seus problemas internos e superar as terríveis dificuldades de toda a ordem, é que os países, hoje desenvolvidos, tiveram a expressão que têm e projetam ao futuro; superando as terríveis dificuldades advindas da Guerra de Secessão, foi que no final do século XIX e início do século XX, os Estados Unidos prosperaram fantasticamente, no plano interno, começando então, a consequen-

te escalada de consolidação no plano externo.

Esta escalada, Sr. Presidente, alcançaria o seu ponto mais alto a partir da Primeira Guerra Mundial, da qual os Estados Unidos emergiram como a maior potência do chamado Mundo Ocidental, suplantando, definitivamente, a Inglaterra.

Assim, Sr. Presidente, primeiro resolvendo e mesmo com muitas dificuldades os problemas internos, é que os Estados Unidos é o que hoje representa. Assim aconteceu na Rússia. Assim aconteceu na própria Inglaterra. Assim aconteceu na China e em todos os países que atingiram desenvolvimento. Não o fizeram buscando recursos no estrangeiro.

Os países só se afirmam como desenvolvidos e se tornam potências mundiais, tendo primeiro que crescer dentro de suas fronteiras, para depois se expandir e crescer em escala mundial.

Todavia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Brasil possui hoje novo título mundial, além dos tantos títulos que possui, de campeão mundial de futebol, de ser um dos campeões em aplicação de pouco dinheiro em educação e cultura. Além de ser um dos países campeões em mortalidade infantil, além de ser um dos países campeões em epidemias e endemias. Além disto tudo e de outros tantos títulos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, há um novo título mundial que está estampado hoje na História Econômica do mundo, temos a maior dívida externa do mundo.

Devemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, 45 bilhões de dólares. Devemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados 45 bilhões de dólares, é o título do Brasil hoje, externamente conceituado. Tem a maior dívida do mundo. Devemos esse montante e temos uma perspectiva ainda para 1979, de um déficit de mais ou menos, 10 bilhões de dólares, nas transações correntes: 2 bilhões e 500 milhões de dólares, de déficit na balança comercial; déficit não registrado a não ser esporadicamente nos últimos 25 anos.

6 bilhões e 500 milhões de dólares de juros e mais ou menos, 2 bilhões de dólares, da conta de serviços, que engloba fretes, seguros, despesas de viagens internacionais; remessas de lucros e dividendos; juros de financiamentos "royalty"; assistência técnica, patentes e aluguéis etc. etc.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tudo indica que começaremos o ano de 1980 com uma dívida de, mais ou menos, 55 bilhões de dólares. É a montanha trágica, Sr. Presidente, é a montanha trágica do nosso endividamento externo e fatal empobrecimento interno.

Em 1963, devíamos pouco menos de 10 bilhões de dólares; em 65, devíamos 4 bilhões e 800 milhões de dólares; hoje, devemos 45 bilhões de dólares.

Comparativamente, podemos verificar no perfil da dívida externa, do nosso País, que em 1954, há pouco referi da década de 50, em 1954, devíamos 1 bilhão de dólares; 25 anos depois, devemos 23 vezes mais.

Efetivamente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que devemos, é algo assustador; em que pese ter-se feito uma revolução no país, para sanear entre outras coisas, o caos da dívida externa brasileira. E o que é pior, o brasileiro que trabalha e ganha em cruzeiros, paga uma dívida em dólares. Como em dólares paga os serviços, os juros etc.; sendo que por mais estarrecedor que possa ser, já foi dito aqui e eu repito: 70%.

Srs. Deputados, 70% de nossas exportações, hoje são usadas apenas e tão somente para pagar os serviços dessa dívida. Toda a produção, toda a exportação que se faz no Brasil, tudo aquilo que vai para o estrangeiro, com o objetivo de trazer divisas para o País, inclusive a política implantada de que: — exportar é que importa. Mas, importaram tanto dinheiro, que não se importaram com a dívida e o comprometimento brasileiro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando um país como o nosso, gasta 70% do que é produzido pelo povo, do que é produzido pelo trabalhador, do que é produzido pelo operário; quando um país gasta 70% do que produz, do que exporta,

quando gasta para pagar apenas juros e serviços de uma dívida é hora de parar para pensar, se já não é tarde. E o círculo vicioso, tristemente se efetiva; a dívida é grande e vai aumentando ainda mais. Porque agora não só temos um formidável déficit na balança comercial, como também temos um triste e grandioso déficit no balanço de pagamentos.

O Sr. José Tavares — V. Ex.^a permite um aparte?

O Sr. Deni Schwartz — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Tem o aparte, inicialmente o Deputado José Tavares e depois o Deputado Deni Schwartz.

O Sr. José Tavares — Deputado Nelson, ouvindo as suas palavras de que em 1963 a dívida externa do Brasil era de 3 bilhões, quase 4 bilhões de dólares, eu me recordei de um pronunciamento feito pelo ex-Presidente Castello Branco, logo após a sua posse perante o Congresso Nacional, de que a dívida externa do Brasil, naquela oportunidade, atingia a 5 bilhões de dólares, e que, portanto, isto era motivo, era, inclusive, caso de colocar em grande jogo a soberania nacional diante dessa soma avantajada, na época, de 5 bilhões de dólares, que era a nossa dívida externa.

E o Presidente Castello Branco, — e isso fez parte de seu discurso perante o Congresso Nacional, — afirmava a sua grande preocupação pelos destinos do País, que teria a revolução sido implantada por duas razões, dentro as quais o combate à corrupção, e então esse Presidente Castello Branco preocupado perante o Congresso Nacional, com a soberania brasileira diante dessa dívida externa, que, na época, atingia 5 bilhões de dólares.

E hoje, meu caro Deputado Nelson, o que a gente tem sentido e tem visto é que estes 5 bilhões de dólares é o que o Brasil tem pago por ano, de juros, por esta dívida de 44 bilhões de dólares que nós devemos.

Portanto, pergunto a V. Ex.^a: se, na época, em 64, quando Castello Branco no Congresso Nacional demonstrava a sua preocupação com o risco que a Nação brasileira corria diante do grande volume da dívida externa brasileira; e hoje, qual é a situação da soberania nacional, quando nós devemos 44 bilhões de dólares, pagando 5 bilhões por ano, de juros, que, naquela época, era a dívida externa do Brasil?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Muito obrigado. E antes de passar a outro Deputado um aparte, gostaria de dizer que realmente, à época era de caos, a dívida era estorcedora, e que, efetivamente, comprometia a soberania e a própria independência econômica e política do Brasil.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e ilustre Deputado Tavares, os interesses, na época, era para justificar o golpe de 1964, porque os EUA foram o primeiro país a reconhecer o novo regime, dois ou três dias depois do golpe, que surpreendeu o mundo inteiro, e, inclusive até, por ser anti-estratégico, levou uma apreensão por parte de Washington sobre o então Embaixador Lincoln Gordon, no Brasil.

Mas o mesmo Presidente Castello Branco, 30 dias após assumir o Governo, recebera extraordinariamente um empréstimo de 50 milhões de dólares, coisa rara, entre todos os golpes patrocinados ou não pela CIA e o pelo capitalismo multinacional.

Por esta razão, à época o País estava em caos, porque tinha que justificar o golpe. Hoje o MDB exagera nas críticas, quando estamos com 45 bilhões de dólares de dívida. O País não está em caos, não.

Realmente, Deputado, a coisa está muito pior do que nós imaginamos, e esta Casa e cada brasileiro, em cada instante, não pode ser conivente no aumento desta superposição de dívida, e, principalmente...

O Sr. Deni Schwartz — V. Ex.^a permite um aparte? (Assentimento). — Sr. Deputado, para que a paz volte a reinar no Sudoeste, entre os Deputados Nilso Sguarezi e Luiz Alberto Oliveira, quero, usando a Mensagem do Sr. Governador,

mostrar que, na verdade, os dois têm razão. Quem não tem razão é a Mensagem do Sr. Governador. Porque, na página 135, temos: ligação PR-281-Salto Santiago, que deveria estar pronta, segundo os dados, até 15 de março de 1979.

Então, veja bem, o Deputado Nilso Sguarezi lendo essa Mensagem, só pode concluir que essa estrada, no dia 15 de março deveria estar pronta.

O nobre Deputado Luiz Alberto de Oliveira, indo para a região, vendo a estrada em construção — como afirmou — tinha que constestá-lo.

Mas, cito esse exemplo não em defesa de um ou de outro. Cito para tipificar a falta de planejamento. Parece-me que esta é a grande discussão que deveria se travar aqui.

O Deputado Luiz Alberto Oliveira, da tribuna, afirmou, e afirmou muito bem, que o Sr. Secretário esteve nesta Casa e disse que iria tomar o empréstimo a nível internacional, porque os bancos cobrariam muito mais.

Este Deputado que vos apartaia, disse, num pronunciamento feito na quinta-feira, provou até prova em contrário, que o financiamento externo é muito superior, é trinta e quatro por cento contra dezoito por cento, interno.

Então, o Sr. Secretário quando afirmou isso, ou desconhecia, ou este Deputado está errado e até agora não foi contestado.

Em segundo lugar, o Sr. Secretário, ao afirmar que iria tomar empréstimo externo, não estava sendo coerente com ele mesmo, Secretário, quando fez uma grave denúncia, na "A Voz do Paraná", em torno disso que está aí: a dívida externa nacional. Quando S. Ex.^a diz que vai tomar empréstimos externos porque, no Brasil, os banqueiros trouxeram 700 milhões de dólares ao saber que haveria o "pacote". Internalizaram, e o termo é dele, internalizaram 700 milhões de dólares.

Portanto, Sr. Deputado, um cinquentá avos da dívida nacional está nas mãos dos banqueiros que trouxeram dinheiro antes, avisados provavelmente pelo Sr. Simonsen, para especular internamente.

É isso que está em causa.

Estamos há três horas falando em estradas. Mas, apenas um bilhão e 900 milhões de cruzeiros é para estradas e o empréstimo é de 10 bilhões de cruzeiros.

Parece até que falta capacidade para esta Assembléia discutir outros temas.

Porque na verdade, a grande verdade precisa ser dita, até prova em contrário os documentos que tenho em mãos: a verdade é que o Sr. Jayme Canet endividou o Estado. E os Srs. Deputados da ARENA ora defendem o Sr. Canet, ora o Sr. Ney Braga.

Na verdade, até a Oposição está defendendo o Sr. Ney Braga, porque está na Mensagem que só no mês de janeiro, fevereiro e até 15 de março, este Estado contraiu empréstimo da ordem de 4 bilhões de cruzeiros!

É isso, Sr. Deputado, o que queria dizer: enquanto os números não forem negados, um ou outro, está errado. Ou o Paraná devia, ou não devia.

Quanto à história de que o Paraná está mal, basta ler "O Estado de São Paulo", de ontem, para contestar essa afirmação.

Segundo aquele jornal, passamos com saldo positivo, para 79 — se esse documento é realmente sério. E outra coisa, o Paraná foi, no primeiro trimestre deste ano, o Estado que teve a melhor arrecadação deste País. Sua receita aumentou 11,6 por cento contra 11,4 por cento de São Paulo.

Portanto, essa história de se jogar na crise, na seca, a falta de dinheiro, não está bem contada. Tem que se dizer a verdade: ou o Sr. Canet endividou o Estado ou o Sr. Secretário de Finanças é mentiroso, quando diz o seguinte: "na verdade a gente contrai nova dívida para pagar a atual". E aí é que está baseada toda a contestação do MDB, da Oposição.

Há que vir, nesta Assembléia e admitir que o Estado está endividado.

Todas as obras citadas aqui, que são excelentes, mas serão pagas pelo governo que assumirá em 1983!

E aí, sim, talvez o Paraná entre em falência como outros Estados.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço muito o aparte, que veio trazer um clareamento superior à própria realidade econômico-financeira do Paraná.

E digo, ilustre Deputado, que essa incoerência não nos surpreende mais. A própria bancada da ARENA, outro dia não aprovou um requerimento de um Sr. Deputado, que pedia que se colocasse nos Anais da Casa, um artigo publicado em o "O ESTADO DO PARANÁ", que retratava efetivamente a triste herança de Jayme Canet Júnior.

Mas aí é que está, ilustre Deputado: conforme vão andando as coisas, mudam-se os critérios.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, continuo:

Técnicos oficiais do Governo e o próprio Ministro da Fazenda, consideram que o nosso déficit de 1979 andarà pela casa dos 10 bilhões de dólares — são 6 bilhões e 500 milhões de juros — 1 bilhão e meio de dólares, no déficit da balança comercial, e mais 3 bilhões de dólares de déficit, na conta de serviço.

Com isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nossa dívida externa que no momento é de 45 bilhões de dólares, passará, automaticamente, para 55 bilhões de dólares.

O Brasil aguenta isto, Sr. Presidente?

O Brasil aguenta isto, Srs. Deputados?

SRS. DEPUTADOS DA ARENA — Aguenta! Aguenta!

O SR. NELTON FRIEDRICH — Eu gostaria, exatamente, desta resposta!

Estão aí, os avalistas do caos brasileiro! Estes, que aprovam os empréstimos, são os mesmos homens que sabem que, na prática comercial deles, "quem deve demais não é dono de si e do que tem". São os mesmos avalistas dessa recessão que já se fala e já se faz. Estão aí, Sr. Presidente, o próprio Governo admitindo o perigo da recessão e o rescalonamento da dívida externa.

Com isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, inicio algumas conclusões: se, quem deve demais não é dono de si e do que tem, o Brasil, que tanto deve, já não é mais dono de suas decisões, muito menos de instrumentar diretrizes para alcançar os interesses superiores de seu povo. Por isto está certo Kurt Mirroff quando diz que "as decisões mais importantes sobre o Brasil, são tomadas não no Planalto, mas, a 15.000 km de nossa Capital Federal; "nos centros econômicos e do capitalismo monopolista internacional é que se tomam as decisões e se instrumentalizam as diretrizes aplicáveis nos governos estaduais, e nos governos do nosso País.

Assim é que, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não voto a favor desse empréstimo, porque o Brasil já deve demais, a situação já é efetivamente caótica. Procura-se desviar a realidade nacional sobre a inflação e outros problemas, procura-se desviar sobre determinados problemas de ordem inclusive política, como prorrogação e outros absurdos como, quem quer aberturá, e não a realiza; procura-se sim, desviar porque o verdadeiro câncer nacional é a dívida externa, que é a multiplicação, e a somatória da dívida interna, da dívida dos Estados, dos Municípios, da própria União.

Quase insolvência, é o que dizem hoje os economistas não comprometidos com o sistema e com a realidade nacional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, os que determinaram o aumento gigantesco da dívida e os que estão determinando a continuidade deste aumento gigantesco da dívida, foram e são de uma imprevidência total e altamente comprometedora. Nenhum país, repito, Sr. Presidente, nenhum país no mundo e ao longo da sua história, conseguiu se desenvolver ou ser potência, baseando-se em empréstimos alienígenas: primeiro,

Sr. Presidente, enfrentou a realidade por mais terrível que fosse, do seu problema interno. Mas não é isto que se quer no País! O comprometimento das autoridades ligadas ao setor econômico-financeiro do País estão sim, estão sim, ilustre Deputado Deni Schwartz, preocupadas, essas autoridades, é com esses golpes, porque, adiantada a notícia do cancelamento e da situação, já conseguiram gordos dividendos trazendo dólares para poder aqui repassar. Estes são sim os brasileiros da Revolução de 1964, estes são sim os entreguistas de hoje e de amanhã. Acresce, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que ainda que tarde, o próprio Governo Federal está começando a se preocupar seriamente com a problemática, tanto é verdade, Senhor Presidente, que pretende bloquear todo e qualquer empréstimo estrangeiro. Os ideólogos de ontem desta estratégia entreguista, estão começando, devido ao tremendo fosso que se criou, estão começando a entender que está na hora de um "basta" para evitar um estrangulamento fatal. Estão aí, Senhor Presidente, as notícias, estão aí, Senhor Presidente, as manchetes e talvez os jornais, porque era sábado, não foram todos lidos, mas está aí: "Governo quer reduzir níveis de endividamento".

O Governo quer reduzir os níveis de endividamento e eu me permito aos ilustres Deputados oficialistas, que eu faça aqui uma colocação. Diz aqui a notícia:

"Um dos objetivos básicos do Governo Federal no momento, é reduzir os níveis gerais de endividamento do país, das empresas e do próprio indivíduo" — segundo o próprio Ministro da Indústria e Comércio, João Camilo Pena, ao fazer um pronunciamento para líderes do comércio e da indústria e agropecuária no Rio Grande do Sul. O Ministro da Indústria e Comércio, João Camilo Pena, afirmou que as empresas se endividaram voluntária e gostosamente e insistiu que os empresários precisavam reaplicar os lucros nas suas próprias empresas e não desviá-los para outros negócios ou para os lazeres de seus dirigentes.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, atendam V. Ex.^{as}, atenda o Governador do Estado ao chamamento à responsabilidade do Governo maior. Atendam o Governo que quer reduzir os níveis de endividamento dos Estados, da União e dos próprios indivíduos.

O Sr. Erondy Silvério — V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Com muito prazer.

O Sr. Erondy Silvério — Nobre Deputado, estou acompanhando o raciocínio de V. Ex.^a, que é mais um discurso revolucionário do que a análise da Mensagem Governamental.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Conceito de V. Ex.^a.

O Sr. Erondy Silvério — É. Dentro do meu conceito e V. Ex.^a me concedeu o aparte e vai me deixar concluir. V. Ex.^a eu acho que não desconhece o que reza a Constituição brasileira a respeito de empréstimos externos através dos Estados e dos municípios. A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná não precisa que V. Ex.^a, pelo menos a nossa bancada, que V. Ex.^a venha ler jornal na tribuna. Nós também sabemos ler. Nós conhecemos a intenção do Governo Federal de reduzir os níveis de endividamento externo. Todavia V. Ex.^a bem sabe que esse Poder está apreciando hoje, meramente uma autorização legislativa.

Se V. Ex.^a acha que o Poder Central quer reduzir os níveis de endividamento externo, V. Ex.^a há de concluir logicamente que vai negar aprovação então à solicitação do Governo do Paraná. Então V. Ex.^a fique despreocupado, verdadeiras essas notícias, o Senado Federal e mais o Governo da República não aprovará o empréstimo solicitado pelo Governo do Paraná, que daí então, não terá condições de cumprir a Proposta Orçamentária de 1979.

Se não me engano, foi V. Ex.^a mesmo que compareceu ao jornal, da Rede Globo de televisão e disse, naquela oportunidade, que a adversidade climática que assolou os Estados

sulinos no ano passado, causou um prejuízo de cinquenta bilhões de cruzeiros. V. Ex.^a há de concluir que desses 50 bilhões o Estado arrecadaria pelo menos, sete bilhões e meio, distribuindo dois bilhões e meio aos municípios e ficando com cinco.

Então vê V. Ex.^a que o Governo está, como bem disse o nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira, na tribuna, o Governo está apenas cumprindo o seu dever de executar a Proposta Orçamentária votada por esta Casa e que o dinheiro será investido em obras previamente aprovadas por este Poder Legislativo. Então, V. Ex.^a fique despreocupado que a maioria desta Casa está cansada de demagogia, está cansada de ver V. Ex.^a fazer uma verdadeira pregação revolucionária nesta Casa. A maioria desta Casa é consciente, sabe que o povo do Paraná muito espera deste Governo e sabe que este Governo tem capacidade efetivamente, de corresponder aos anseios da gente paranaense. A maioria que aqui está ouvindo, pacientemente, as diatribes de V. Ex.^a vai aprovar a Mensagem do Governo, autorizando, apenas, de solicitar ao Poder Central um empréstimo externo, evidentemente, que o Governo não pode operar com financeira, não pode operar com bancos porque não emite, não pode emitir títulos, senão da dívida pública e o Governo não vai chegar a esse extremo da emissão de títulos da dívida pública. O Governo tem a capacidade de endividamento, no instante que V. Ex.^a e os vossos companheiros de bancada disseram tão decantada. Mas é uma realidade, é um Estado que produz, é um Estado rico e que tem condições efetivas de contrair este e mais empréstimos que se fizerem necessários e pagá-los. Devolver ao povo, através de obras de infra-estrutura, através do aumento da arrecadação, e, através do aumento da renda "per capita" do povo paranaense.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Ilustre Deputado, Líder da ARENA, fico até surpreso pelas suas colocações. Realmente, deve ser demagogia a dívida externa do Brasil. Também deve ser demagogia de nossa parte...

O Sr. Erondy Silvério — Apenas, eu não falei na dívida externa; eu falei na dívida do Estado do Paraná.

O SR. NELTON FRIEDRICH — O Paraná compõe o Brasil. E eu sou paranaense e brasileiro. Toda dívida que se fizer no Paraná ou em outro Estado, estará aumentando o comprometimento da soberania nacional e da dívida externa, conseqüentemente. Mas deve ser também demagogia, ilustre Deputado, o Paraná ter o conceito de um dos Estados mais ricos do País e ter a renda "per capita" do seu produtor rural, igualada a de Pernambuco, uma das piores do País.

O Sr. Erondy Silvério — Se V. Ex.^a me permitisse mais um aparte, diria a V. Ex.^a e ao assessor de V. Ex.^a que escreve os discursos de V. Ex.^a, eu diria que é uma razão muito simples da renda "per capita" do Paraná ser hoje baixa, porque houve uma super povoação, no Paraná. Para aqui foram atraídos todos os nossos patrícios, de todos os Estados. E V. Ex.^a há de saber, como moço inteligente que é, V. Ex.^a há de saber que, com o aumento, com a explosão populacional, evidentemente, até que o Governo consiga dar ao Estado uma infra-estrutura para receber os nossos irmãos de outros Estados, cai a renda "per capita". Isto é princípio mezinho de economia que V. Ex.^a não pode ignorar; e, se quer ignorar, não queira nos passar atestado de ignorância.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Não, agradeço a V. Ex.^a que quis me passar atestado de ignorante dizendo quem faz os meus discursos. Gostaria que V. Ex.^a não julgasse os outros, pela sua capacidade. E além do mais, ilustre Líder, este Paraná que V. Ex.^a fala que trouxe tanta gente, este mesmo Paraná está tendo mais de um milhão de "bóias-frias" e está tendo mais de 500 mil brasileiros no Paraguai, saindo deste Estado, saindo do Oeste, do Sudoeste e expulso de sua terra, porque há uma concentração patrimonial, uma evasão rural, uma tributação mal posta, há uma série de desvios sociais, neste Estado. Este Estado

poderia ter atraído ontem e hoje, está expulsando seus filhos e seus filhos adotivos. Isso não é demagogia e não substimo, aqui, a qualidade da bancada de V. Ex.^a. Mas, só me resta sim e para apelar para o raciocínio de brasilidade, inclusive, porque se este Paraná se diz tão rico que utilize, racionalmente, os seus próprios recursos; que faça, efetivamente, uma planificação adequada para que mesmo, às vezes, com dificuldades, possamos enfrentar a realidade para não sermos também amanhã, cúmplices desse endividamento terrível que angustia a Nação brasileira. E digo a V. Ex.^a, realmente leio os jornais, leio os jornais porque me preocupo o que ocorre no País, porque não só leio os jornais, como leio a Mensagem do ilustre Governador, quando diz — além disso a atual conjuntura nacional e seus previstos etc., etc., deverão restringir significativamente a possibilidade de obtenção de recursos de terceiros, para o financiamento de programações estaduais. Propriamente o Governo reconhece que tem que apressar o requerimento para aproveitar a brecha final, já que vem aí, uma determinação superior, proibitiva desses empréstimos, porque o próprio Governo, eu repito, só pedia efetivamente coerência para que o Governo superior, que o Governo da ARENA, o Governo Federal, que determina a redução imediata e séria de todo e qualquer endividamento dos Municípios, dos Estados, da União.

O Sr. Egon Pudell — V. Ex.^a permite um aparte? (Assentimento)

Não quero entrar no mérito da questão de endividamento etc., que já foi tão discutido que, sinceramente, eu nunca vi discussão igual. Mas gostaria que V. Ex.^a me dissesse quem está expulsando os nossos irmãos do Oeste e Sudoeste paranaense.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Quem está expulsando, nobre

Deputado, o pequeno agricultor do Paraná, é a estrutura fundiária, a estrutura econômica e social do Estado e do País, porque aqui efetivamente, eles não tendo vez porque se não eles não iam buscar no estrangeiro o que não encontraram aqui. Ou ele vai para o Paraguai ou ele vai para os grandes centros, aumentando o contingente dos "bóias-frias", ou vai aí compor todo esse contingente que vive numa subvida sem expectativa, inclusive, de sobrevivência. Esse elemento que está indo para a Bolívia e para a Amazônia legal, tem como um dos grandes culpados o sistema fundiário, o sistema social e econômico que existe no Paraná e no Brasil. É este o verdadeiro causador, o fator gerador desta triste realidade, Deputado.

O Sr. Egon Pudell — Nobre Deputado, com todo o respeito, eu não posso concordar com o raciocínio de V. Ex.^a. Conheço o Oeste do Paraná há 28 anos, como V. Ex.^a também deve conhecer há longos anos. E a bem da verdade, isso se verificou no Rio Grande do Sul, quando nós de lá viemos para o Paraná, porque tínhamos mais condições de vida aqui do que no Rio Grande. Da mesma forma se procedeu o Estado de Santa Catarina, o Estado de São Paulo, o Estado de Minas Gerais e outros Estados da Federação que estiveram mais envolvidos do que nós. E se temos irmãos nossos indo para o Paraguai, não considero expulsão, estão indo para o Paraguai de livre e espontânea vontade. E se irmãos nossos estão indo para o Nordeste brasileiro, também estão indo por livre e espontânea vontade.

Tanto é que, se V. Ex.^a hoje for a Ouro Verde, a outros distritos, poderá verificar freqüentemente oferta de terras até a preços acessíveis, porque entendem que poderão adquirir áreas maiores com muito menos preço, em outros Estados da Federação.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Exatamente, V. Ex.^a trouxe mais um dado.

A própria situação imobiliária rural do Paraná vem facilitar isso, porque é um erro de ordem superior, de especulação imobiliária e de uma tributação não progressiva mas regressiva neste País, quem paga mais imposto no sistema rural proporcionalmente é o pequeno e não o grande latifundiário. O imposto aqui tributariamente jogado no sistema fundiário é regressivo e não progressivo como deveria ser. E digo mais a V. Ex.^a, se eles estão

saindo livre e de espontânea vontade, é efetivamente uma colocação de V. Ex.^a porque eu não entendo, quem sairia de livre e espontânea vontade do País, que o viu nascer, quem sairia de livre e espontânea vontade da terra que assistiu seus primeiros passos, buscando no Paraguai, uma das piores ditaduras das civilizações mundiais, aquilo que não tiveram aqui.

Isso é para mim uma expulsão indireta se não direta, e minha gente, não é possível que nós admitamos com toda esta realidade brasileira, com todas essas extensões de terras que o próprio Paraná não tivesse os cuidados sociais, de reassentar estes pequenos proprietários rurais, isso é um problema sério. Isso está acima de algumas rodovias, reassentar esta gente, no País, na terra deles, neste País, não tem fronteiras físicas como tinha a Itália, o Japão e tantos outros países, da própria Alemanha que fez com que imigrassem para a América. Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais um dado neste aspecto, isso revolta e indigna o brasileiro. Enquanto nos tempos passados, quando vinham os emigrantes para cá...

O Sr. Quielse Crisóstomo — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Haviam tratados entre os países, da Alemanha, do Japão ou da própria Itália. Tratados para que os emigrantes aqui chegados fossem tratados como se brasileiros fossem. No entanto, Sr. Presidente, não tem uma vírgula até hoje assinada com o Paraguai. É a prova de que não existe preocupação com os brasileiros que lá estão.

O Sr. Quielse Crisóstomo — V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. NELTON FRIEDRICH — E se eles saíram do país, há uma causa geradora. E esta causa geradora, acredito, carece a realidade.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Poderia dizer a causa geradora?

O SR. NELTON FRIEDRICH — E vou mais longe, porque gostaria de terminar as explicações ao aparte dado. A realidade do Rio Grande do Sul é bem outra. E os brasileiros vieram em grande parte para o próprio País.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está com a palavra, na tribuna, o nobre Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria realmente de discutir o aparte do Sr. Deputado Egon Pudell para passar ao aparteante seguinte.

A própria realidade fundiária do Rio Grande do Sul é outra. A própria mecanização agrícola se procedeu de uma maneira mais séria, não abrupta, não inconsequente como foi em nossa região.

Então, Sr. Presidente, teríamos tantas outras coisas a dizer, respondendo aos dois apartes, mas prefiro ainda concluir nesta resposta, que este aqui não se trata de um pronunciamento revolucionário. Pode ser revolucionário para quem não quer ver a realidade. Para quem não quer reconhecer o endividamento externo. Para quem não quer sentir que quem, efetivamente, muito deve, pouco lhe resta de autonomia e independência.

Não se trata de pronunciamento revolucionário, porque no momento de se fazer um pronunciamento revolucionário, não nos caberia muito menos fazer nesta Casa, quando as falas estão contadas, as decisões estão tomadas e as soluções não vêm.

O Sr. Quielse Crisóstomo — V. Ex.^a me concede um aparte? (Assentimento).

Muito obrigado, nobre Deputado. É difícil nos posicionarmos dentro do seu raciocínio porque ora V. Ex.^a é favor, ora contra o empréstimo. Ora a favor, ora contra o sistema nacional. Ora acha que o dinheiro deve vir, ora acha que o dinheiro não deve vir.

V. Ex.^a falou da necessidade de nós urgenciarmos as medidas para o empréstimo, nós somos uma parcela que integra uma Nação, um País Continente e cujas normas de direção da política administrativa e internacional, independem da vontade nossa. V. Ex.^a como tribuno eloquente que é, poderia dividir

com este povo humilde que votou em V. Ex.^a, no nosso Estado, um pouco de seu esforço em favor de sua gente, nobre Deputado. Esquecer as divergências pessoais de seu partido, com o partido do Governo. Lembrar que seu voto aqui talvez dispensável quantitativamente, pudesse ser melhor aproveitado juntando-se àqueles que pensam no seu Estado; e que pensam trazendo mais dinheiro para este Estado, estejam também agasalhando brasileiros de outros Estados, que não tiveram a felicidade do solo fértil. E a honra de um Governo honesto, como nós tivemos.

V. Ex.^a, nobre Deputado, deve também colocar a brevidade hoje, que nós estamos lutando, diante de um problema nacional que nós haveremos de enfrentar amanhã. V. Ex.^a sabe que o Brasil haverá de fazer dívidas externas que independem deste Parlamento, mas nós aqui, unidade, da Federação, haveremos de acordo com a nossa própria capacitação técnica de um poder político, urgenciando estes empréstimos, participamos ou não dos empréstimos internacionais que independem de nós.

V. Ex.^a tem que dar crédito, pelo menos, à unidade ao qual V. Ex.^a pertence, fazendo com que o Estado se credencie enquanto é tempo, aos empréstimos internacionais, que far-se-ão independentes de nossa vontade, nobre Deputado.

Porém V. Ex.^a foi muito mais agressivo do que parecia, dizer que paranaenses fogem, ou são expulsos do seu Estado, não; é a grandeza e a pujança de um Estado de 20 milhões de hectares, que tem cerca de 14 milhões cobertos com agricultura e pecuária. 8 milhões com a agricultura e 6 milhões com pecuária. E é a força e a pujança dos grandes investidores paranaenses, que se espalham por este Brasil afora e até mesmo fora dele, para o Paraguai, a exemplo do ilustrado e paranaense que representa muito bem o seu partido e o nosso Estado no Paraguai, nobre Deputado, que grandes investimentos tem feito no Paraguai, para honra do nosso Estado.

Com ele, grandes paranaenses vão ao Mato Grosso, e ao Amazonas, levar o que o Paraná lhe deu, através da sua fertilidade e da sua pujança, administrativa; é a sobra do Estado que está sendo levada.

Naturalmente, alguns paranaenses e a maioria deles, V. Ex.^a sabe que no Paraguai, se V. Ex.^a for ver os brasileiros do Paraná que estão no Paraguai, são paranaenses de outros Estados que estão lá; que passando pelo Paraná, atravessaram o Paraguai, levados por paranaenses, nobre Deputado. Por favor não faça uma injustiça, a si próprio. V. Ex.^a paranaense ilustre que é, um jurista e um parlamentar eloquente, deve ler da tribuna, também ler as boas notícias e jamais V. Ex.^a haverá, apesar da sua eloquência e da sua capacidade linguística, provar que este Paraná não é rico; jamais.

V. Ex.^a nem mesmo aos paranaenses, mas o mais difícil seria, provar fora do Paraná, que este Estado não é rico e não tem um povo também rico. Não é um Estado rico, com povo pobre, não senhor. Discordo também, faço nesta oportunidade, aproveitando, naturalmente a sua aquiescência, nobre Deputado, dizer que, absolutamente, não pode ser um dado estatístico, que se revista de veracidade. O que disse o nobre Deputado Nestor Baptista, quando afirmava que no Paraná existem 3 milhões de paranaenses passando fome; jamais. Jamais um dado estatístico de um povo, o povo humilde, representa uma região paupérrima como eu faço, poderia ver um dado estatístico desta envergadura, ser dito, aqui, sem contestação. É bem verdade que nós temos mesas muito fartas, e temos mesas menos fartas; mas todas elas, com alimento suficiente, para o nosso trabalho, nobre Deputado.

Neste Estado, não é apenas o Estado onde se melhor alimenta o brasileiro; mas este País onde que se melhor alimenta o homem em todo o mundo.

Este Estado, é um Estado que não só alimenta o seu povo mas alimenta também parte da sua Nação; é este o Estado celei-

ro da Nação brasileira; Vossa Excelência não haverá de contestar a nós, mas haverá de contestar os dados estatísticos da economia nacional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós haveríamos de, neste momento, trazermos...

O Sr. Adalberto Daros — (Pela ordem) Art. 78.

O Sr. Quielse Crisóstomo —

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — (Faz soar os tímpanos)

A Mesa solicita ao nobre Deputado Quielse Crisóstomo que seja breve no seu aparte, para não ferir o Regimento e não impedir que o Deputado que se encontra na tribuna, possa, dentro do tempo que lhe é reservado, terminar o seu pronunciamento.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Obrigado, Sr. Presidente, já estava terminando.

O SR. ADALBERTO DAROS — (Pela ordem) — Apenas para dizer ao Deputado Quielse que se inscreva para falar e que não venha atrapalhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa pede encarecidamente ao nobre Deputado, para não prejudicar o Deputado que se encontra na tribuna, que seja breve no seu aparte.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Estou autorizado pelo nobre colega que se encontra na tribuna e vou ser breve, vou terminar em seguida.

Nobre Deputado, haveríamos neste momento, que estamos num momento histórico para a política do Paraná; onde tentamos corrigir um erro que foi da administração do Estado, um erro, que se Vossa Excelência quisesse atribuir a alguém, teria que atribuir a Deus, porque os problemas climáticos de nosso Estado, que exigem esta tomada de posição.

E nós não temos condições de enfrentar o nosso eleitor, dizendo que votamos contra uma necessidade urgente do nosso Estado, para equilibrar o seu orçamento.

E a brevidade de nossa tarefa hoje, talvez seja fatal, se não formos eficientes, nobre Deputado, porque medidas cautelosas de empréstimos internacionais estão sendo tomadas pelo Governo Federal, e Vossa Excelência citou com muita propriedade que talvez venha a ser prejudicial e definitivamente a fatalidade para o nosso Estado, cancelando a oportunidade de um empréstimo ao nosso Estado.

Agradeço a maneira e a gentileza com que Vossa Excelência me concedeu o aparte.

Muito obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Diria ao Deputado que: primeiro, não me parece que houve incoerência em nossa posição. Fomos coerentes no início, e terminaremos com a coerência devida. Mas, digo ao ilustre Deputado que efetivamente, deve estar desconhecendo a realidade paranaense, porque basta ir à própria Secretaria da Agricultura, e verificar as informações adequadas, de que o Paraná possui uma das piores rendas "per capita" do homem rural de todo o Brasil, só se equiparando a Pernambuco, com 8, 9 ou 10 estados apenas atrás.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Então o valor "per capita" é um valor relativo.

O SR. PRESIDENTE — Está com a palavra, da tribuna, o nobre Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — É que Vossa Excelência está acostumado, de certo a frequentar os fazendeiros. Gostaria, inclusive, que Vossa Excelência me permitisse concluir, nobre Presidente, porque gostaria de dizer que Vossa Excelência, Deputado, está acostumado efetivamente a um convívio com os latifundiários, desconhecendo a realidade do "boia-fria" e do pequeno proprietário rural, e digo mais, sou claro e definido que não posso admitir como brasileiro...

O SR. PRESIDENTE — A Presidência faz um apelo ao Depu-

tado Quielse, que não é permitido o diálogo e concede a palavra ao Deputado Friedrich.

O Sr. Domício Scaramella — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Gostaria de concluir porque estou ao final e tem dois Deputados que me pediram um aparte. Gostaria, Sr. Presidente de clarear efetivamente as coisas, porque não posso reconhecer e admitir que brasileiros estejam em mais de 500.000 no Paraguai, e que a Fronteira do Paraguai e o Brasil não é mais o Rio Paraná, mas uma faixa de penetração brasileira de mais de 200 km a dentro. Isso é perigoso, perigoso para nós, para o próprio equilíbrio das duas Nações, e o que é pior, está havendo uma saída de elemento humano, uma descapitalização de elemento humano, que é seríssimo para o País, que tem tantas áreas vagas e também está havendo uma descapitalização econômico-financeira.

Tem um aparte o ilustre Deputado Domício Scaramella.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Vossa Excelência me concede um aparte?

O Sr. Domício Scaramella — Deputado Nelson Friedrich, com prazer, quero fazer um esclarecimento aqui nesta Casa, perante o pronunciamento do Deputado Quielse Crisóstomo, com referência a nossa aquisição de terras no nosso vizinho Estado...

O Sr. Adalberto Daros — (Pela ordem). Sr. Presidente. A Mesa me recriminou, há algum tempo na sessão. Agora, pediria a Vossa Excelência que pedisse ao Deputado Quielse que tivesse um pouco mais de educação. Só isso.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa suspende a sessão por alguns minutos.

(É suspensa a sessão).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está reaberta a sessão.

Continua com a palavra o Sr. Deputado Nelson Friedrich, que tem cinco minutos para concluir sua oração.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Concedo o aparte ao Sr. Deputado Domício Scaramella, peço que Sua Excelência seja breve para poder concluir.

O Sr. Domício Scaramella — Agradeço, Deputado Nelson Friedrich, serei breve. Apenas para responder ao Deputado Quielse a alusão que fez à minha pessoa.

Sou, com muita honra, proprietário no Paraguai. Antes de comprar as terras no Paraguai meditei bem; antes de ser industrial lá, meditei bem. E isso não é desonra nenhuma, como eu, outros Deputados também possuem terras lá: Egon Pudell, Werner Wanderer, Mattos Leão é um dos maiores industriais do Paraguai. E para mim é uma honra estar lá junto com esses ilustres colegas de Assembléia e com membros da ARENA do Paraná.

Era isso que queria dizer, agradeço o aparte que Vossa Excelência me concedeu.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Respeito a sua posição.

Mas, digo, não posso admitir que o pequeno proprietário tenha como última opção o Paraguai.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Vossa Excelência permite um aparte?

Só para dizer que não são "bóias-frias" que vão para o Paraguai.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs Deputados.

quarenta e cinco bilhões de dólares é a dívida externa!

E o que me preocupa são os resultados dos investimentos feitos no Brasil com parcelas destas dívidas, desse dinheiro que veio e cuja dívida se acumula como bola de neve. Quais, efetivamente os resultados sociais desses investimentos?

Essa a indagação que faço. Porque, até agora, não tivemos um programa efetivo de aplicabilidade desta verba. Fala-se "para cumprir o que está definido em orçamento.

E o que está definido em orçamento é muito vago.

Estará aqui, sim, Sr. Presidente, Srs. Deputados da bancada majoritária, votando a favor dessa autorização se tivéssemos, em anexo, um plano de aplicabilidade efetiva e de resultados sociais grandiosos. Porque, notamos que ao longo destes anos, muitas dessas verbas que vieram, a grande maioria, foram para construir a ponte Rio-Niterói, a estrada Rio-Santos, sem resultados sociais efetivos, para o Programa Nuclear até hoje duvidoso e questionado; para cobrir rombos de finanças. Mas de cinquenta bilhões gastos para cobrir financeiras e grupos econômicos falidos, com dinheiro que está saindo de algum lugar!

Está aí a Transamazônica, estão aí tantas obras de resultados sociais questionáveis! E isso que me preocupa.

E é por isso que venho com este entusiasmo denunciar isto e tomar uma posição. Quero ser coerente com o que dizia em minha campanha, sim, porque lá já gritava e dizia da situação de quase insolvência do Brasil e da dívida externa comprometida da segurança nacional. Esta sim, a dívida externa que compromete a segurança nacional. Não são os homens da Oposição, não são os grupos exóticos que possam existir; não são as convergências socialistas que dizem que existem tantas por aí, não é nada disso. A soberania nacional e a própria independência de qualquer país, está efetivamente afetada quando há uma dependência econômica.

Empréstimo sobre empréstimo que cria esse tipo de círculo vicioso.

O Paraná, por exemplo, possui uma das piores rendas "per capita" no setor campo, e deve produzir alimento para matar a fome de 120.000.000 de brasileiros, é que, realmente, ali é que me preocupa a aplicação dessas verbas.

Porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esse trabalhador que tanto se falou agora, esse trabalhador que tanto tentaram dizer que precisava da rodovia, esse trabalhador lá do interior, setenta por cento do café e do soja que são exportados, setenta por cento das exportações nacionais, não é para sua convivência e melhoria de sua vida, setenta por cento de toda a produção exportada do Brasil, é para pagar esta dívida, o suor do nosso trabalhador que defendendo nesta Casa, o suor daqueles eleitores que trouxeram a maioria dos Srs. para cá, o suor dessa gente está servindo para pagar, e engrandecer, e enriquecer os grupos econômicos multinacionais, na forma de juros, de serviços, e do próprio pagamento da dívida. É isto que realmente nos preocupa.

Concluo, Sr. Presidente.

O problema é por demais grave e todos poderão ser responsabilizados caso não se coloque um "basta" ao nosso endividamento. E eu, para não ficar aqui, Sr. Presidente, permita-me trazer esta conclusão, para não ficar apenas nestas colocações, trago algumas idéias. Temos um caminho, sim, para utilizá-lo, imediatamente e empreender uma verdadeira reviravolta no nosso endividamento. São sugestões, para que não se diga que só há críticas. Empreender uma verdadeira reviravolta no nosso endividamento!

Estabelecer uma efetiva tabela de prioridades para este endividamento! Cortar tudo! Cortar tudo que for supérfluo, ou, tiver até mesmo aparência de supérfluo; centralizar tudo que se relacionar com comprar, no exterior; proibir municípios ou estados, de contraírem empréstimos ou financiamentos externos; só autorizar, para o próprio Governo Federal, empréstimos ou financiamentos, que possam proporcionar economias futuras de divisas, em suma, uma política voltada para o legítimo interesse nacional, e não, uma política de endividamento e que só serve aos mais nefastos grupos estrangeiros.

São conclusões, Sr. Presidente, de um economista de renome nacional. E afinal, se é o suor do brasileiro, Sr. Presidente, que se está transferindo em nome de juros, endividamen-

to e serviços, se é o suor do brasileiro além do capital, que está sustentando então este enriquecimento de grupos alienígenas e criando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma dependência perigosíssima para a Pátria e ao seu povo, está, efetivamente, criando uma dependência perigosíssima para o Brasil. E como brasileiro, e como patriota que "prefiro esta Pátria livre, ou, até morrer pelo Brasil", não voto a favor de empréstimo que venha a acumular esse endividamento.

Esta é a razão da nossa presença na tribuna.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) – Continua em votação o Projeto de Lei n.º 45/79.

O SR. ANTÔNIO FACCI – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – Concedo a palavra, para discutir, ao Sr. Deputado Antônio Facci.

Vimos para esta tribuna, desarmados; desarmados no espírito, fisicamente, num desejo único e simples: de colocar o nosso posicionamento perante a votação desta lei que autoriza o Governo do Estado do Paraná, a contrair o empréstimo de duzentos e trinta milhões de dólares, do exterior.

Ouvimos com atenção todos os oradores que por aqui passaram, com carinho, e até elogiando a inteligência e as colocações do Deputado Luiz Alberto, que teve a coragem de ir para a tribuna desta Casa defender o empréstimo e o plano de obras todoviárias do Estado, colocando como eu disse, com inteligência, sem agredir e sabendo como responder aos apartes que lhe foram feitos.

Todos sabem que na primeira votação, esse Deputado qual camicaze, foi o único Deputado da Oposição que votou favorável à mensagem e à lei. Lutei durante a reunião da bancada do MDB para que ficasse aberta a questão, porque sentia entre os Deputados de minha bancada que era preciso dar uma demonstração à Assembléia do Paraná, ao povo paranaense, que em nossa bancada não era necessário o fechamento de questão, para que a unanimidade se verifique, mas acima de tudo, porque sentimos a preocupação de vários Deputados e deste Deputado também, em votar contrariamente a esta Mensagem, a repercussão que poderia ter lá fora até nos destinos mesmo da política financeira do Estado do Paraná. Votei favoravelmente.

No entanto, acontecimentos que vieram posteriormente ocorrer aqui, nos faz mudar de posição, mas eles não começaram aqui neste plenário, nem com a discussão acalorada por parte dos oradores, nem com a falta deplorável de comportamento ocorrido nesta Casa, no dia de hoje. Mas ela começou na quinta-feira passada, porque os Senhores se lembram, eu dizia, desta tribuna, esta Casa precisa, acima de tudo, fiscalizar a aplicação dos recursos não apenas dos empréstimos externos, mas oriundo dos tributos que são arrecadados pelo Estado.

A Assembléia Legislativa do Paraná precisa sempre afirmar-se fiscalizando a execução orçamentária, mas vejam bem, e acreditei, e tenho que fazer aqui desta tribuna, a minha culpa, porque alertado pelos meus companheiros de bancada que na primeira vez que se pudesse em xeque a boa vontade da bancada da ARENA, eu iria fatalmente me arrepender do posicionamento que havia tomado.

Não fui chamado à atenção por nenhum Deputado e não aceitaria isto, porque estava livre a questão da bancada. No entanto, Senhor Presidente, Srs. Deputados, por ocasião da votação, para eleição do Presidente e a escolha do Relator da CPI das Cooperativas, recebi uma verdadeira bofetada dos membros daquela Comissão, durante aquela reunião.

Não posso, de maneira alguma admitir que o acordo seja quebrado e que as minorias não sejam respeitadas e antes que conceda o aparte ao ilustre Líder da ARENA, a quem respeito, estava realmente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, até a comentar com meus companheiros de bancada do MDB: depois do acirramento e depois do episódio

da CPI, como iria me portar, porque agora, neste quadro, não poderia mais votar favorável à Mensagem, mas, graças a Deus, e pedi a ele em silêncio, que alguma coisa acontecesse para me explicar. O Deputado Erondy Silvério me desobrigou da condição de votar favorável, porque disse alto e bom som, quando o Deputado Nilton estava na tribuna, que não precisava do voto do Deputado Nilton e da Minoria desta Casa.

Por isso e as razões que ainda vou colocar, é que me encontro à vontade, para votar com minha bancada altaneiramente, sem nenhuma preocupação.

Tem o aparte o nobre Líder da ARENA.

O Sr. Erondy Silvério — Duas observações, nobre Deputado.

Primeiro, a justificativa do voto que Vossa Excelência tenta fazer, não à Casa, mas ao Paraná, não faz justiça à sua inteligência.

Vossa Excelência está demonstrando que vota, aqui, por sentimentos pessoais e não diante da importância da matéria que hoje a Casa aprecia. Se a bancada da ARENA tivesse concordado em dar a Presidência da CPI das Cooperativas à bancada do MDB, tudo bem; a Mensagem era boa; o Governador tinha razão e mandava para esta Casa pedir autorização legislativa para contrair empréstimo.

A segunda observação que faço é, e lamentavelmente, tenho que fazer que Vossa Excelência não está sendo ético para comigo, porque conversas que se têm, entendimentos que se têm, jamais se trazem à tribuna e Vossa Excelência procurando justificar, durante o entrevéio que houve há poucos minutos, o óbvio — que Vossa Excelência estava arrependido de ter vindo à tribuna e se declarado favoravelmente à matéria. Vossa Excelência, pressionado talvez, talvez...

O SR. ANTÔNIO FACCI — Não aceito pressões, Srs. Deputados.

O Sr. Erondy Silvério — ... talvez. Coloquei no condicional.

Talvez, Vossa Excelência pressionado pela bancada, procurava fugir a um compromisso que a consciência de Vossa Excelência indicou como certo. Era o compromisso de votar em favor do Paraná. Não em favor de Ney Braga mas em favor do Paraná, que precisa desses recursos, recursos que serão alocados na execução orçamentária de 1.979. Vossa Excelência em conversa informal me disse — como é que posso cumprir o meu compromisso agora.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Vossa Excelência está a revelar...

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência foi aéctico e agora me dá o direito de ser.

Vossa Excelência não me concedeu o aparte?

O SR. ANTÔNIO FACCI — Posso dialogar com Vossa Excelência com prazer. Não tenho medo de palavras e nem de dialogar.

A colocação que Vossa Excelência...

O Sr. Erondy Silvério — Ninguém está tentando atemorizar ninguém. Eu apenas estou dando o troco a Vossa Excelência.

(Discussões paralelas)

Então, Vossa Excelência me casse a autorização do aparte. Mas enquanto Vossa Excelência me conceder, permita que conclua — Vossa Excelência me disse — agora, como é que posso cumprir o compromisso, com essa briguinha.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Não havia compromisso, havia um posicionamento...

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência, pelo amor de Deus, não vota de acordo com a consciência, de acordo com os interesses do Estado mas, sim, de acordo com conveniências partidárias.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O nobre Deputado Erondy Silvério procura dizer que foi na intimidade, quando a colocação que ele fez foi da tribuna e não recebi pedido de quem quer que seja para votar contra ou a favor. Voto sim com minha consciência e disse daqui e as

notas taquigráficas estão aí para confirmar que votaria favorável à matéria respeitando o direito que nós temos de fiscalizar a aplicação dessa verba,

Mas, como é que uma bancada minoritária pode fiscalizar se na eleição da Presidência de uma CPI, desrespeitam a bancada minoritária. Não há forma, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de um Deputado do MDB jamais posicionar-se favoravelmente a uma matéria dessas. A verdade, a verdade que os Deputados da ARENA, talvez o seu Líder por ser mais afeto, esquece-se que o MDB está aqui para fiscalizar, realmente, com condições e com homens perfeitamente em condições de fiscalizar. Não aceitamos aquela colocação na CPI e não vamos aceitar nenhum tipo de provocação. Não vamos sair correndo, é verdade, mas também não viemos aqui para nos degladiar. Todos nós somos chefes de família mas, acima de tudo o povo do Paraná espera de cada Deputado conduta decente, firme em favor de seus propósitos. Tem o aparte o Deputado Deitos. O SR. DARCY DEITOS — Nobre Deputado Antônio Facci, inicialmente agradeço o aparte que Vossa Excelência me concede.

Mas, queria daqui, nobre Deputado, cumprimentar Vossa Excelência porque a atitude que Vossa Excelência hoje está tomando revendo a sua posição, de quem na quinta-feira passada votou favoravelmente ao empréstimo de duzentos e trinta milhões de dólares, pelo Governo Estadual.

Queria cumprimentá-lo porque não me enganei jamais com Vossa Excelência. Desde 1.974, nobre Deputado, quando andávamos pela região de Campo Mourão, fazendo a sua campanha política, tínhamos certeza de que estávamos lidando com gente coerente, honrada e decente.

E hoje aqui, desta tribuna, Vossa Excelência dá demonstração a toda a bancada do MDB porque age coerentemente. Reviu a sua posição e foi homem suficiente para subir à tribuna e dizer de público que votava contrariamente pelas razões que Vossa Excelência está expondo.

Meus parabéns, nobre Deputado Antônio Facci, jamais me enganei com Vossa Excelência. Quando eu era lá, um humilde soldado do Partido, do nosso glorioso MDB, que andávamos por Iretama, por Roncador, por Mamburê, tinha certeza como estou tendo hoje, com Vossa Excelência aqui nesta Casa. Mas queria dizer, aproveitando esta oportunidade, de dizer ao eminente Líder da ARENA nesta Casa, de que aéctico é chamar de mentiroso o orador quando está na tribuna, como Vossa Excelência me fez quando eu dirigia da tribuna, que citava fatos... (Tumultos no plenário)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — (Faz soar os Tímpanos)

A Mesa suspende a sessão por alguns minutos.

(É suspensa a sessão, por tumultos no plenário).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Reaberta a sessão. A Mesa faz um apelo aos nobres Srs. Deputados para o reandamento do trabalho legislativo desta Casa, que os Srs. Deputados acatem o chamamento desta Presidência no sentido de que os ânimos sejam serenados, onde os Srs. Deputados venham, como vinham fazendo até hoje, até há poucos instantes, respeitando-se uns aos outros, respeitando-se a opinião de cada um, que é externado da tribuna desta Casa.

A Mesa conhecendo os Srs. Deputados como conhece, sabendo das suas intenções, faz este apelo aos Srs. Deputados para o prosseguimento desta sessão.

Declaro reaberta a presente sessão, concedendo a palavra ao nobre Deputado que se encontra na tribuna.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Falo pouco, e no entanto, nesta legislatura, é a segunda vez que venho para a tribuna e acabo não podendo terminar meu pronunciamento.

O posicionamento que pretendia fazer, já o fiz. Pretendo encerrar em breves palavras e afirmar, reafirmar aliás, o nosso

posicionamento pessoal, que não adianta insinuações de qualquer espécie, nem ameaças, não somos do tipo de homem, como não fomos na primeira votação, que discordando da opinião da maioria de minha bancada, para não contrariá-la, corresse do plenário ou fugisse daqui. Permaneci e votei, conforme pretendia. Não fui, não sai do plenário hoje e não sairei nunca, quando tenho que tomar posições que minha consciência dita.

Não há, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nenhuma preocupação de minha parte em esconder o que penso. Se fui eleito para esta Casa, por duas vezes, o fui como disse usando, é verdade, de sua bondade, Deputado Darcy Deitos, percorrendo este Estado de ponta a ponta, sem recursos financeiros, contando com amigos em todas as praças por onde passei, e deixando amigos. E tendo a felicidade de encontrar homens como é hoje o Deputado Darcy Deitos, a quem tive a honra de convidar para se filiar ao MDB, de com ele insistir para que fizesse política e participasse da vida pública. E tantos outros.

Não foi com atitudes covardes de fuga, que atingi, sem ter nada na minha vida, a posição que ocupo. Sempre fui coerente e continuarei sendo; sempre fui manso nas palavras: sempre procurei ser ordeiro. Que não confundam a mansidão, o desejo de ordem, com covardia. Porque longe de mim ela está.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa anuncia que se encontra sobre a mesa, um requerimento subscrito pelo Sr. Deputado Erondy Silvério, nos seguintes termos: (Lê) "Senhor Presidente.

Requeiro, na forma regimental, a prorrogação por mais 6 (seis) horas da presente sessão.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1.979."

Em votação. — Aprovado.

Em discussão o Projeto de Lei n.º 45/79. Encerrada a discussão. — Em votação. — Aprovado.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Deferido o requerimento.

Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Lei n.º 45/79, queiram levantar-se. (Pausa) Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa)

29 Srs. Deputados o aprovam; 13 Srs. Deputados o rejeitam. Aprovado o projeto.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) Sr. Presidente,

29 Srs. Deputados o aprovam; seria suficiente para a maioria absoluta?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa informa ao nobre Deputado que não há necessidade da maioria absoluta da Casa.

Aprovado o Projeto de Lei n.º 45/79.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 79/78, que cria no Município de Santa Helena, o Distrito Administrativo de São José, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. — Aprovado.

Redação Final do Projeto de Lei n.º 79/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado no Município de Santa Helena o Distrito Administrativo de São José, com sede na localidade do mesmo nome e com as seguintes divisas:

— Começa no arroio Boas Novas, onde o mesmo atravessa a divisa Sul da Fazenda Britânia; por essa referida divisa no rumo Oeste Leste até o Rio São Francisco Verdadeiro, subindo pelo mesmo Rio até o Rio Quitéria, por este, acima até a foz da primeira sanga da margem esquerda; por

esta sobe até a sua nascente onde em linha reta e numa linha seca alcança a cabeceira do córrego Apepu, por este abaixo até encontrar o Rio São Francisco Falso, Braço do Norte, por este abaixo até a foz do córrego Serrinha; por este acima até a sua nascente; dali, em linha seca até a nascente do arroio Boas Novas e por este até a divisa Sul da Fazenda Britânia, ponto de partida.

Parágrafo único. O Distrito Administrativo de São Clemente, de cujo território será desmembrado o Distrito de São José, permanecerá com as seguintes divisas:

— Começa no arroio Boas Novas onde o mesmo atravessa a divisa Sul da Fazenda Britânia, subindo por este até a sua nascente dali em linha reta e numa linha seca, até a nascente do córrego Serrinha, por este abaixo até a sua foz no Rio São Francisco Falso, Braço do Norte, por este abaixo até a sua foz no Rio Paraná, por este acima até a foz do Rio Felicidade, por este acima até a divisa da Fazenda Britânia e por esta rumo Oeste Leste até o arroio Boas Novas, ponto de partida.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de maio de 1.979.

(aa) Ezequias Losso, Presidente; Renato Bernardi, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 165/78, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor LÍBERO MASSARI. — Aprovado.

Redação Final do Projeto de Lei n.º 165/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor LÍBERO MASSARI,

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de maio de 1.979.

(aa) Ezequias Losso, Presidente; Renato Bernardi, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 11/79, que acresce inciso que especifica ao artigo 39 do Regimento Interno, alterado pela Resolução n.º 40/76, de 18/06/76. — Aprovado.

Redação Final do Projeto de Resolução n.º 11/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

RESOLVE:

Art. 1.º — O artigo 39 do Regimento Interno, alterado pela Resolução n.º 49/76, de 18 de junho de 1.976, fica acrescido do inciso seguinte:

"Art. 39.

XVII — Cultura e Esportes."

Art. 2.º — A Comissão de Cultura e Esportes é competente para opinar sobre matéria cultural ou esportiva, cabendo-lhe, também, difundir e estimular iniciativas e realizações desses setores de atividade.

Art. 3.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de maio de 1.979.

(aa) Ezequias Losso, Presidente; Renato Bernardi, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 15/79, oriundo da Mensagem Governamental n.º 09/79, que aprova o termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação de órgãos que especifica e o Município de Moreira Salles, objetivando obras de combate à erosão urbana. — Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 15/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o termo aditivo datado de 26 de janeiro de 1.979, ao convênio celebrado em 04 de agosto de 1.978, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná - SUCEPAR, e o Município de Moreira Salles, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 8 de maio de 1.979.

(aa) Ezequias Losso, Presidente; Augusto Carneiro, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 16/79, oriundo da Mensagem Governamental n.º 12/79, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Mirassol, com a interveniência de órgãos e objetivos que especifica. — Aprovado.

Redação Final do Projeto de Resolução n.º 16/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio celebrado em 10 de novembro de 1.978, entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Mirassol - 185 - SEPL, e interveniência da Secretaria do Planejamento e Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional Restituível do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08 de maio de 1.979.

(aa) Ezequias Losso, Presidente; Augusto Carneiro, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 17/79, oriundo da Mensagem Governamental n.º 13/79, que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e diversos municípios nominados, objetivando execução de obras e serviços de emergência destinados a minorar os efeitos da estiagem que assolou o Estado, mediante absorção de mão-de-obra ociosa, naqueles municípios. — Aprovado.

Redação Final do Projeto de Resolução n.º 17/79.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Ficam aprovados os convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, e os Municípios de Arapoti, em 07/02/79; Grandes Rios, em 07/02/79; Itambé, em 07/02/79; Ivatuba, em 29/01/79; Barbosa Ferraz, em 31/01/79; Barra do Jacaré, em 31/01/79; Jaguariaíva, em 30/01/79; Mariluz, em 29/01/79; Paranacity, em 31/01/79; Santa Mariana, em 30/01/79; Sengés, em 06/02/79; Campina da Lagoa, em 02/02/79; Faxinal, em 05/02/79; Grandes Rios, em 07/02/79; Nossa Senhora das Graças, em 02/02/79; Palmas, em 02/02/79 e Janiópolis, em 02/02/79, objetivando a execução de obras e serviços de emergência destinados a minorar os efeitos da estiagem que assolou o Estado do Paraná, principalmente mediante absorção de mão-de-obra ociosa, naqueles municípios.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08 de maio de 1.979.

(aa) Ezequias Losso, Presidente; Augusto Carneiro, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 18/79, oriundo da Mensagem Governamental n.º 17/79, que aprova os termos aditivos aos convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Plane-

jamento e os municípios que especifica, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. — Aprovado.

Redação Final do Projeto de Resolução n.º 18/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Ficam aprovados os termos aditivos aos convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento, e os Municípios de Bocaiúva do Sul, Araucária, Balsa Nova, Campo Largo, Colombo, Mandirituba, Piraquara e Rio Branco do Sul, datados de 03/11/78, e, Almirante Tamandaré, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Contenda, Mandirituba e Rio Branco do Sul, datados de 29/12/78, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08 de maio de 1.979.

(aa) Ezequias Losso, Presidente; Augusto Carneiro, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 19/79, oriundo da Mensagem Governamental n.º 22/79, que aprova os termos aditivos aos convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de Araruna, Jardim Olinda, Lobato e Lupionópolis, datados de 15/02/79. — Aprovado.

Redação Final do Projeto de Resolução n.º 19/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Ficam aprovados os termos aditivos aos convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento, e os Municípios de Bocaiúva do Sul, Araucária, Balsa Nova, Campo Largo, Colombo, Mandirituba, Piraquara e Rio Branco do Sul, datados de 03/11/78, e, Almirante Tamandaré, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Contenda, Mandirituba e Rio Branco do Sul, datados de 29/12/78, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08 de maio de 1.979.

(aa) Ezequias Losso, Presidente; Augusto Carneiro, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 20/79, oriundo da Mensagem Governamental n.º 27/79, que aprova o termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério do Interior, com a interveniência de órgãos e objetivos que especifica. — Aprovado.

Redação Final do Projeto de Resolução n.º 20/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o termo aditivo datado de 04 de janeiro de 1.979, ao convênio celebrado em 07 de julho de 1.978, entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério do Interior, com a interveniência da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, objetivando a concessão de auxílio financeiro do Estado para aplicação em ações de emergência destinadas a minorar os efeitos da estiagem.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de maio de 1.979.

(aa) Ezequias Losso, Presidente; Renato Bernardi, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 21/79, oriundo da Mensagem Governamental n.º 28/79, que aprova convênios de auxílio e cooperação, celebrados entre o Governo do Estado e diversos municípios paranaenses nominados, objetivando execução de obras e serviços de emergência, destinados a minorar os efeitos da estiagem que assolou o Estado, mediante absorção de mão-de-obra ociosa. — Aprovado.

Redação Final do Projeto de Resolução n.º 21/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Ficam aprovados os convênios de auxílio e cooperação celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, com interveniência da Secretaria de Estado do Planejamento e da Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná — FAMEPAR, e os Municípios de Indianópolis, em 15/02/79; Matinhos, em 07/02/79; Paulo Frontin, em 08/02/79; Guairacá, em 13/02/79; Santa Cruz do Monte Castelo, em 14/02/79; Ipiranga, em 07/02/79; Piên, em 15/02/79; Terra Rica, em 21/02/79; Guapirama, em 08/02/79; Lobato, em 22/02/79; Matinhos, em 20/02/79; Morretes, em 19/02/79; Quitandinha, em 15/02/79; Itambaracá, em 20/02/79; também, em 14/02/79; Congonhinhas, em 19/02/79; Cafeara, em 21/02/79; Cruzeiro do Oeste, em 22/02/79; Francisco Alves, em 20/02/79; Quinta do Sul, em 21/02/79; Inajá, em 21/02/79; Japira, em 22/02/79; Querência do Norte, em 22/02/79; Guairacá, em 21/02/79 e Barbosa Ferraz, em 21/02/79, objetivando a execução de obras e serviços de emergência, destinados a minorar os efeitos da estiagem que assolou o Estado do Paraná, principalmente mediante absorção de mão-de-obra ociosa.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de maio de 1.979.

(aa) Ezequias Losso, Presidente; Renato Bernardi, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 24/79, oriundo da Mensagem Governamental n.º 03/79, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de NOVA LONDRINA, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município. — Aprovado.

Redação Final do Projeto de Resolução n.º 24/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o termo aditivo de 15 de janeiro de 1.979, ao convênio celebrado em 29 de junho de 1.976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, e o Município de Nova Londrina, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de maio de 1.979.

(aa) Ezequias Losso, Presidente; Del Ciel, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 40/79, com fundamento no Artigo 32 da Constituição Federal, nega prosseguimento ao trâmite da Denúncia Crime n.º 02/78, em que é autora a Justiça Pública e indiciado Fidelcino Tolentino, Deputado Estadual. — Aprovado.

Redação Final do Projeto de Resolução n.º 40/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — É negada, com fundamento no artigo 32 da

Constituição Federal, modificado pela Emenda Constitucional n.º 11, combinado com o artigo 200, da mesma Carta e com o artigo 127, § 4.º, item I, do Regimento Interno, a autorização solicitada pelo Tribunal de Justiça através do Ofício n.º 53/79, de 17 de abril de 1.979, para prosseguir no trâmite da Denúncia Crime n.º 02/78, em que é autoria a Justiça Pública e indiciado Fidelcino Tolentino, Deputado Estadual.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de maio de 1.979.

(aa) Ezequias Losso, Presidente; Del Ciel, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 111/78, que denomina Deputado JOÃO CHEDE, a Rodovia Pr-151 trecho Palmeira-Ponta Grossa. — Aprovado.

Redação Final do Projeto de Lei n.º 111/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica denominada DEPUTADO JOÃO CHEDE, a Rodovia PR-151, trecho Palmeira-Ponta Grossa.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de maio de 1.979.

(aa) Ezequias Losso, Presidente; Relator assinatura ilegível.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 26/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 08/79, que aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de PORTO RICO, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 28/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 11/79, que aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado e diversos municípios paranaenses, objetivando a execução de obras e serviços de emergência, mediante a absorção de mão-de-obra ociosa. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 29/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 15/79, que aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Curitiba, com a interveniência de órgãos e objetivos que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 34/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 40/79, que aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Curitiba, objetivando a aplicação de recursos financeiros na execução de obras de complementação da Via de Ligação Curitiba-São José dos Pinhais. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 35/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 43/79, que aprova os termos aditivos aos convênios celebrados entre o Governo do Estado e diversos municípios paranaenses, com a interveniência de órgãos que especifica, objetivando a aplicação de recursos financeiros do Programa Especial do Oeste do

Paraná - PRODOPAR. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 36/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 44/79, que aprova os Termos Aditivos aos Convênios celebrados entre o Governo do Estado e diversos Municípios Paranaenses, com a participação e interveniência de órgãos que especifica, objetiva a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 37/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 37/79, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o Município de Curitiba, objetivando apoio financeiro em obras de infra-estrutura da Capital, constantes do "Programa Especial de Investimentos Urbanos da Região Metropolitana de Curitiba". Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 03/79, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que denomina "Dr. João Ribeiro Júnior", a Fundação Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR, com sede na cidade de Londrina. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria, com EMENDA SUBSTITUTIVA da C.C.J., por unanimidade. - EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 03/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - A Fundação Instituto Agrônômico do Paraná - (Fundação IAPAR), passa a denominar-se "FUNDAÇÃO INSTITUTO AGRÔNOMICO DO PARANÁ DR. JOÃO RIBEIRO JÚNIOR".

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de março de 1979.

(a) FUAD NACLI

JUSTIFICATIVA:

Com o presente plano de lei queremos demonstrar o reconhecimento do nosso Estado e prestar justa homenagem a figura de um eminente homem público paranaense que foi João Ribeiro Júnior.

A escolha para a denominação da Fundação IAPAR, é significativa, pois face ao obstinado trabalho que o mesmo desenvolveu, é que esta antiga reivindicação dos paranaenses se estruturou e hoje é uma realidade, constituindo-se em uma das mais importantes conquistas da agricultura paranaense nos últimos anos.

O Paraná dispõe atualmente desta importante Fundação com sede em Londrina, que inúmeros benefícios vem ocasionando na pesquisa técnico-científica, formação e treinamento de pessoal especializado, para o desenvolvimento da nossa agricultura, graças ao idealismo, trabalho incessante e esforço de João Ribeiro Júnior junto aos escalões administrativos e financeiros, federais, estaduais e internacionais.

O IAPAR somente conseguiu se tornar uma realidade após as inúmeras gestões e carreamento de recursos financeiros das áreas estaduais, federais e recursos da Organização Internacional do Café por parte de João Ribeiro Júnior, quando no desempenho das diversas funções públicas exercidas, principalmente, frente a Secretaria de Estado da Agricultura do Paraná e do Instituto Brasileiro do Café, como Diretor de Produção e no exercício interino da Presidência daquele importante órgão.

A visão de administrador, político e de homem público

sempre voltado aos interesses da agricultura de nosso Estado, foi sem dúvida alguma o que levou a concretização, em Londrina, do IAPAR, que hoje se caracteriza como um dos principais centros de pesquisa agrícola de nosso País.

É de ressaltar também, que foi através da criação, por gestão de João Ribeiro Júnior, quando Secretário da Agricultura das "patrulhas mecanizadas", que hoje dispõe o nosso Estado da Café do Paraná, outro importante órgão voltado aos interesses do desenvolvimento da nossa agricultura.

Seria desnecessário citar as inúmeras atividades que João Ribeiro Júnior desenvolveu, quando no desempenho das altas funções que exerceu, na Administração estadual, no Instituto Brasileiro do Café e Mandatos eletivos que cumpriu nesta Assembléia Legislativa e na Câmara Federal, sempre voltadas aos interesses da agricultura paranaense.

Assim, das mais justas e louváveis será a denominação do IAPAR, com o seu respeitável nome, a homenagem que o Paraná poderá, em sinal de reconhecimento, prestar a um dos seus ilustres filhos já desaparecido, perpetuando a sua memória e enaltecendo como um dos exemplos a ser seguido por aqueles que agora iniciam o árduo caminho da vida pública.

Com isso estamos apresentando o presente plano de lei que temos a certeza contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O Doutor João Ribeiro Júnior nasceu em Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, em 10 de fevereiro de 1914.

Era casado com Da. Militina Aguiar Ribeiro, com a qual teve os seguintes filhos: João Carlos Ribeiro, Marliane Ribeiro de Macedo casada com Oswaldo Evangelista de Macedo e Marinês Ribeiro Bettge casada com o Dr. Antônio Carlos de Pauli Bettge.

Formou-se em Medicina no ano de 1939, pela Universidade Federal do Paraná.

VIDA PÚBLICA

Foi funcionário da Secretaria de Saúde Pública do Estado do Paraná e Médico do Posto de Saúde de Uraí - PR, no período compreendido entre 1940 a 1950.

Foi o 1.º Prefeito eleito de Uraí - PR, exercendo o mandato entre 1947 a 1950.

Exerceu o mandato de Deputado Estadual no Paraná por três Legislaturas (1950 a 1954, 1954 a 1958 e 1958 a 1962).

Foi eleito Deputado Federal para a Legislatura compreendida entre 1962 a 1966, quando presidiu importantes comissões de inquérito sobre o café.

Em 1958 exerceu as funções de Secretário de Estado da Agricultura do Paraná, ocasião em que procedeu a importação de maquinário agrícola de grande porte, com o qual foi constituída a primeira Patrulha Moto-Mecanizada do Estado e que deu origem, posteriormente, à criação da Café do Paraná. Ainda durante sua gestão na frente da Pasta Produção, teve decisiva participação no rumoroso episódio da importação do gado indiano procedido pelo pecuarista Celso Garcia Cid, com o que foi possível proceder-se a renovação do plantel bovino paranaense.

Nos anos de 1959 e 1960 foi Secretário de Estado da Fazenda do Paraná.

Foi Diretor do Instituto Brasileiro do Café nos anos de 1971 e 1972.

Exerceu as funções de Membro da Junta Administrativa do IBC por quatro mandatos (de 1954 a 1970).

Foi Delegado do Governo Brasileiro para assuntos de comercialização do café, junto a OIC.

Foi agraciado com o título de Cidadão Honorário de Curitiba e de diversos municípios do interior paranaense.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 03/79

O projeto de autoria do nobre Deputado Fuad Nacli, visa

denominar "Fundação João Ribeiro Júnior", a atual Fundação Instituto Agrônômico do Paraná, com sede em Londrina.

A própria justificativa, deixa bem claro o mérito de se prestar tal homenagem ao ilustre paranaense falecido, Dr. João Ribeiro Júnior, pelos incontáveis serviços prestados ao Estado e muito especialmente ao seu setor agrícola, nas diversas atividades que exerceu com zelo e patriotismo.

No caso especial do IAPAR, como defensor intransigente que, graças ao seu idealismo, tornou possível sua criação, com carreamento de recursos das mais diversas origens, e com imbatível ânimo em realizar as gestões necessárias.

Não ferindo qualquer dispositivo legal ou constitucional, não poderíamos opinar senão pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de abril de 1979.

(a) NELTON FRIEDRICH – Presidente e Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 03/79

VOTO EM SEPARADO

– As razões que levaram o nobre Deputado Fuad Nacli a propor a denominação de JOÃO RIBEIRO JÚNIOR ao IAPAR não merecem qualquer restrição ou contestação, no que se refere a escolha do nome. Trata-se realmente, de vulto dos mais destacados do Paraná, com relevantes serviços prestados em todos os âmbitos, do municipal ao federal, culminando no estadual. O próprio IAPAR, de que neste Projeto se trata, teve sua criação em grande parte impulsionada pelo homenageado.

– Também quanto ao aspecto legal consignamos nossa concordância com o ponto de vista do relator.

– Registramos, contudo, nossa discordância quanto a um detalhe do Projeto: o objeto da denominação. Parece-nos inadequada a denominação proposta – "Fundação Instituto Agrônômico do Paraná Dr. João Ribeiro Júnior" ou a simplificação que fatalmente ocorreria – "IAPAR Dr. João Ribeiro Júnior".

– Projeto, entendemos nós, não só desfigura denominação consagrada e consolidada do Instituto, com também importa num decréscimo de significado da própria homenagem que se pretende prestar a um vulto emérito do Paraná.

– Com o propósito de conciliar a justiça da homenagem pretendida com a necessidade de preservar a denominação já consagrada da instituição, oferecemos aos nobres pares a solução através da seguinte

EMENDA SUBSTITUTIVA

Substitua-se o Art. 1.º do Projeto de Lei n.º 03/79, pelo seguinte:

"Art. 1.º – A sede da Fundação Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR, de Londrina, passa a denominar DOUTOR JOÃO RIBEIRO JÚNIOR".

Sala das Comissões, em 18 de abril de 1979.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

1.ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 23/79, de autoria do Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE ENGENHEIRO BELTRÃO, com sede e foro na cidade do mesmo nome. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. – Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 23/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º – Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE SENHORAS DE ROTARIANOS DE ENGENHEIRO BELTRÃO, com sede em Engenheiro Beltrão.

Art. 2.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27 de março de 1979.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

JUSTIFICATIVA:

A ASSOCIAÇÃO DE SENHORAS DE ROTARIANOS DE ENGENHEIRO BELTRÃO é uma sociedade civil que tem por finalidade, manter, dirigir e colaborar com obras e iniciativas por ela julgada meritórias; não tem fim lucrativo, sendo justo, portanto, seu reconhecimento de utilidade pública para o que espera a acolhida dos nobres Pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 23/79

1. A presente iniciativa, de autoria do nobre Deputado Augusto Carneiro, objetiva declarar de utilidade pública a Associação das Senhoras de Rotarianos de Engenheiro Beltrão, com sede e foro na cidade de Engenheiro Beltrão.

2. O projeto ora em exame vem articulado e devidamente justificado, estando, assim, de conformidade com o que determina o art. 123, do Regimento Interno.

3. A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, pelo que se deduz do exame dos documentos que instruem o processo, possui personalidade jurídica e está em funcionamento há mais de um (01) ano; serve desinteressadamente à coletividade; que os membros de sua diretoria não percebem qualquer tipo ou forma de remuneração. Desta forma, está a Proposição em consonância com a legislação federal e estadual aplicável à espécie.

Por outro lado, referido projeto não fere qualquer preceito de ordem constitucional.

4. Assim e em face dos argumentos expedidos somos pela livre tramitação da presente Proposição.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 18 de abril de 1979.

(a) PAULO CAMARGO – Presidente e Relator

1.ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução n.º 12/79, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que altera denominação do Gabinete de Assistência Técnica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. – Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 12/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º – O Gabinete de Assistência Técnica, da Secretaria da Assembléia Legislativa, passa a ter a denominação de Gabinete da Consultoria Legislativa, mantidas sua estrutura e atribuições.

Art. 2.º – A presente resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ

BASÍLIO ZANUSSO

DOMÍCIO SCARAMELLA

JUSTIFICATIVA:

O projeto de resolução proposto visa, tão somente, corrigir situação anômala que se constata existir no G. A. T. Os seus integrantes – Assistentes Técnicos – por determinação legal tiveram essa denominação mudada para Consultores Legislativos.

O órgão, todavia, segue sendo Gabinete de Assistência Técnica, o que configura a anomalia antes referida.

A alteração proposta em nada altera a competência desse órgão de assessoramento, cujas atribuições e características de funcionamento continuam as mesmas já estabelecidas nas normas legais vigentes.

As denominações das diversas repartições que compõem a Secretaria – e as suas alterações também, conseqüentemente – são assunto da economia interna da Assembléia, o que elucida, desde logo, a validade legal da medida que propomos à consideração dos dignos Pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução n.º 12/79

P A R E C E R

— A Comissão Executiva, órgão a que cabe administrar a Secretaria da Assembléia, propõe que se dê ao GAT a denominação de Gabinete da Consultoria Legislativa.

— Convincentemente alinha razões que fundamentam a alteração proposta, que em nada interferirá nos característicos de estrutura e funcionamento desse órgão de assessoramento, eliminando, por outro lado, a discrepância entre as denominações do Gabinete e de seus integrantes.

— A iniciativa, partida da Comissão Executiva, é legítima. Tratando-se de assunto da economia interna da Assembléia, e sua concretização através de projeto de resolução é a via adequada e legal.

— S.M.J., é FAVORÁVEL o parecer.

Sala das Comissões, em 09 de maio de 1979.

(aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Relator

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Cortes). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação da redação final para o Projeto de Lei n.º 45/79. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Roberto Siqueira de Toledo, ocorrido na cidade de Buenos Aires. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação da estrada que liga o Município de Palotina a Francisco Beltrão. — Em discussão.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Cortes). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando votos de aplausos à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, pela aprovação de projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Edson Kahir (MDB-RJ), que proíbe empresas e órgãos públicos de exigir os chamados atestados ideológicos. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidentes da SANEPAR e COPEL, encaminhando sugestão adotada pela TELEPAR, como nova postura daquela Companhia. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Squarezi, constantes do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de determinar a construção de uma ponte sobre o Rio Santana. — Em discussão.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Cortes). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, nos termos do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Romero Filho, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, encarecendo providências no sentido de que seja capeado asfálticamente o acesso a Perobal. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela posse do Bacharel Cleverson Marinho Teixeira, no cargo de Superintendente do INPS, em nosso Estado. — Em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Cortes). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, sugerindo estudos técnicos com vistas a elaboração de plano de lei, autorizando o recebimento de créditos tributários referentes a operações relativas a ICM, que não tenham sido executadas nos prazos regulamentares e pendentes de execução com reduções na multa e correção monetária. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 22, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 03 e 23/79 e do Projeto de Resolução n.º 12/78.

Levanta-se a sessão.